



SILVIA
FEDERICI

CALIBÃ
EA
BRUXA

MULHERES,
CORPO E
ACUMULAÇÃO
PRIMITIVA

TRADUÇÃO COLETIVO SYCORAX

CAPÍTULO 2

A ACUMULAÇÃO DO TRABALHO E A DEGRADAÇÃO DAS MULHERES

A CONSTRUÇÃO DA “DIFERENÇA” NA “TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO”

INTRODUÇÃO 114 · A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A ACUMULAÇÃO DO TRABALHO NA EUROPA 120 · A PRIVATIZAÇÃO DA TERRA NA EUROPA, A PRODUÇÃO DE ESCASSEZ E A SEPARAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO 130 · A REVOLUÇÃO DOS PREÇOS E A PAUPERIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EUROPEIA 148 · A INTERVENÇÃO ESTATAL NA REPRODUÇÃO DO TRABALHO: A ASSISTÊNCIA AOS POBRES E A CRIMINALIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA 159 · DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO, CRISE ECONÔMICA E DISCIPLINAMENTO DAS MULHERES 167 · A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO 181 · AS MULHERES COMO NOVOS BENS COMUNS E COMO SUBSTITUTO DAS TERRAS PERDIDAS 191 · O PATRIARCADO DO SALÁRIO 193 · A DOMESTICAÇÃO DAS MULHERES E A REDEFINIÇÃO DA FEMINILIDADE E DA MASCULINIDADE: MULHERES, SELVAGENS DA EUROPA 199 · COLONIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E MULHERES 206 · SEXO, RAÇA E CLASSE NAS COLÔNIAS 215 · O CAPITALISMO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO 232

ME PERGUNTO SE TODAS AS GUERRAS, DERRAMAMENTO DE SANGUE E MISÉRIA NÃO ASSALTARAM A CRIAÇÃO QUANDO UM HOMEM PROCUROU SER SENHOR DE OUTRO [...] E SE ESSA MISÉRIA NÃO IRÁ EMBORA [...] QUANDO TODAS AS RAMIFICAÇÕES DA HUMANIDADE CONSIDERAREM A TERRA COMO UM TESOURO COMUM A TODOS.

GERRARD WINSTANLEY, *THE NEW LAW OF RIGHTEOUSNESS*, 1649

PARA ELE, ELA ERA UMA MERCADORIA FRAGMENTADA CUJOS SENTIMENTOS E ESCOLHAS RARAS VEZES ERAM CONSIDERADAS: SUA CABEÇA E SEU CORAÇÃO ESTAVAM SEPARADOS DE SUAS COSTAS E MÃOS, E DIVIDIDAS DE SEU ÚTERO E VAGINA. SUAS COSTAS E MÚSCULOS ERAM FORÇADOS NO TRABALHO DO CAMPO [...] ÀS SUAS MÃOS SE EXIGIA CUIDAR E NUTRIR O HOMEM BRANCO [...] [S]UA VAGINA, USADA PARA O PRAZER SEXUAL DELE, ERA A PORTA DE ACESSO AO ÚTERO, LUGAR PARA OS INVESTIMENTOS DELE — O ATO SEXUAL ERA O INVESTIMENTO DE CAPITAL, E O FILHO, A MAIS-VALIA ACUMULADA. [...]

BARBARA OMOLADE, *HEART OF DARKNESS*, 1983

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo não foi a única resposta à crise do poder feudal. Em toda a Europa, vastos movimentos sociais comunais e rebeliões contra o feudalismo haviam oferecido a promessa de uma nova sociedade construída sobre as bases da igualdade e da cooperação. Contudo, em 1525, sua expressão mais poderosa, a Guerra Camponesa na Alemanha, ou, como foi chamada por Peter Blicke, a “revolução do homem comum”, foi esmagada.⁴³ Em represália, cem mil rebeldes foram massacrados. Mais tarde, em 1535, a “Nova Jerusalém” – a tentativa dos anabatistas na cidade de Münster de trazer o reino de Deus para a terra – também terminou em um banho de sangue. Antes, essa tentativa já havia sido enfraquecida, presumivelmente, pela virada patriarcal de seus líderes, os quais, ao impor a poligamia, levaram as mulheres de suas fileiras a se revoltar.⁴⁴

43 Peter Blicke se opõe ao conceito de uma “guerra camponesa” devido à composição social dessa revolução, que incluía em suas fileiras muitos artesãos, mineiros e intelectuais. A Guerra Camponesa combinou sofisticação ideológica (expressa nos doze “artigos” promovidos pelos rebeldes) com uma poderosa organização militar. Os doze “artigos” incluíam: rejeição à servidão; redução dos dízimos; revogação das leis contra a caça clandestina; afirmação do direito de coletar lenha; diminuição dos serviços laborais; redução das rendas; afirmação dos direitos de uso das terras comunais; e abolição dos impostos de herança (Blicke, 1985, pp. 195-201). A excepcional destreza militar demonstrada pelos rebeldes dependia, em parte, da participação na revolta de soldados profissionais, incluindo a participação dos *lansquenetes* – os célebres soldados suíços que, nessa época, eram a elite das tropas mercenárias na Europa. Os *lansquenetes* lideraram os exércitos camponeses, colocando sua experiência militar a serviço dos camponeses e, em diversas situações, se recusaram a atuar contra os rebeldes. Em certa ocasião, justificaram sua recusa com o argumento de que eles próprios também vinham do campesinato e de que dependiam dos camponeses para seu sustento em tempos de paz. Quando ficou claro para os príncipes germânicos que não se podia confiar nos *lansquenetes*, passaram a mobilizar tropas da Liga da Suábia (*Schwäbischer Bund*), trazidas de regiões mais afastadas, para quebrar a resistência camponesa. Sobre a história dos *lansquenetes* e sua participação na Guerra Camponesa, ver Reinhard Baumann, *I Lanzichenacchi* (1994, pp. 237-56).

44 Politicamente, os anabatistas representaram uma fusão dos “movimentos sociais da Baixa Idade Média e o novo movimento anticlerical que se desencadeou a partir da Reforma”. Como os hereges medievais, os anabatistas condenavam o individualismo econômico e a cobiça, e apoiavam uma forma de comunalismo cristão. A tomada de Münster teve lugar sob a Guerra Camponesa, quando a agitação e as insurreições urbanas se estenderam de Frankfurt a Colônia e a outras cidades do norte da Alemanha. Em 1531, as corporações tomaram o controle da cidade de Münster, rebatizando-a de Nova Jerusalém, e, sob a influência de imigrantes anabatistas holandeses, instalaram um governo

Com estas derrotas, agravadas pelo desdobramento da caça às bruxas e pelos efeitos da expansão colonial, o processo revolucionário na Europa chegou ao fim. O poderio militar não foi suficiente, entretanto, para evitar a crise do feudalismo.

Na Baixa Idade Média, ante uma crise de acumulação que se prolongou por mais de um século, a economia feudal estava condenada. Podemos deduzir as dimensões da crise a partir de algumas estimativas básicas que indicam que, entre 1350 e 1500, houve uma mudança muito importante na relação de poder entre trabalhadores e mestres. O salário real cresceu em torno de 100%, os preços caíram por volta de 33%, os aluguéis também caíram, a jornada de trabalho diminuiu e surgiu uma tendência à autossuficiência local.⁴⁵ No pessimismo dos mercadores e proprietários de terra da época – assim como nas medidas que os Estados europeus adotaram para proteger os mercados, suprimir a concorrência e forçar as pessoas a trabalhar nas condições impostas – também é possível encontrar provas de uma tendência crônica à desacumulação. Anotações nos registros dos feudos documentam que “o trabalho não valia nem o café da manhã”

comunal baseado na partilha de bens. Como escreveu Po-Chia Hsia, os documentos da Nova Jerusalém foram destruídos e sua história foi contada apenas por seus inimigos. Não devemos supor, portanto, que os acontecimentos se deram tal como foram narrados. De acordo com os documentos disponíveis, as mulheres primeiro desfrutaram de um alto grau de liberdade na cidade – “podiam se divorciar de seus maridos incrédulos e formar novos matrimônios”, por exemplo. As coisas mudaram com a decisão do governo reformado de introduzir a poligamia em 1534, o que provocou uma “resistência ativa” entre as mulheres que, segundo se presume, foi reprimida com prisões e até execuções (Po-Chia Hsia, 1988, pp. 58-9). Não está claro o motivo dessa decisão, mas, dado o papel decisivo que desempenharam as corporações na “transição” em relação às mulheres, o episódio merece maior investigação. Sabemos, de fato, que as corporações realizaram campanhas em vários países para remover as mulheres dos lugares de trabalho assalariado – e nada indica que se opuseram à perseguição de bruxas.

45 Sobre o aumento do salário real e a queda de preços na Inglaterra, ver North e Thomas (1973, p. 74). Sobre os salários florentinos, Carlo M. Cipolla (1994, p. 206). Sobre a queda do valor da produção na Inglaterra, ver R. H. Britnel (1993, pp. 156-71). Sobre a estagnação da produção agrária em distintos países europeus, v. H. Slicher Van Bath (1963, pp. 160-70). Rodney Hilton sustenta que neste período se experimentou “uma contração das economias rurais e industriais [...] provavelmente sentida em primeiro lugar pela classe dominante [...] Os rendimentos senhoriais e os lucros industriais e comerciais começaram a cair [...] A revolta nas cidades desorganizou a produção industrial e a revolta do campo fortaleceu a resistência camponesa ao pagamento da renda. A renda e os lucros caíram ainda mais” (Milton, 1985, pp. 240-1).

(Dobb, 1963, p. 54). A economia feudal não podia se reproduzir. Nem a sociedade capitalista poderia ter “evoluído” a partir dela, já que a autossuficiência e o novo regime de salários elevados permitiam a “riqueza do povo”, mas “excluía a possibilidade da riqueza capitalista” (Marx, 2006, t. I, p. 897).

Foi em resposta a essa crise que a classe dominante europeia lançou a ofensiva global que, ao longo de ao menos três séculos, mudaria a história do planeta, estabelecendo as bases do sistema capitalista mundial, no esforço implacável de se apropriar de novas fontes de riqueza, expandir sua base econômica e colocar novos trabalhadores sob seu comando.

Como sabemos, “a conquista, a escravização, o roubo, o assassinato: em uma palavra, a violência” foi o pilar desse processo (*ibidem*, 785). Assim, o conceito de uma “transição para o capitalismo” é, em muitos sentidos, uma ficção. Nos anos 1940 e 1950, historiadores britânicos usaram esse conceito para definir um período – que ia aproximadamente de 1450 a 1650 – em que o feudalismo na Europa estava se decompondo, enquanto nenhum novo sistema socioeconômico havia ainda tomado seu lugar, apesar de alguns elementos da sociedade capitalista já estarem tomando forma.⁴⁶ O conceito de “transição”, portanto, nos ajuda a pensar em um processo prolongado de mudança e em sociedades nas quais a acumulação capitalista coexistia com formações políticas que não eram ainda predominantemente capitalistas. Contudo, o termo sugere um desenvolvimento histórico gradual, linear, ao passo que o período a que o termo se refere foi um dos mais sangrentos e descontínuos da história mundial – uma época que foi testemunha de transformações apocalípticas que os historiadores só podem descrever nos termos mais duros: a Era de Ferro (Kamen), a Era do Saque (Hoskins) e a Era do Chicote (Stone). O termo “transição”, então, é incapaz de evocar as mudanças que

46 Sobre Maurice Dobb e o debate sobre a transição ao capitalismo, ver Harvey J. Kaye (1984, pp. 23-69).

abriram o caminho para a chegada do capitalismo e das forças que conformaram essas mudanças. Portanto, neste livro usarei esse termo principalmente em um sentido temporal, enquanto, para os processos sociais que caracterizaram a “reação feudal” e o desenvolvimento das relações capitalistas, usarei o conceito marxiano de “acumulação primitiva” ou “originária”, embora concorde, como apontam alguns críticos, que devemos repensar a interpretação de Marx nesse ponto.⁴⁷

Marx introduziu o conceito de “acumulação primitiva” no final do tomo I de *O capital* para descrever a reestruturação social e econômica iniciada pela classe dominante europeia em resposta à crise de acumulação, e para estabelecer, em polêmica com Adam Smith,⁴⁸ que: i) o capitalismo não poderia ter se desenvolvido sem uma concentração prévia de capital e trabalho; e que ii) a dissociação entre trabalhadores e meios de produção, e não a abstinência dos ricos, é a fonte da riqueza capitalista. A acumulação primitiva é, então, um conceito útil, já que conecta a “reação feudal” com o desenvolvimento de uma economia capitalista e identifica as condições históricas e lógicas para o desenvolvimento do sistema capitalista, em que “primitiva” (“originária”) indica tanto uma pré-condição para a existência de relações capitalistas como um

47 Entre os críticos do conceito de “acumulação primitiva”, tal como utilizado por Marx, estão Samir Amin (1974) e Maria Mies (1986). Enquanto Samir Amin volta sua atenção para o eurocentrismo de Marx, Mies enfatiza sua cegueira com relação à exploração das mulheres. Uma crítica distinta aparece em Yann Moulier Boutang (1998, pp. 16-23), que aponta em Marx a origem da impressão (errônea) de que o objetivo da classe dominante na Europa era se libertar de uma força de trabalho de que não necessitava. Boutang salienta que ocorreu exatamente o contrário: o objetivo da expropriação de terras era fixar os trabalhadores em seus empregos, e não incentivar a mobilidade. O capitalismo, como sublinha Moulier Boutang, sempre se preocupou principalmente em evitar a fuga do trabalho.

48 Michael Perelman assinala que o termo “acumulação primitiva” foi, na realidade, cunhado por Adam Smith. Foi logo rechaçado por Marx devido ao caráter ahistórico do uso que Smith deu ao termo. “Para sublinhar sua distância em relação a Smith, Marx intitulou o capítulo final do primeiro tomo de *O capital*, consagrado ao estudo da acumulação primitiva, como ‘a assim chamada acumulação primitiva’, fazendo a expressão ‘assim chamada’ preceder, pejorativamente, o termo ‘acumulação primitiva’. Fundamentalmente, Marx descartou a mítica acumulação ‘anterior’ a fim de centrar a atenção na experiência histórica real” (Perelman, 1985, pp. 25-6).

evento específico no tempo.⁴⁹

Contudo, Marx analisou a acumulação primitiva quase exclusivamente partindo do ponto de vista do proletariado industrial assalariado: o protagonista, sob sua perspectiva, do processo revolucionário do seu tempo e a base para uma sociedade comunista futura. Deste modo, em sua explicação, a acumulação primitiva consiste essencialmente na expropriação da terra do campesinato europeu e na formação do trabalhador independente “livre”.

Entretanto, Marx também reconheceu que

A descoberta de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização e o sepultamento da população nativa nas minas, a conquista e a pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em uma reserva para a caça comercial de peles negras [...] são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (Marx, 2006, t. I, p. 939)

Marx também reconheceu que “muito capital que aparece hoje nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue infantil ainda ontem capitalizado na Inglaterra” (*ibidem*, p. 945). Por outro lado, não encontramos em seu trabalho nenhuma menção às profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres. Na análise de Marx sobre a acumulação primitiva tampouco aparece alguma referência à “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII, ainda que essa campanha terrorista patrocinada pelo Estado tenha sido fundamental para a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais.

49 Sobre a relação entre as dimensões histórica e lógica da “acumulação primitiva” e suas implicações para os movimentos políticos de hoje, ver Massimo de Angelis, “Marx and Primitive Accumulation: The Continuous Character of Capital Enclosures” [Marx e acumulação primitiva: o caráter contínuo dos cercamentos do capital], em *The Commoner*, disponível em <www.conulloner.org.uk>; Fredy Perlman, *The Continuing Appeal of Nationalism* [O apelo continuado do nacionalismo]. Detroit: Black and Red, 1985; e Mitchel Cohen, “Fredy Perlman: Out in Front of a Dozen Dead Oceans” [Fredy Perlman: em frente a uma dúzia oceanos mortos] (manuscrito inédito).

Neste capítulo e nos que seguem discuto esses eventos, especialmente com relação à Europa, defendendo que

- i. A expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e da África nas minas e nas plantações do Novo Mundo não foram os únicos meios pelos quais um proletariado mundial foi formado e “acumulado”;
- ii. Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas”;
- iii. A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi *também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno;
- iv. Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ou ver a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta.

A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A ACUMULAÇÃO DO TRABALHO NA EUROPA

Marx escreveu que o capital emerge sobre a face da terra “escorrendo sangue e sujeira dos pés à cabeça” (Marx, 2006, t. I, p. 950) e, com efeito, quando olhamos para o começo do desenvolvimento capitalista, temos a impressão de estar num imenso campo de concentração. No Novo Mundo, encontramos a submissão das populações nativas por meio dos regimes de *mita* e do *cuatequil*,⁵⁰ sob os quais uma multidão de pessoas deu a vida para extrair prata e mercúrio das minas de Huancavelica e Potosí. Na Europa do Leste, desenvolveu-se uma “segunda servidão” que prendeu à terra uma população de produtores agrícolas que jamais havia sido serva.⁵¹ Na Europa Ocidental, ocorreram os cercamentos, a caça às bruxas, as marcações a fogo, os açoites e o encarceramento de vagabundos e mendigos em *workhouses*⁵² e em casas correccionais recém-construídas,

50 Para uma descrição dos sistemas de *encomienda*, *mita* e *catequil*, ver (entre outros) André Gunder Frank (1978, p. 45); Steve J. Stern (1982); e Inga Clendinnen (1987). Gunder Frank descreveu a *encomienda* como “um sistema sob o qual eram concedidos aos proprietários de terra espanhóis direitos sobre o trabalho das comunidades indígenas”. Porém, em 1548, os espanhóis “começaram a substituir a *encomienda de servicio* pelo *repartimiento* (chamado de *catequil* no México e de *mita* no Peru), que obrigava os chefes da comunidade indígena a fornecer ao *juez repartidor* (juiz distribuidor) espanhol certa quantidade de dias de trabalho por mês [...]. Por sua vez, o funcionário espanhol distribuía esse fornecimento de trabalho a empreendedores ‘qualificados’, contratantes de força de trabalho, que deveriam pagar aos trabalhadores certo salário mínimo” (1978, p. 45). Sobre os esforços dos espanhóis para submeter os trabalhadores no México e no Peru, por meio de diferentes etapas de colonização, e seus impactos no colapso catastrófico da população indígena, ver novamente Gunder Frank (*ibidem*, pp. 43-9).

51 Para uma discussão sobre a “segunda servidão”, ver Immanuel Wallerstein (1974) e Henry Kamen (1971). Aqui é importante destacar que os camponeses, transformados em servos pela primeira vez, produziam agora para o mercado internacional de cereais. Em outras palavras, apesar do caráter aparentemente retrógrado da relação de trabalho que lhes foi imposta, sob o novo regime esses camponeses estavam integrados a uma economia capitalista em desenvolvimento e à divisão de trabalho capitalista em escala internacional.

52 As *workhouses*, literalmente “casas de trabalho”, eram uma espécie de asilo para pobres, estabelecidas na Inglaterra no século XVII. [N.T.E.]

modelos para o futuro sistema carcerário. No horizonte, temos o surgimento do tráfico de escravos, enquanto nos mares os barcos já transportavam *indentured servants* (servos contratados)⁵³ e criminosos condenados da Europa para a América.

O que se deduz desse panorama é que a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva,⁵⁴ porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocado sob o seu comando. Em outras palavras, a acumulação primitiva consistiu uma imensa acumulação de força de trabalho – “trabalho morto”, na forma de bens roubados, e “trabalho vivo”, na forma de seres humanos postos à disposição para sua exploração – colocada em prática numa escala nunca antes igualada na história.

De forma significativa, a tendência da classe capitalista durante os primeiros três séculos de sua existência era impor a escravidão e outras formas de trabalho forçado como relação de trabalho dominante, uma tendência que só foi limitada pela resistência dos trabalhadores e pelo perigo de esgotamento da força de trabalho.

Isso era o que ocorria não apenas nas colônias americanas, onde, no século XVI, se formavam as economias baseadas no trabalho forçado, mas também na Europa. Mais adiante, examinarei a importância do trabalho escravo e do sistema de *plantation* na acumulação capitalista. Aqui, quero destacar que,

53 Os *indentured servants* eram obrigados a trabalhar por um determinado período de tempo, durante o qual recebiam casa, comida e, às vezes, uma escassa remuneração, com a qual pagavam seu traslado a outro país. [N.T.E.]

54 Faço aqui eco da frase de Marx no tomo I de *O capital*: “A violência [...] é ela mesma uma potência econômica” (Marx, 2006, p. 940). Muito menos convincente é a observação de Marx que acompanha a frase: “A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova” (*ibidem*). Em primeiro lugar, as parteiras trazem vida ao mundo e não destruição. Essa metáfora também sugere que o capitalismo “evoluiu” a partir de forças gestadas no seio do mundo feudal – uma suposição que o próprio Marx refuta em sua discussão sobre a acumulação primitiva. Comparar a violência com as potências geradoras de uma parteira também coloca um véu de bondade sobre o processo de acumulação de capital, sugerindo necessidade, inevitabilidade e, em última análise, progresso.

também na Europa do século XV, a escravidão, nunca completamente abolida, se viu revitalizada.⁵⁵

Como relata o historiador italiano Salvatore Bono, a quem devemos o mais extenso estudo sobre a escravidão na Itália, havia muitos escravos nas regiões do Mediterrâneo durante os séculos XVI e XVII, e sua quantidade aumentou depois da Batalha de Lepanto (1571), que intensificou as hostilidades contra o mundo muçulmano. Bono calcula que, em Nápoles, viviam mais de dez mil escravos e, em todo o reino napolitano, 25 mil (1% da população); em outras cidades da Itália e do sul da França registram-se números similares. Na Itália, desenvolveu-se também um sistema de escravidão pública, em que milhares de estrangeiros sequestrados – os antepassados dos atuais imigrantes sem documentos – eram empregados pelos governos municipais para obras públicas ou então entregues a particulares para trabalhar na agricultura. Muitos eram destinados a galeras de embarcações, uma fonte de trabalho na qual se destacava a frota do Vaticano (Bono, 1999, pp. 6-8).

A escravidão é “aquela forma [de exploração] que o senhor sempre se esforça para alcançar” (Dockes, 1982, p. 2). A Europa não era uma exceção, e é importante que isso seja enfatizado para dissipar a suposição de que existe uma conexão especial entre a escravidão e a África.⁵⁶ No entanto, a escravidão na Europa continuou sendo um fenômeno limitado, já que as condições materiais para sua existência não estavam dadas,

55 A escravidão nunca foi abolida na Europa. Sobrevivia em certos nichos, basicamente como escravidão doméstica feminina. No final do século XV, entretanto, os portugueses começaram novamente a importar escravos da África. As tentativas de estabelecer a escravidão continuaram na Inglaterra, durante o século XVI, resultando (depois da introdução da assistência pública) na construção de *workhouses* e casas correccionais – processo em que a Inglaterra foi a pioneira na Europa.

56 Sobre esse ponto, ver Samir Amin (1974). Também é importante ressaltar a existência da escravidão europeia durante os séculos XVI e XVII (e depois), pois esse fato foi frequentemente “esquecido” pelos historiadores europeus. De acordo com Salvatore Bono, este esquecimento autoinduzido é produto da “Partilha da África”, justificada como uma missão para pôr fim à escravidão no continente africano. Bono argumenta que as elites europeias não podiam admitir ter empregado escravos na Europa, o pretense berço da democracia.

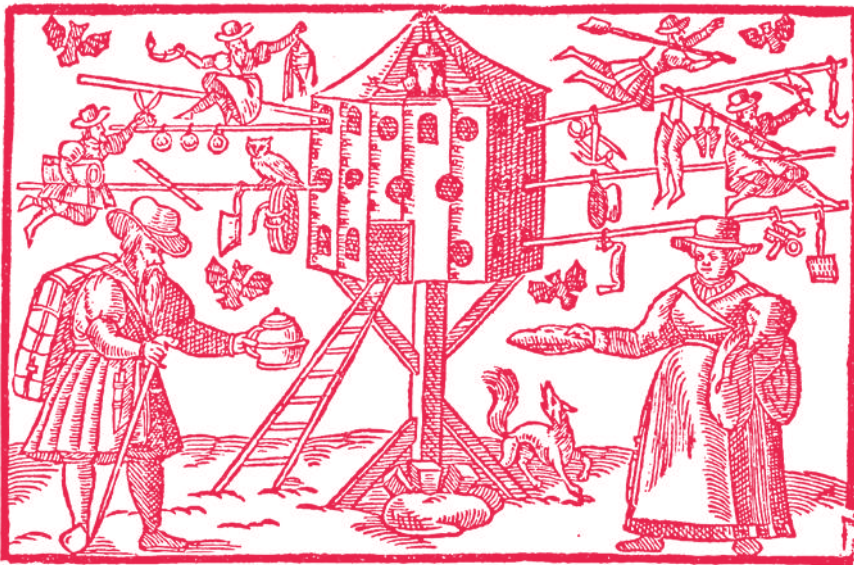
embora o desejo dos empregadores em implementá-la deva ter sido muito intenso se levarmos em conta que, na Inglaterra, não foi abolida até o século XVIII. A tentativa de reinstaurar a servidão também falhou – exceto no Leste Europeu, onde a escassez populacional conferiu aos proprietários de terra um novo poder de decisão (Immanuel Wallerstein, 1974, pp. 90-5, e Peter Kriedte, 1978, pp. 69-70). Na Europa Ocidental, sua restauração foi evitada devido à resistência campesina, que culminou nas Guerras Camponesas na Alemanha. A “revolução do homem comum”, um amplo esforço organizacional que se espalhou por três países (Alemanha, Áustria e Suíça), unindo trabalhadores de todos os setores (agricultores, mineiros, artesãos, inclusive os melhores artistas alemães e austríacos),⁵⁷ foi um marco na história europeia. Assim como a Revolução Bolchevique de 1917 na Rússia, a revolução atacou diretamente o centro de poder. Ao recordar a tomada de Münster pelos anabatistas, os poderosos confirmaram seus temores de que estava em marcha uma conspiração internacional para destituí-los.⁵⁸ Depois da derrota,

57 Paolo Thea (1998) reconstituiu de forma poderosa a história dos artistas alemães que se posicionaram ao lado dos camponeses:

“Durante a Reforma, alguns dos melhores artistas do século XVI abandonaram seus ateliês para se unir aos camponeses em luta [...] Escreveram documentos inspirados nos princípios da pobreza evangélica, como o de compartilhar os bens e o da redistribuição da riqueza. Algumas vezes [...] empunharam armas pela causa. A lista interminável de quem, depois das derrotas militares de maio e junho de 1525, encarou os rigores do Código Penal, aplicado de forma impiedosa pelos vencedores contra os vencidos, inclui nomes famosos. Entre eles estão [Jorg] Ratget, esquartejado em Pforzheim (Stuttgart), [Philipp] Dietman, decapitado, e [Tilman] Riemenschneider, mutilado – ambos em Würzburg –, e [Matthias] Grunewald, perseguido na corte de Magonza, onde trabalhava. Os acontecimentos impactaram Holbein, o Jovem, a tal ponto que ele abandonou a Basileia, cidade dividida pelo conflito religioso.”

Na Suíça, na Áustria e no Tirol, os artistas também participaram da Guerra Camponesa, inclusive artistas famosos como Lucas Cranach (Cranach, o velho) e um grande número de pintores e gravadores menores (*ibidem*, p. 7). Thea afirma que a participação profundamente sentida dos artistas na causa dos camponeses também está demonstrada pela revalorização de temas rurais que retratam a vida campesina – camponeses dançando, animais e flora – na arte alemã do século XVI (*ibidem*, pp. 12-15; 73, 79, 80). “O campo tinha se animado [...], [ele] havia adquirido no levante uma personalidade que valia a pena representar” (*ibidem*, p. 155).

58 Durante os séculos XVI e XVII, os governantes europeus interpretaram e reprimiram cada protesto social pelo prisma da guerra campesina e do anabatismo. Os ecos da revolução anabatista foram sentidos na Inglaterra elisabetana e na França, inspirando severidade e rigorosa vigilância com relação a qualquer desafio à autoridade constituída. “Anabatista” tornou-se uma palavra maldita, um símbolo de opróbrio e intenção crimino-



Gravura alemã do início do século XVII, revelando o credo anabatista na partilha comunitária de bens. Ver nota de rodapé 58.

ocorrida no mesmo ano da conquista do Peru e celebrada por Albrecht Dürer em seu *Monumento aos camponeses vencidos* (Thea, 1998, pp. 65, 134-5), a vingança foi impiedosa. “Milhares de cadáveres jaziam no chão, da Turíngia até a Alsácia, nos campos, nos bosques, em fossos de milhares de castelos desmantelados e incendiados”, “assassinados, torturados, empalados, martirizados” (*ibidem*, pp. 146, 153). Mas o relógio não podia andar para trás. Em várias regiões da Alemanha e em outros territórios que haviam estado no centro da “guerra”, mantiveram-se direitos consuetudinários e até mesmo formas de governo territorial.⁵⁹

sa, como “comunista” nos Estados Unidos da década de 1950 e como “terrorista” nos dias de hoje.

⁵⁹ Em algumas cidades-Estado, mantiveram-se as autoridades aldeãs e os privilégios. Em várias comarcas, os camponeses “continuaram negando-se a pagar dívidas, impostos e serviços laborais”. “Me deixavam gritar e não me davam nada”, queixava-se o abade de Schussenried, referindo-se a quem trabalhava em sua terra (Blickle, 1985, p. 172). Na Alta Suábia, apesar de a servidão não ter sido abolida, algumas das principais demandas dos camponeses em relação aos direitos de herança e matrimônio foram aceitas por meio do Tratado de Memmingen, de 1526. “No Alto Reno, algumas comarcas tam-

No entanto, essa era uma exceção. Nos lugares em que não foi possível vencer a resistência dos trabalhadores, que se recusavam a voltar à situação de servos, a resposta foi a expropriação da terra dos camponeses e a introdução do trabalho assalariado forçado. Os trabalhadores que tentavam oferecer seu trabalho de forma independente ou abandonar seus empregadores eram castigados com o encarceramento e até mesmo com a morte, em caso de reincidência. Na Europa, não se desenvolveu um mercado de trabalho “livre” até o século XVIII e, mesmo depois disso, o trabalho assalariado contratado só foi obtido após uma intensa luta e para um grupo limitado de pessoas, na maioria homens adultos. No entanto, o fato de que a escravidão e a servidão não puderam ser restabelecidas significou que a crise do trabalho que caracterizou a Baixa Idade Média continuou na Europa até a entrada do século XVII, agravada pelo fato de que a campanha para maximizar a exploração do trabalho colocou em risco a reprodução da força de trabalho. Essa contradição – que ainda caracteriza o desenvolvimento capitalista⁶⁰ – explodiu de modo ainda mais dramático nas colônias americanas, onde o trabalho, as doenças e os castigos disciplinares destruíram dois terços da população original nas décadas imediatamente após a

bém chegaram a acordos que eram positivos para os camponeses” (*ibidem*, pp. 172-9). Em Berna e Zurique, na Suíça, a escravidão foi abolida. Negociaram-se melhorias para o “homem comum” no Tirol e em Salzburgo (*ibidem*, pp. 176-9). Porém, “a verdadeira filha da revolução” foi a assembleia territorial, instituída na Alta Suábia depois de 1525, que assentou as bases para um sistema de autogoverno que perdurou até o século XIX. Então surgiram novas assembleias territoriais, que “[realizaram] debilmente uma das demandas de 1525: que o homem comum fizesse parte das cortes territoriais, junto com a nobreza, o clero e os habitantes das cidades”. Blickle conclui que, “onde quer que essa causa tenha triunfado, não podemos dizer que ali os senhores tenham coroado sua conquista militar com uma vitória política, já que o príncipe estava ainda atado ao consentimento do homem comum. Somente depois, durante a formação do Estado absoluto, o príncipe pôde liberar-se do consentimento” (*ibidem*, pp. 181-2).

⁶⁰ Referindo-se à crescente pauperização no mundo, ocasionada pelo desenvolvimento capitalista, o antropólogo francês Claude Meillassoux (1981, p. 140), em *Mulheres, celeiros & capitais*, afirmou que essa contradição anuncia uma futura crise para o capitalismo: “Em última instância, o imperialismo – como meio para reproduzir força de trabalho barata – está levando o capitalismo a uma grave crise, já que, embora existam milhões de pessoas no mundo [...] que não participam diretamente do emprego capitalista [...], quantos ainda podem, devido ao rompimento dos laços sociais, à fome e às guerras que causa, produzir para sua própria subsistência e alimentar seus filhos?”

Camponês desfraldando a bandeira da “Liberdade”, estimado em 1525.

Conquista.⁶¹ A contradição também estava no cerne do tráfico e da exploração do trabalho escravo. Milhões de africanos morreram devido às terríveis condições de vida a que estavam sujeitos durante a travessia⁶² e nas *plantations*. Nunca, na Europa, a exploração da força de trabalho atingiu proporções tão genocidas, exceto sob o regime nazista. Ainda assim, nos séculos XVI e XVII, a privatização da terra e a mercantilização das relações sociais (a resposta dos senhores e dos comerciantes à crise econômica) também causaram ali uma pobreza e uma mortalidade generalizadas, além de uma intensa resistência que ameaçou afundar a nascente economia capitalista. Sustento que esse é o contexto histórico em que se deve situar a história das mulheres e da reprodução na transição do feudalismo para o capitalismo, porque as mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres – especialmente entre as proletárias, seja na Europa, seja na América – foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho.

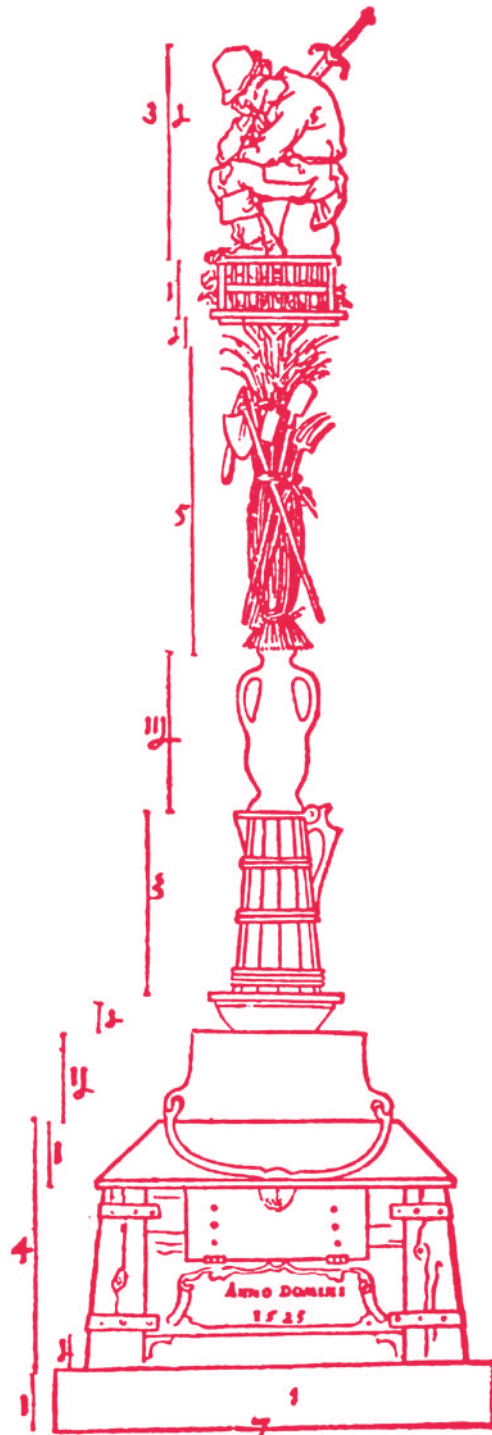
Para apoiar essa argumentação, neste texto serão traçados

61 A dimensão da catástrofe demográfica causada pelo “intercâmbio colombiano” continua sendo debatida até hoje. As estimativas do declínio da população na América do Sul e na América Central no primeiro século pós-colombiano variam muito, mas a opinião acadêmica contemporânea é quase unânime em comparar seus efeitos a um holocausto americano. André Gunder Frank escreve que, “em pouco mais de um século, a população indígena caiu 90%, chegando a 95% no México, Peru e em algumas outras regiões” (1978, p. 43). De forma semelhante, Noble David Cook diz que, “talvez, nove milhões de pessoas viviam dentro dos limites delineados pelas fronteiras atuais do Peru. Um século depois do contato, o número de habitantes remanescentes era, mais ou menos, uma décima parte dos que estavam ali quando os europeus invadiram o mundo andino” (Cook, 1981, p. 116).

62 Em inglês, a travessia de barcos carregados de escravos da África até a América recebia o nome de *Middle Passage*. Os barcos começavam a viagem na Europa, carregados de mercadoria, que trocavam por escravos na costa da África. Logo empreendiam viagem à América carregados de escravos, que vendiam para comprar mercadorias americanas que seriam, por sua vez, vendidas na Europa. Isto é, desse circuito triangular, o tráfico de escravos ocupava o trajeto intermediário e, por isso, alguns textos traduzem a expressão por “passagem intermediária”. [N.T.E.]



Albrecht Dürer, *Monumento aos camponeses vencidos* (1526). Esta imagem, que representa um camponês entronizado sobre uma coleção de objetos de sua vida cotidiana, é altamente ambígua. Pode sugerir que os camponeses foram traídos ou que eram eles mesmos que deveriam ser tratados como traidores. Portanto, a imagem foi interpretada tanto como uma sátira dos camponeses rebeldes quanto como uma homenagem à sua força moral. O que sabemos com certeza é que Dürer ficou profundamente perturbado pelos eventos de 1525 e, como luterano convicto, deve ter seguido Lutero em sua condenação da revolta.



os principais desenvolvimentos que deram forma ao advento do capitalismo na Europa: a privatização da terra e a Revolução dos Preços. Defendo que nenhuma das duas foi suficiente para produzir um processo de proletarização autossustentável. Depois, examinarei, em linhas gerais, as políticas que a classe capitalista introduziu com o fim de disciplinar, reproduzir e expandir o proletariado, iniciando com o ataque contra as mulheres e resultando na construção de uma nova ordem patriarcal, que defino como o “patriarcado do salário”. Finalmente, indagarei até que ponto a produção de hierarquias raciais e sexuais nas colônias foi capaz de formar um campo de confrontação ou de solidariedade entre mulheres indígenas, africanas e europeias, e entre mulheres e homens.

A PRIVATIZAÇÃO DA TERRA NA EUROPA, A PRODUÇÃO DE ESCASSEZ E A SEPARAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Desde o começo do capitalismo, a guerra e a privatização da terra empobreceram a classe trabalhadora. Este fenômeno foi internacional. Em meados do século XVI, os comerciantes europeus haviam expropriado boa parte da terra das Ilhas Canárias para transformá-la em *plantations* de cana-de-açúcar. O maior processo de privatização e cercamento de terras ocorreu no continente americano, onde, no início do século XVII, os espanhóis tinham se apropriado de um terço das terras comunais indígenas sob o sistema da *encomienda*. A caça de escravos na África trouxe como consequência a perda de terras, porque privou muitas comunidades de seus melhores jovens.

Na Europa, a privatização da terra começou no final do século XV, coincidindo com a expansão colonial. Ela assumiu formas diferentes: despejo de inquilinos, aumento de aluguel e impostos elevados por parte do Estado, o que levou ao endividamento e à venda de terras. Defino todos esses processos como expropriação de terra, porque, mesmo quando a força não era usada, a perda da terra se dava contra a vontade do indivíduo ou da comunidade, solapando sua capacidade de subsistência. Duas formas de expropriação de terra devem ser mencionadas: a guerra – cujo caráter mudou nesse período, uma vez que passou a ser usada como meio para transformar arranjos territoriais e econômicos – e a reforma religiosa.

“Antes de 1494, o conflito bélico na Europa havia consistido principalmente em guerras menores, caracterizadas por campanhas breves e irregulares” (Cunningham e Grell, 2000, p. 95).



Jacques Callot, *Os horrores da guerra* (1633). Gravura em metal. Os homens enforcados pelas autoridades militares eram soldados que viraram ladrões. Ex-soldados eram uma parte importante do contingente de vagabundos e mendigos que lotava as estradas da Europa do século XVII.

Elas frequentemente ocorriam no verão para dar tempo aos camponeses, que formavam a maior parte dos exércitos, de semear seus cultivos; os exércitos se enfrentavam durante longos períodos, sem que houvesse muita ação. No entanto, no século XVI, as guerras tornaram-se mais frequentes e apareceu um novo tipo de conflito, em parte devido à inovação tecnológica, mas principalmente porque os Estados europeus começaram a recorrer à conquista territorial para resolver suas crises econômicas, financiados por ricos investidores. As campanhas militares tornaram-se muito mais longas. Os exércitos cresceram dez vezes em tamanho, tornando-se permanentes e profissionais.⁶³ Foram contratados mercenários que não tinham nenhum laço com a população. O objetivo da guerra começou a ser a eliminação do inimigo, de tal maneira que deixava em sua esteira vilarejos abandonados, campos cobertos de cadáveres, fome e

⁶³ Sobre as mudanças na natureza da guerra na Europa moderna, ver Cunningham e Grell (2000, pp. 95-102) e Kaltner (1998). Cunningham e Grell (2000, p. 95) escrevem: “Em 1490, um exército grande era formado por 20 mil homens; em 1550, tinha duas vezes esse tamanho, enquanto, até o final da Guerra dos Trinta Anos, os principais Estados europeus tinham exércitos terrestres de cerca de 150 mil homens”.

epidemias, como em *Os quatro cavaleiros do Apocalipse* (1498) de Albrecht Dürer.⁶⁴ Esse fenômeno, cujo impacto traumático sobre a população foi refletido em numerosas representações artísticas, mudou a paisagem agrária da Europa.

Muitos contratos de arrendamento também foram anulados quando terras da Igreja foram confiscadas durante a Reforma, que começou com uma apropriação de terras massiva por parte da classe alta. Na França, um apetite comum pelas terras da Igreja inicialmente uniu classes baixas e altas no movimento protestante, mas, quando a terra foi leiloada, a partir de 1563, os artesãos e os trabalhadores diaristas, que haviam exigido a expropriação da Igreja “com uma paixão nascida da amargura e da esperança” e que haviam se mobilizado sob a promessa de que eles também receberiam a sua parte, foram traídos em suas expectativas (Le Roy Ladurie, 1974, pp. 173-6). Os camponeses, que haviam se tornado protestantes para se livrar dos dízimos, também foram enganados. Quando defenderam seus direitos, declarando que “o Evangelho promete terra, liberdade e emancipação”, foram selvagememente atacados como fomentadores da sedição (*ibidem*, p. 192).⁶⁵ Na Inglaterra, grande parte da terra também mudou de mãos em nome da reforma religiosa. W. G. Hoskin descreveu essa mudança como “a maior transferência de terras na história inglesa desde a conquista normanda” ou, mais sucintamente, como “O Grande Saque”.⁶⁶ Na Inglaterra,

64 A gravura de Albrecht Dürer não foi a única representação dos quatro cavaleiros do Apocalipse. Há também uma de Lucas Cranach (1522) e uma de Mattheus Merian (1630). As representações de campos de batalha retratando matanças de soldados e civis, vilarejos em chamas e filas de corpos enforcados são muitas para serem todas mencionadas. A guerra é, provavelmente, o tema principal na pintura dos séculos XVI e XVII, infiltrando-se em cada representação, até mesmo nas mais ostensivamente dedicadas a temas sacros.

65 Este desenlace põe em evidência os dois espíritos da Reforma: um popular e outro elitista, que logo se dividiram em linhas opostas. Enquanto a ala conservadora da reforma insistia nas virtudes do trabalho e da acumulação de riquezas, a ala popular exigia uma sociedade governada pelo “amor piedoso”, pela igualdade e pela solidariedade. Sobre as dimensões de classe da Reforma, ver Henry Heller (1986) e Po-Chia Hsia (1988).

66 Hoskins (1976, pp. 121-3). Na Inglaterra, a Igreja pré-Reforma havia concentrado de 25% a 30% da propriedade. Henrique VIII vendeu 60% das suas terras (Hoskins, 1976, pp. 121-3). Quem mais ganhou com o confisco e teve maior entusiasmo com o cer-

todavia, a privatização da terra foi realizada basicamente por meio de cercamentos – um fenômeno que foi associado de tal modo com a expropriação dos trabalhadores da sua “riqueza coletiva” que, em nosso tempo, é usado por militantes anticapitalistas como um significativo para cada ataque sobre os direitos sociais.⁶⁷

No século XVI, “cercamento” era um termo técnico que indicava o conjunto de estratégias usadas pelos lordes ingleses e pelos fazendeiros ricos para eliminar o uso comum da terra e expandir suas propriedades.⁶⁸ Referia-se, sobretudo, à abolição

camento das terras adquiridas não foi a antiga nobreza, nem aqueles que dependiam dos espaços comuns para se manter, mas a pequena nobreza proprietária de terras (*gentry*) e os “homens novos”, especialmente advogados e comerciantes, que personificavam a avareza na imaginação campesina (Cornwall, 1977, pp. 22-8). Era contra esses “homens novos” que os camponeses se inclinavam a extravasar sua fúria. A tabela (Kridde, 1983, p. 60) registra um excelente retrato da situação, ilustrando quem foram os vencedores e os perdedores na grande transferência de terras ocorrida durante a Reforma Inglesa. Ela mostra que entre 20% e 25% da terra em mãos da Igreja se transformaram em propriedade da *gentry*. As colunas seguintes são as mais relevantes.

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA POR GRUPO SOCIAL NA INGLATERRA E NO PAÍS DE GALES		
	1436 (EM %) EXCLUINDO GALES	1690 (EM %)
GRANDES PROPRIETÁRIOS	15-20	15-20
GENTRY	25	45-50
PEQUENOS PROPRIETÁRIOS	20	25-33
IGREJA E COROA	25-30	5-10

Sobre as consequências da Reforma na Inglaterra, no que concerne à propriedade da terra, ver também Christopher Hill (1958, p. 41), que escreve:

“Não é necessário idealizar as abadias como proprietárias indulgentes para admitir certa verdade nas acusações contemporâneas de que os novos compradores diminuíram os contratos de arrendamento, arruinaram os alugueiros e desalojaram os inquilinos [...] ‘Não sabes’, disse John Palmer a um grupo de arrendatários que estava desalojando, ‘que a graça do rei degradou todas as casas dos monges, dos frades e das freiras? Portanto, não terá chegado o momento em que nós, *gentlemen*, degradaremos as casas desses pobres patifes?’”

67 Ver *Midnight Notes* (1990) [Notas da meia-noite]; também *The Ecologist* (1993) [O Ecologista]; e o debate em curso sobre “cercamentos” e “o comum” em *The Commoner*, disponível em <www.commoner.org.uk>, especialmente o número 2 (setembro de 2001) e o número 3 (janeiro de 2002).

68 Antes de mais nada, “cercamento” queria dizer “envolver um pedaço de terra com cercas, canais ou outras barreiras ao livre trânsito de homens e animais, em que a cerca era marca de propriedade e ocupação exclusiva de um terreno. Portanto, por meio do cercamento, o uso coletivo da terra, geralmente acompanhando por algum grau de propriedade comunal, seria abolido, suplantado pela propriedade individual e pela ocupação isolada” (G. Slater, 1968, pp. 1-2). Havia uma variedade de meios para se abolir o uso

do sistema de campos abertos (*open-field system*), um acordo pelo qual os aldeões possuíam faixas de terra não contíguas num campo sem cercas. Cercar incluía também o fechamento das terras comunais e a demolição dos barracos dos camponeses que não tinham terra, mas podiam sobreviver graças a seus direitos consuetudinários.⁶⁹ Grandes extensões de terra também foram cercadas para criar reservas de veados, ao passo que vilarejos inteiros foram derrubados para serem transformados em pasto.

Embora os cercamentos tenham continuado até o século XVIII (Neeson, 1993), antes mesmo da Reforma mais de duas mil comunidades rurais foram destruídas dessa maneira (Fryde, 1996, p. 185). A extinção dos vilarejos rurais foi tão severa que a Coroa ordenou uma investigação em 1518 e outra em 1548. Porém, apesar da nomeação de várias comissões reais, pouco se fez para deter essa tendência. Começou, então, uma luta intensa, culminando em numerosos levantes, acompanhados por um extenso debate sobre os méritos e deméritos da privatização da terra que continua até os dias atuais, revitalizado pela investida do Banco Mundial sobre os últimos bens comuns do planeta.

Resumidamente, o argumento oferecido pelos “modernizadores” de todas as posições políticas é que os cercamentos

coletivo da terra nos séculos xv e xvi. As vias legais eram: i) a compra, por uma pessoa, de todos os lotes alugados e de seus direitos acessórios; ii) a emissão por parte do rei de uma licença especial para cercar, ou a aprovação de uma lei de cercamento pelo Parlamento; iii) um acordo entre o proprietário e os inquilinos, incorporado num decreto da *Chancery* (corte especializada em assuntos civis) [N.T.E.]; iv) a realização de cercamentos parciais de terrenos baldios por parte dos lordes, sob as disposições dos Estatutos de Merton (1235) e Westminster (1285). Roger Manning destaca, no entanto, que esses “métodos legais [...] escondiam, muitas vezes, o uso da força, a fraude e a intimidação contra os inquilinos” (Manning, 1998, p. 25). E. D. Fryde também escreve que “o assédio prolongado aos inquilinos, combinado com ameaças de despejo à mínima oportunidade legal”, e a violência física foram usados para provocar despejos em massa, “particularmente durante os anos de desordem entre 1450 e 1485 [isto é, no período da Guerra das Duas Rosas]” (Fryde, 1996, p. 186). Em *Utopia* (1516), Thomas More expressou a angústia e a desolação geradas por essas expulsões em massa, quando falou de certas ovelhas que haviam se tornado tão gulosas e selvagens que “comiam e engoliam os próprios homens”. “Ovelhas”, acrescentou, “que consomem e destroem e devoram campos inteiros, casa e cidades.”

69 Em *The Invention of Capitalism* (2000, p. 38 e segs.) [A invenção do capitalismo], Michael Perelman ressaltou a importância dos “direitos consuetudinários” (por exemplo, a caça), que eram, muitas vezes, de vital importância, marcando a diferença entre a sobrevivência e a indigência total.

estimularam a eficiência agrícola e que os deslocamentos provocados foram compensados com um crescimento significativo da produtividade da terra. Afirma-se que a terra estava esgotada e que, se tivesse permanecido nas mãos dos pobres, teria deixado de produzir (antecipando a “tragédia dos comuns” de Garrett Hardin),⁷⁰ enquanto sua aquisição por parte dos ricos permitiu que a terra descansasse. Junto com a inovação agrícola, continua o argumento, os cercamentos tornaram a terra mais produtiva, o que levou à expansão do abastecimento de alimentos. Desse ponto de vista, qualquer exaltação dos méritos da posse coletiva da terra é descartada como uma “nostalgia pelo passado”, presumindo que as formas comunais agrárias são retrógradas e ineficientes e que quem as defende sofre de um apego desmedido à tradição.⁷¹

Entretanto, esses argumentos não se sustentam. A privatização da terra e a comercialização da agricultura não aumentaram

70 O ensaio de Garrett Hardin sobre *A Tragédia dos Comuns* (1968) foi um dos pilares da campanha ideológica de apoio à privatização da terra na década de 1970. A “tragédia”, na versão de Hardin, é a inevitabilidade do egoísmo hobbesiano como determinante do comportamento humano. Em sua opinião, num campo comum hipotético, cada pastor quer maximizar seu lucro sem levar em conta as repercussões de sua ação sobre os outros pastores, de tal maneira que “a ruína é o destino a que todos os homens se apressam, cada um perseguindo seu próprio interesse” (Baden e Noonan, 1998, pp. 8-9).

71 A defesa dos cercamentos a partir da “modernização” tem uma longa história, mas o neoliberalismo lhe deu novo impulso. Seu principal fomentador foi o Banco Mundial, que frequentemente exige aos governos da África, da Ásia, da América Latina e da Oceania que privatizem suas terras comuns como condição para recebimento de empréstimos (Banco Mundial, 1989). Uma defesa clássica dos ganhos em produtividade derivados dos cercamentos pode ser encontrada em Harriett Bradley (1968, [1918]). A literatura acadêmica adotou um enfoque a partir de “custo-benefício” mais equânime, exemplificado pelos trabalhos de G. E. Mingay (1997) e Robert S. Duplessis (1997, pp. 65-70). A batalha sobre os cercamentos agora cruzou as fronteiras disciplinares e está sendo discutida também por especialistas em literatura. Um exemplo do cruzamento de fronteiras disciplinares está em Richard Burt e John Michael Archer (org.), *Enclosure Acts: Sexuality, Property and Culture in Early Modern England* (1994) [Atos de cercamento: sexualidade, propriedade e cultura no início da Inglaterra Moderna] – especialmente os ensaios de James R. Siemon, “Landlord Not King: Agrarian Change and Interarticulation” [Senhor feudal, não rei: mudança agrária e interarticulação]; e William C. Carroll, “The Nursery of Beggary: Enclosure, Vagrancy, and Sedition in the Tudor-Stuart Period” [A creche da mendicância: cercamento, vagabundagem e sedição na era Tudor-Stuart]. Carroll detectou que houve, no período Tudor, uma animada defesa dos cercamentos e uma crítica aos campos comuns levada a cabo por porta-vozes da própria classe que cercava. De acordo com esse discurso, os cercamentos fomentavam a empresa privada, que, por sua vez, aumentava a produção agrícola, enquanto os campos comuns eram os “semeadores e receptáculos de ladrões, delinquentes e mendigos” (Carroll, 1994, pp. 37-8).

a quantidade de alimentos disponíveis para as pessoas comuns, embora tenha aumentado a disponibilidade de comida para o mercado e para a exportação. Para os trabalhadores, isso representou a instauração de dois séculos de fome, da mesma forma que, atualmente, mesmo nas áreas mais férteis da África, da Ásia e da América Latina, a desnutrição é endêmica, devido à destruição da posse comum da terra e da política de “exportação ou morte” imposta pelos programas de ajuste do Banco Mundial. Tampouco a introdução de novas técnicas agrícolas na Inglaterra compensou essa perda. Pelo contrário, o desenvolvimento do capitalismo “operou em perfeita harmonia” com o empobrecimento da população rural (Lis e Soly, 1979, p. 102). Um testemunho da miséria produzida pela privatização da terra é o fato de que, apenas um século depois do surgimento do capitalismo agrário, sessenta cidades europeias instituíram alguma forma de assistência social ou estavam se movendo nesse sentido, ao mesmo tempo que a indigência se tornava um problema internacional (*ibidem*, p. 87). O crescimento populacional pode ter contribuído, mas sua importância foi vista de modo exagerado e deve ser circunscrita no tempo. Nos últimos anos do século XVI, a população estava se estagnando ou diminuindo em quase toda a Europa, mas naquela época os trabalhadores não extraíam nenhum benefício dessa mudança.

Há também erros em relação à efetividade do sistema de agricultura de campos abertos. Historiadores neoliberais descreveram-no como um desperdício, mas até mesmo um partidário da privatização da terra como Jean De Vries reconhece que o uso comum dos campos agrícolas tinha muitas vantagens. Ele protegia os camponeses do fracasso de uma colheita, devido à variedade de faixas de terra a que uma família tinha acesso; também permitia um planejamento manejável do trabalho (dado que cada faixa requeria atenção em diferentes momentos); e promovia uma forma de vida democrática, construída



Festa Rural. Todos os festivais, os jogos e os encontros da comunidade camponesa tinham lugar nas terras comunais. Detalhe de gravura de Daniel Hopfer, século XVI.

sobre a base do autogoverno e da autossuficiência, já que todas as decisões – quando plantar, quando colher, quando drenar os pântanos, quantos animais seriam permitidos nos campos comuns – eram tomadas pelos camponeses em assembleia (De Vries 1976, pp. 42-3; Hoskins 1976, pp. 11-2).

As mesmas considerações são aplicáveis às “terras comunais”. Menosprezadas na literatura do século XVI como uma fonte de preguiça e de desordem, as terras comunais eram fundamentais para a reprodução de muitos pequenos fazendeiros ou lavradores que sobreviviam apenas porque tinham acesso

a pradarias, nas quais podiam manter vacas, ou bosques dos quais extraíam madeira, frutos silvestres e ervas, ou pedreiras, lagoas onde podiam pescar e espaços abertos para reunir-se. Além de incentivar as tomadas de decisão coletivas e a cooperação no trabalho, as terras comunais eram a base material sobre a qual podia crescer a solidariedade e a sociabilidade camponesa. Todos os festivais, os jogos e as reuniões da comunidade camponesa eram realizados nas terras comunais.⁷² A função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres, que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, a autonomia e a sociabilidade. Parafraseando a afirmação de Alice Clark sobre a importância dos mercados para as mulheres na Europa pré-capitalista, é possível dizer que as terras comunais também foram o centro da vida social das mulheres, o lugar onde se reuniam, trocavam notícias, recebiam conselhos e podiam formar um ponto de vista próprio – autônomo da perspectiva masculina – sobre os acontecimentos da comunidade (Clark, 1968, p. 51).

Essa rede de relações de cooperação, a que R. D. Tawney se referiu como o “comunismo primitivo” do vilarejo feudal, desmoronou quando o sistema de campos abertos foi abolido e as terras comunais foram cercadas (Tawney, 1967). Não só a cooperação no trabalho agrícola desapareceu quando a terra foi privatizada e os contratos individuais de trabalho substituíram os coletivos, mas também as diferenças econômicas entre a população rural se aprofundaram, à medida que aumentou o número de ocupantes ilegais que não tinham nada além de uma cama e uma vaca, e a quem não restava outra opção a não

72 Os campos comuns eram os lugares onde se realizavam os festivais populares e outras atividades coletivas, como esportes, jogos e reuniões. Quando foram cercados, a sociabilidade que havia caracterizado a comunidade dos vilarejos foi gravemente debilitada. Entre os rituais que deixaram de existir estava a *rogationtide perambulation*, uma procissão anual entre os campos, com o objetivo de benzer os futuros cultivos, que não pôde continuar a acontecer devido aos cercamentos (Underdown, 1985, p. 81).

ser “ajoelhar e baixar a cabeça” para implorar por um emprego (Seccombe, 1992). A coesão social começou a se decompor,⁷³ as famílias se desintegraram, os jovens deixaram os vilarejos para se unir à crescente quantidade de vagabundos ou trabalhadores itinerantes – que logo se tornaram o principal problema social da época –, enquanto os idosos eram abandonados à sua própria sorte. Isso prejudicou principalmente as mulheres mais velhas, que, não contando mais com o apoio de seus filhos, caíam nas fileiras dos pobres ou sobreviviam à base de empréstimos, pequenos furtos ou atrasando o pagamento de suas dívidas. O resultado foi um campesinato polarizado não apenas por desigualdades econômicas cada vez mais profundas, mas também por um emaranhado de ódios e de ressentimentos que está bem documentado nos escritos sobre a caça às bruxas. Eles mostram que as discussões relacionadas aos pedidos de ajuda, à entrada de animais sem autorização em propriedades alheias e à inadimplência de aluguéis estavam por trás de muitas acusações (Kriedte, 1983, p. 55; Briggs, 1998, pp. 289-316).

Os cercamentos também debilitaram a situação econômica dos artesãos. Da mesma forma que as corporações multinacionais se aproveitam dos camponeses cujas terras foram expropriadas pelo Banco Mundial para construir “zonas de livre exportação”, onde as mercadorias são produzidas por menor custo, nos séculos XVI e XVII os negociantes capitalistas se aproveitaram da mão de obra barata que se encontrava disponível nas áreas rurais para quebrar o poder das guildas urbanas e destruir a independência dos artesãos. Isso aconteceu principalmente com a indústria têxtil, reorganizada como indústria artesanal rural, na base do “sistema doméstico”, antecedente

73 Sobre a decomposição da coesão social, ver (entre outros) David Underdown (1985), *Revel, Riot and Rebellion: Popular Politics and Culture in England, 1603-1660* [Festas, revolta e rebelião: política e cultura popular na Inglaterra, 1603-1660], especialmente o capítulo 3, que também descreve os esforços empreendidos pela nobreza mais antiga para se distinguir dos novos ricos.

da atual “economia informal”, também construída sobre o trabalho das mulheres e das crianças.⁷⁴ Porém, os trabalhadores têxteis não eram os únicos que tiveram seu trabalho barateado. Logo que perderam o acesso à terra, todos os trabalhadores lançaram-se numa dependência econômica que não existia na época medieval, considerando-se que sua condição de sem-terra deu aos empregadores o poder para reduzir seu pagamento e ampliar o dia de trabalho. Em regiões protestantes, isso ocorreu sob o disfarce da reforma religiosa, que duplicou o ano de trabalho, por meio da eliminação dos feriados religiosos.

Não é surpreendente que, com a expropriação da terra, viesse uma mudança de atitude dos trabalhadores com relação ao salário. Enquanto na Idade Média os salários podiam ser vistos como um instrumento de liberdade (em contraste com a obrigatoriedade dos serviços laborais), começaram a ser vistos como instrumentos de escravidão logo que o acesso à terra chegou ao fim (Hill, 1975, p. 181 e segs.).⁷⁵

Tamanho era o ódio que os trabalhadores sentiam pelo trabalho assalariado que Gerrard Winstanley, o líder dos *Diggers*,⁷⁶ declarou que, se alguém trabalhava por um salário, não faria

74 A indústria artesanal foi resultado da extensão da indústria rural no feudo, reorganizada por negociantes capitalistas com a finalidade de aproveitar a grande reserva de trabalho liberada pelos cercamentos. Com esta manobra, os negociantes tentaram alterar os altos salários e o poder das guildas urbanas. Foi assim que nasceu o “sistema doméstico” – um sistema pelo qual os capitalistas distribuíam entre as famílias rurais lã ou algodão para fiar ou tecer, e frequentemente também os instrumentos de trabalho, e depois recolhiam o produto pronto. A importância do sistema doméstico e da indústria artesanal para o desenvolvimento da indústria britânica pode ser deduzida do fato de que a totalidade da indústria têxtil, o setor mais importante na primeira fase do desenvolvimento capitalista, foi organizada dessa maneira. A indústria artesanal apresentava duas vantagens fundamentais para os empregadores: evitava o perigo das “associações” e barateava o custo de trabalho, já que sua organização no lar fornecia aos trabalhadores serviços domésticos gratuitos e a cooperação de seus filhos e esposas, que eram tratadas como ajudantes e recebiam baixos salários como “auxiliares”.

75 O trabalho assalariado foi tão identificado com a escravidão que os “niveladores” (*levellers*), que defendiam a igualdade durante a Guerra Civil Inglesa no século XVII, excluíam os trabalhadores assalariados do direito ao voto, já que não os consideravam suficientemente independentes de seus empregadores para poder votar. “Por que uma pessoa livre haveria de escravizar-se a si mesma?”, perguntava o Zorro, um personagem em *Mother Hubbard's Tale* [Conto da Mãe Hubbard], de Edmund Spenser (1591).

76 *Diggers* [escavadores] e *Ranters* [faladores, resmungões] eram os nomes de grupos radicais que atuaram na Revolução Inglesa. [N.T.P.]

diferença viver com o inimigo ou com seu próprio irmão. Isso explica o crescimento, na aurora do processo de cercamento (usando o termo num sentido amplo para incluir todas as formas de privatização da terra), da quantidade de “vagabundos” e homens “sem senhor” que preferiam sair vagando pelos caminhos, arriscando-se à escravidão ou à morte – como prescrevia a legislação “sangrenta” aprovada contra eles – a trabalhar por um salário (Herzog, 1989, pp. 45-52).⁷⁷ Também explica a extenuante luta que os camponeses realizaram para defender suas terras da expropriação, não importa o quão escassas fossem.

Na Inglaterra, as lutas contra o cercamento dos campos começaram no final do século XV e continuaram durante os séculos XVI e XVII, quando a derrubada de cercas se tornou a “forma mais importante de protesto social” e o símbolo do conflito de classes (Manning, 1988, p. 311). Os motins contra os cercamentos se transformavam frequentemente em levantes de massa. O mais notório foi a Rebelião de Kett, assim chamada por causa de seu líder, Robert Kett, que se deu em Norfolk em 1549. Não se tratou de uma rusga menor. Em seu auge, os rebeldes somavam 16 mil, contavam com uma artilharia, derrotaram um exército do governo de 12 mil homens e, inclusive, tomaram Norwich, que era então a segunda maior cidade da Inglaterra.⁷⁸ Além disso, os rebeldes também haviam escrito um programa que, se tivesse sido

77 A bibliografia sobre vagabundos é abundante. Entre os autores mais importantes sobre este tema estão A. Beier (1974) e B. Geremek, com a obra *Poverty, A History* (1994) [Pobreza, uma história].

78 Fletcher (1973, pp. 64-77); Cornwall (1977, pp. 137-241); Beer (1982, pp. 82-139). No início do século XVI, a baixa *gentry* participou de muitos motins, utilizando o ódio popular contra cercamentos, aquisições e reservas para resolver disputas com seus superiores. Porém, depois de 1549, “diminuiu a capacidade dirigente da pequena nobreza nas querelas sobre os cercamentos e os pequenos proprietários ou os artesãos, e aqueles que trabalhavam na indústria artesanal doméstica tomaram a iniciativa nos protestos agrários” (Manning, 1988, p. 312). Manning descreve o “forasteiro” como típica vítima de um motim contra os cercamentos. “Os comerciantes que tentavam comprar seu ingresso na aristocracia proprietária eram particularmente vulneráveis aos motins contra os cercamentos, assim como os fazendeiros que arrendavam terra. Em 24 dos 75 casos da Corte da Star Chamber, esses motins se dirigiram contra os novos proprietários e os fazendeiros. Outros seis casos incluíam proprietários ausentes, um perfil muito semelhante.” (Manning 1988, p. 50).



Intitulada *Mulheres e valetes*, a imagem de Hans Sebald Beham (estimada em 1530) mostra o cortejo de mulheres que costumava seguir os exércitos, inclusive nos campos de batalha. As mulheres, incluindo esposas e prostitutas, cuidavam da reprodução dos soldados. Note-se a mulher usando uma mordaza.

colocado em prática, teria controlado o avanço do capitalismo agrário e eliminado todos os vestígios do poder feudal no país. Consistia em 29 demandas que Kett, um fazendeiro e curtidor, apresentou ao Lorde Protetor. A primeira era que, “a partir de agora, nenhum homem voltará a promover cercamentos”. Outros artigos exigiam que os aluguéis fossem reduzidos a valores que prevaleceram 65 anos antes, que “todos os possuidores de títulos pudessem desfrutar dos benefícios de todos os campos comuns” e que “todos os servos fossem libertados, pois Deus fez a todos livres com seu precioso derramamento de sangue” (Fletcher, 1973, pp. 142-4). Essas demandas foram colocadas em prática. Em todo Norfolk, cercas foram arrancadas. Somente quando outro

exército do governo atacou é que os rebeldes se detiveram: 3.500 foram assassinados no massacre que se seguiu, e centenas foram feridos. Kett e seu irmão William foram enforcados do lado de fora das muralhas de Norwich.

No entanto, as lutas contra os cercamentos continuaram na época de James I, com um evidente aumento da presença das mulheres (Manning 1988, pp. 96-7, 114-6, 281; Mendelson e Crawford, 1998). Durante seu reinado, em torno de 10% dos motins contra os cercamentos incluíram mulheres entre os rebeldes. Alguns protestos eram inteiramente femininos. Em 1607, por exemplo, 37 mulheres, lideradas por uma tal “Capitã Dorothy”, atacaram mineiros de carvão que trabalhavam naquilo que as mulheres reivindicavam como sendo os campos comuns do vilarejo de Thorpe Moor (Yorkshire). Quarenta mulheres foram “derrubar as cercas e as barreiras” de um cercamento em Waddingham (Lincolnshire) em 1608; e, em 1609, num feudo de Dunchurch (Warwickshire), “quinze mulheres, incluindo esposas, viúvas, solteironas, filhas solteiras e criadas, se reuniram por sua conta para desenterrar as cercas e tapar os canais” (*ibidem*, p. 97). Novamente, em York, em maio de 1624, as mulheres destruíram um cercamento e, por isso, foram para a prisão – dizia-se que “havam desfrutado do tabaco e da cerveja depois de sua façanha” (Fraser, 1984, pp. 225-6). Mais tarde, em 1641, a multidão que irrompeu num pântano cercado em Buckden era formada fundamentalmente por mulheres, auxiliadas por meninos (*ibidem*). Esses são apenas alguns exemplos de um tipo de confronto em que mulheres, portando forcados e foices, resistiram ao cercamento de terras ou à drenagem de pântanos quando seu modo de vida estava ameaçado.

Essa forte presença feminina foi atribuída à crença de que as mulheres estavam acima da lei, sendo “protegidas” legalmente por seus maridos. Até mesmo os homens, diz-se, se vestiam como mulheres para arrancar as cercas. Porém, essa

explicação não pode ser levada muito longe, pois o governo não tardou em eliminar esse privilégio e começou a prender e encarcerar as mulheres que participavam nos motins contra os cercamentos.⁷⁹ Além disso, não devemos pressupor que as mulheres não tinham seus próprios interesses na resistência à expropriação da terra. Pelo contrário.

Assim como ocorreu com a comutação, as mulheres foram as que mais sofreram quando a terra foi perdida e o vilarejo comunitário se desintegrou. Isso se deve, em parte, ao fato de que, para elas, era muito mais difícil tornar-se “vagabundas” ou trabalhadoras migrantes, pois uma vida nômade as expunha à violência masculina, especialmente num momento em que a misoginia estava crescendo. As mulheres também tinham mobilidade reduzida devido à gravidez e ao cuidado dos filhos, um fato ignorado pelos pesquisadores que consideram que a fuga da servidão (por meio da migração e de outras formas de nomadismo) seja uma forma paradigmática de luta. As mulheres tampouco podiam se tornar soldados pagos, apesar de algumas terem se unido aos exércitos como cozinheiras, lavadeiras, prostitutas e esposas;⁸⁰ porém, essa opção também desapareceu no século XVII à medida que, progressivamente, os exércitos foram sendo regulamentados e as multidões de mulheres que costumavam segui-los foram expulsas dos campos de batalha (Kriedte, 1983, p. 55).

As mulheres também se viram prejudicadas pelos cercamentos, porque assim que a terra foi privatizada e as relações monetárias começaram a dominar a vida econômica, elas

79 A crescente presença das mulheres nos levantes contra os cercamentos era influenciada pela crença popular de que a lei “não regia” as mulheres e de que estas podiam vencer os cercamentos com impunidade (Mendelson e Crawford, 1998, pp. 386-7). Entretanto, a Corte da Star Chamber fez todo o possível para desacreditar a população sobre tal crença. Em 1605, um ano depois da lei sobre bruxaria de Jaime I, a Corte sancionou que, “se as mulheres cometerem as ofensas de entrar sem autorização, amotinamento ou outra, e se uma ação é trazida contra elas ou seus maridos, eles pagarão multas e danos, mesmo que a entrada ou a ofensa seja cometida sem o consentimento de seus maridos” (Manning, 1988, p. 98).

80 Sobre esse tema, ver, entre outras, Maria Mies (1986).

passaram a encontrar dificuldades maiores do que as dos homens para se sustentar, tendo sido confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado. Conforme veremos, esse fenômeno, que acompanhou a mudança de uma economia de subsistência para uma monetária, pode ser atribuído a diferentes fatores em cada fase do desenvolvimento capitalista. Fica claro, todavia, que a mercantilização da vida econômica forneceu as condições materiais para que isso ocorresse.

Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago – embora em valores inferiores – quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio.

Essas mudanças históricas – que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu

daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado.

O que é mais importante, a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras.

Como veremos, a desvalorização e a feminização do trabalho reprodutivo foi um desastre também para os homens trabalhadores, pois a desvalorização do trabalho reprodutivo inevitavelmente desvalorizou o seu produto: a força de trabalho. Entretanto, não há dúvida de que, na “transição do feudalismo para o capitalismo”, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então.

Diante desses fatos, é impossível dizer que a separação entre o trabalhador e a terra e o advento da economia monetária formaram o ponto culminante da luta travada pelos trabalhadores medievais para se libertarem da servidão. Não foram os trabalhadores – mulheres ou homens – que foram libertados pela privatização da terra. O que se “libertou” foi o capital, na mesma medida em que a terra estava agora “livre” para funcionar como meio de acumulação e exploração, e não mais como meio de subsistência. Libertados foram os proprietários

de terra, que agora podiam despejar sobre os trabalhadores a maior parte do custo de sua reprodução, dando-lhes acesso a alguns meios de subsistência apenas quando estavam diretamente empregados. Quando não havia trabalho disponível ou esse trabalho não era lucrativo o bastante – como, por exemplo, em épocas de crises comerciais ou agrárias –, os trabalhadores podiam, ao contrário, ser despedidos e abandonados à própria sorte para morrer de fome.

A separação entre os trabalhadores e seus meios de subsistência, assim como sua nova dependência das relações monetárias, significou também que o salário real agora podia ser reduzido, ao mesmo tempo que o trabalho feminino podia ser mais desvalorizado com relação ao masculino por meio da manipulação monetária. Não é coincidência, então, que, assim que a terra começou a ser privatizada, os preços dos alimentos, que durante dois séculos haviam permanecido estacionados, passaram a aumentar.⁸¹

81 Por volta do ano de 1600, o salário real na Espanha havia perdido 30% de seu poder de compra com relação a 1511 (Hamilton, 1965, p. 280). Sobre a Revolução dos Preços, ver, em particular, o trabalho já clássico de Earl J. Hamilton, *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650* (1965) [O tesouro americano e a Revolução dos Preços na Espanha, 1501-1650], que estuda o impacto que tiveram os metais preciosos americanos; David Hackett Fischer, em *The Great Wave: Price Revolutions and the Rhythms of History* (1996) [A grande onda: Revoluções dos Preços e os ritmos da história], estuda os aumentos de preços desde a Idade Média até o presente, particularmente no capítulo 2 (pp. 66-113); e o livro compilado por Peter Ramsey, *The Price Revolution in Sixteenth Century England* (1971) [A Revolução dos Preços na Inglaterra do século XVI].

A REVOLUÇÃO DOS PREÇOS E A PAUPERIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EUROPEIA

Devido às suas devastadoras consequências sociais, esse fenômeno “inflacionário” foi chamado de Revolução dos Preços (Ramsey, 1971). Ele foi atribuído, tanto pelos economistas daquele tempo quanto por posteriores (Adam Smith, por exemplo), à chegada de ouro e prata da América, “fluindo para a Europa [pela Espanha] numa corrente colossal” (Hamilton, 1965, p. VII). No entanto, já foi notado que os preços haviam começado a aumentar antes de que esses metais passassem a circular nos mercados europeus (Braudel, 1966, vol. I, p. 517-24). Além disso, o ouro e a prata, por si mesmos, não são capital e poderiam ter sido usados para outros fins, como para produzir joias ou cúpulas douradas, ou ainda para bordar roupas. Se funcionaram como instrumento para regular os preços, capazes de transformar até mesmo o trigo em uma mercadoria preciosa, foi porque se inseriram num universo capitalista em desenvolvimento, em que uma crescente porcentagem da população – um terço na Inglaterra (Laslett, 1971, p. 53) – não tinha acesso à terra e precisava comprar os alimentos que antes havia produzido, e porque a classe dominante aprendeu a usar o poder mágico do dinheiro para reduzir os custos laborais. Em outras palavras, os preços aumentaram por causa do desenvolvimento de um sistema de mercado nacional e internacional que estimulava a exportação e a importação de produtos agrícolas, e porque os comerciantes acumulavam bens para depois vendê-los por um preço maior. Em setembro de 1565, na Antuérpia, “enquanto os pobres literalmente morriam de fome nas ruas”, um depósito desmoronou de tão abarrotado que estava de cereais (Hacket Fischer, 1996, p. 88).

Foi nessas circunstâncias que a chegada do tesouro americano provocou uma enorme redistribuição da riqueza e um novo processo de proletarização.⁸² Os preços crescentes arruinaram os pequenos fazendeiros, que tiveram de renunciar às suas terras para comprar cereais ou pão quando as colheitas não eram capazes de alimentar suas famílias, e criaram uma classe de empresários capitalistas que acumularam fortunas pelo investimento na agricultura e no empréstimo de dinheiro, numa época em que possuir dinheiro era, para muita gente, uma questão de vida ou morte.⁸³

82 Assim resume Peter Kriedte (1983, pp. 54-5) os desenvolvimentos econômicos desse período: “A crise aprofundou as diferenças de renda e de propriedade. A pauperização e a proletarização cresceram de forma paralela à acumulação de riqueza [...] Um trabalho sobre Chippenham, em Cambridgeshire, mostrou que as colheitas ruins [de finais do século XVI e começo do XVII] levaram a uma mudança decisiva. Entre 1544 e 1712, as fazendas de porte médio quase desapareceram. Ao mesmo tempo, a proporção de propriedades de noventa acres ou mais cresceu de 3% para 14%; as casas sem terras aumentaram de 32% para 63%.”

83 Wallerstein (1974, p. 83); Le Roy Ladurie (1928-1929). O crescente interesse dos empresários capitalistas pelo empréstimo foi, talvez, o motivo subjacente na expulsão dos judeus da maioria das cidades e países da Europa nos séculos XV e XVI: Parma (1488), Milão (1489), Genebra (1490), Espanha (1492) e Áustria (1496). As expulsões e os pogroms continuaram durante um século ou mais. Até a corrente mudar de rumo com Rodolfo II, em 1577, era ilegal para os judeus viver em praticamente toda a Europa Ocidental. Logo que o empréstimo se transformou em um negócio lucrativo, esta atividade, antes declarada indigna de um cristão, foi reabilitada, como demonstra esse diálogo entre um camponês e um burguês rico, escrito de forma anônima, na Alemanha, por volta de 1521 (G. Strauss, pp. 110-1):

CAMPONÊS: O que me traz até você? É que gostaria de ver como passa seu tempo.
BURGUÊS: Como deveria passar meu tempo? Estou aqui sentado, contando meu dinheiro, não vê?

CAMPONÊS: Diga-me, burguês, quem te deu tanto dinheiro que passa todo seu tempo a contá-lo?

BURGUÊS: Quer saber quem me deu meu dinheiro? Vou te contar. Um camponês bate em minha porta e me pede que lhe empreste dez ou vinte florins. Pergunto-lhe se possui um terreno de bons pastos ou um campo lindo para arar. Ele diz: ‘Sim, burguês, tenho uma boa pradaria e um bom campo, os dois juntos valem cem florins’. Eu lhe respondo: ‘Excelente! Entregue-me como garantia sua pradaria e seu campo e, se você se comprometer a pagar um florim por ano como juros, pode obter seu empréstimo de vinte florins.’ Contente de ouvir a boa notícia, o camponês responde: ‘Com prazer, lhe darei essa garantia.’ ‘Mas devo dizer’, replico, ‘que, se alguma vez deixar de pagar os juros a tempo, tornarei posse de sua terra e a tornarei minha propriedade.’ E isso não preocupa o camponês, que prossegue, empenhando a mim seus pastos e seu campo como garantia. Eu empresto-lhe o dinheiro e ele paga os juros pontualmente durante um ou dois anos: logo vem uma colheita ruim e ele se atrasa em seus pagamentos. Confisco sua terra, desalojo-o e a pradaria e o campo são meus. E faço isso não só com os camponeses, mas também com os artesãos. Se um comerciante é dono de uma casa boa, empresto-lhe uma soma de dinheiro por ela e, dentro de pouco tempo, a casa me pertence. Desta maneira, adquiro uma grande quantidade de propriedades e riqueza e é por isso que passo todo meu tempo contando meu dinheiro.

CAMPONÊS: E eu que pensava que só os judeus praticavam a usura! Agora escuto que também os cristãos a praticam.

BURGUÊS: Usura? Quem está falando em usura? O que o devedor paga são os juros.”

A Revolução dos Preços disparou também um colapso histórico nos salários reais, comparável ao que vem ocorrendo, em nossa época, na África, na Ásia e na América Latina, precisamente nos países que sofreram “o ajuste estrutural” do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Em 1600, o salário real na Espanha havia perdido 30% de seu poder de compra com relação a 1511 (Hamilton, 1965, p. 280), e seu colapso foi igualmente severo em outros países. Enquanto o preço dos alimentos ficou oito vezes maior, os salários apenas triplicaram (Hackett Fischer, 1996, p. 74). Isso não foi obra da mão invisível do mercado, mas produto de uma política estatal que impedia que os trabalhadores se organizassem, enquanto dava aos comerciantes a máxima liberdade com relação ao estabelecimento de preços e ao movimento de mercadorias. Como era de se esperar, algumas décadas mais tarde, o salário real havia perdido dois terços de seu poder de compra, tal como mostram as mudanças que repercutiram nas remunerações diárias de um carpinteiro inglês, expressas em quilos de cereais, entre os séculos XIV e XVIII (Slicher Van Bath, 1963, p. 327):

ANOS	QUILOS DE CEREAIS
1351-1400	121,8
1401-1450	155,1
1451-1500	143,5
1500-1550	122,4
1551-1600	83,0
1601-1650	48,3
1651-1700	74,1
1701-1750	94,6
1751-1800	79,6

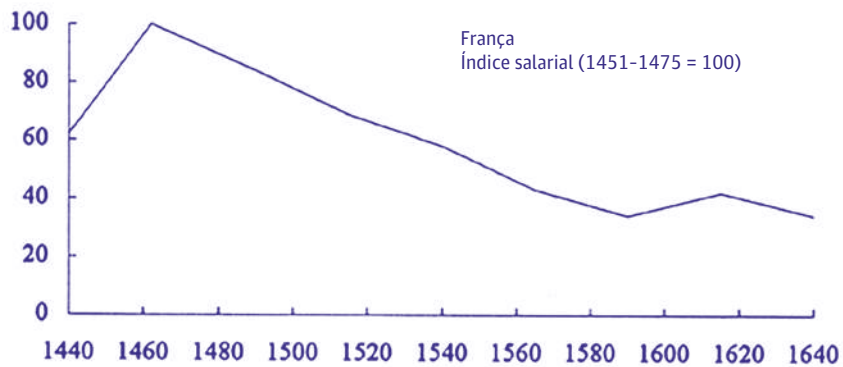
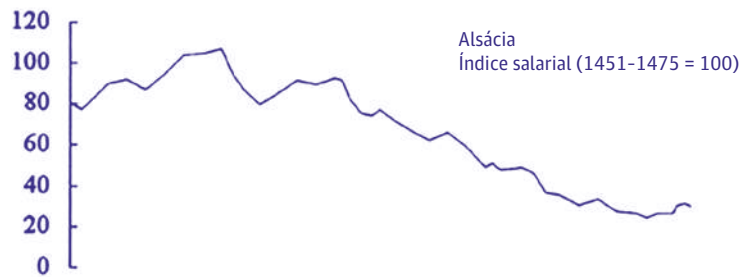
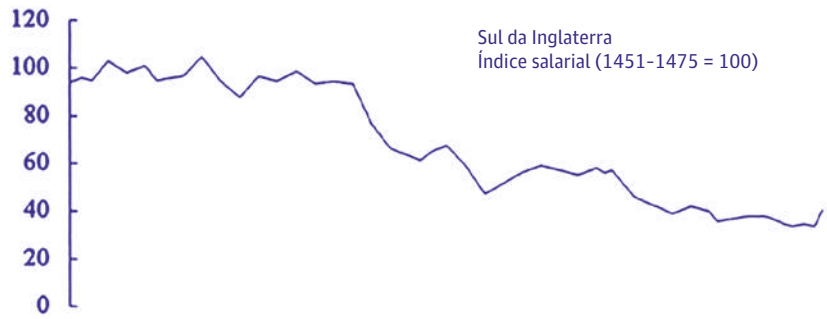
Levou séculos para que os salários na Europa voltassem ao nível a que haviam chegado na Baixa Idade Média. A situação

piorou até o ponto em que, na Inglaterra, em 1550, os artesãos homens tinham que trabalhar quarenta semanas para ganhar o mesmo que ganhavam em quinze, no começo do século. Na França, os salários caíram 60% entre 1470 e 1570 (Hackett Fischer, 1996, p. 78).⁸⁴ O colapso do salário foi especialmente desastroso para as mulheres. No século XIV, as mulheres recebiam metade da remuneração de um homem para realizar a mesma tarefa; mas, em meados do século XVI, estavam recebendo apenas um terço do salário masculino (que já se encontrava reduzido) e não podiam mais se manter com o trabalho assalariado, nem na agricultura, nem no setor manufatureiro, um fato que, sem dúvida, é responsável pela gigantesca expansão da prostituição nesse período.⁸⁵ O que se seguiu foi o empobrecimento absoluto da classe trabalhadora, um fenômeno tão difundido e generalizado que, em 1550 e muito tempo depois, os trabalhadores na Europa eram chamados simplesmente de “pobres”.

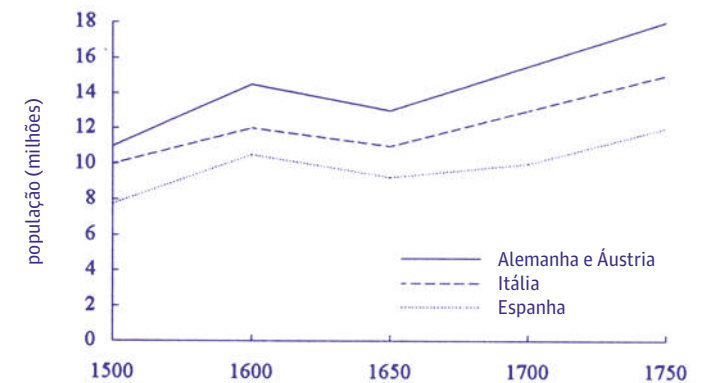
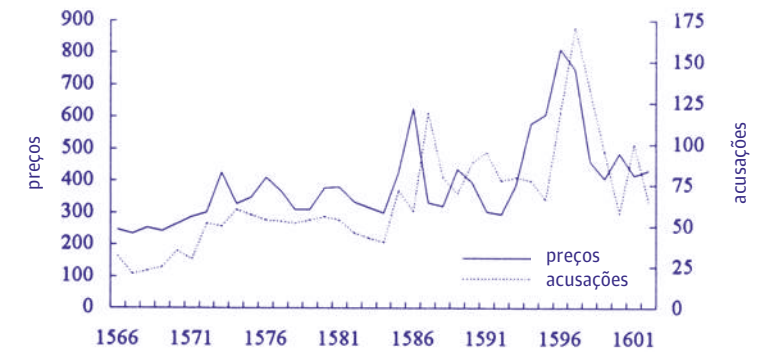
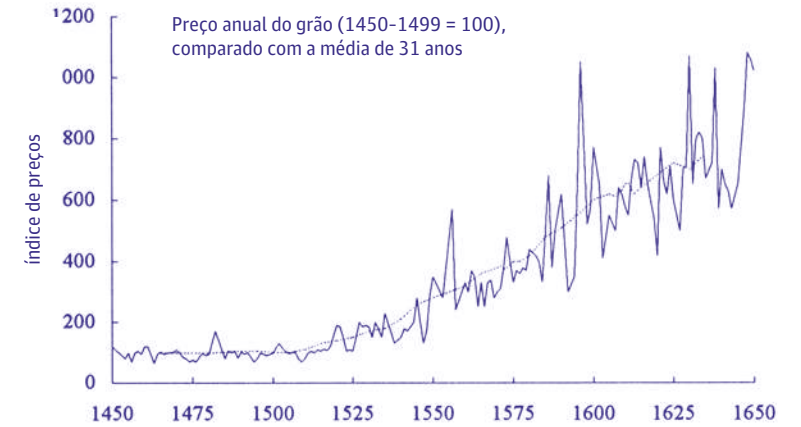
Provas dessa dramática pauperização são as mudanças ocorridas na dieta dos trabalhadores. A carne desapareceu de suas mesas, com exceção de uns poucos restos de toucinho, assim como a cerveja e o vinho, o sal e o azeite de oliva (Braudel, 1973, p. 127 e segs.; Le Roy Ladurie, 1974). Do século XVI ao XVIII, a dieta dos trabalhadores consistiu basicamente em pão, a principal despesa de seu orçamento. Isso representou um

84 Com relação à Alemanha, Peter Kriedte (1983, pp. 51-2) escreve: “Uma investigação recente mostra que, durante as três primeiras décadas do século XVI, um trabalhador da construção em Augsburg [Baviera] podia manter adequadamente sua mulher e dois filhos com seu salário anual. A partir desse momento, seu nível de vida começou a piorar. Entre 1566 e 1575 e, desde 1585 até a eclosão da Guerra dos Trinta Anos, seu salário já não podia pagar o mínimo necessário para a subsistência de sua família”. Sobre o empobrecimento da classe trabalhadora europeia, provocado pelos cercamentos e pela Revolução dos Preços, ver também C. Lis e H. Soly (1979, pp. 72-9), que afirmam que, na Inglaterra, “entre 1500 e 1600, os preços dos cereais aumentaram seis vezes, enquanto os salários aumentaram três vezes. Não é de surpreender que, para Francis Bacon, os trabalhadores e os camponeses não fossem nada além de “mendigos que vão de porta em porta”. Na França, na mesma época, a capacidade de compra dos camponeses e dos trabalhadores assalariados caiu 45%. “Em Newcastle [...], trabalho assalariado e pobreza eram considerados sinônimos” (*ibidem*, pp. 72-4).

85 Sobre o crescimento da prostituição no século XVI, ver Nickie Roberts (1992), *Whores in History: Prostitution in Western Society* [As putas na história: prostituição na sociedade ocidental].



A Revolução dos Preços e a queda do salário real, 1480-1640. A Revolução dos Preços desencadeou um colapso histórico no salário real. Em poucas décadas, o salário real perdeu dois terços de sua capacidade de compra. Até o século XIX, o salário real não voltaria ao nível que alcançara no século XV (Phelps-Brown e Hopkins, 1981).



As consequências sociais da Revolução dos Preços são reveladas por estes gráficos, que indicam, respectivamente, o aumento do preço dos grãos na Inglaterra entre 1490 e 1650; o aumento concomitante dos preços e dos crimes contra a propriedade em Essex (Inglaterra) entre 1566 e 1622; e a queda da população medida em milhões de pessoas na Alemanha, na Áustria, na Itália e na Espanha entre 1500 e 1750.

retrocesso histórico (não importa o que pensemos sobre as normas alimentares) comparado com a abundância de carne que caracterizou a Baixa Idade Média. Peter Kriedte escreve que, naquela época, o “consumo anual de carne havia atingido a cifra de cem quilos por pessoa, uma quantidade incrível até mesmo para os padrões atuais. No século XIX, esta cifra caiu para menos de vinte quilos” (Kriedte, 1983, p. 52). Braudel também fala do fim da “Europa carnívora”, citando como testemunha o suábio Heinrich Müller, que, em 1550, comentou:

[...] no passado, comia-se de uma forma diferente na casa de um camponês. Naquela época, havia abundância de carne e alimentos todos os dias; as mesas das feiras e festas dos vilarejos afundavam de tanto peso. Hoje, tudo realmente mudou. Por alguns anos, de fato, que época de calamidade, que preços altos! E a comida dos camponeses que estão em melhor situação é quase pior que a comida dos trabalhadores e ajudantes. (Braudel, 1973, p. 130)

Não somente a carne desapareceu, mas também se tornaram recorrentes os períodos de escassez, agravados ainda mais nos tempos de colheitas ruins, quando a falta de reservas de cereais fazia com que seu preço subisse às nuvens, condenando à fome os habitantes das cidades (Braudel, 1966, vol. I, p. 328). Foi isso que ocorreu nas décadas de penúria de 1540 e de 1550 e, novamente, nas de 1580 e de 1590, que foram umas das piores na história do proletariado europeu, coincidindo com distúrbios generalizados e com uma quantidade recorde de julgamentos de bruxas. A desnutrição, porém, também era desenfreada em tempos normais, tanto que os alimentos adquiriram um alto valor simbólico como indicador de privilégio. O desejo por comida entre os pobres alcançou proporções épicas, inspirando sonhos de orgias pantagruélicas, como aquelas descritas por Rabelais em *Gargântua e Pantagruel* (1522), e causando obsessões

apavorantes, como a convicção (difundida entre os agricultores do nordeste italiano) de que as bruxas vagavam pelo campo à noite para se alimentar do gado (Mazzali, 1988, p. 73).

De fato, a Europa que se preparava para se tornar o prometeico motor do mundo, provavelmente levando a humanidade a novos patamares tecnológicos e culturais, era um lugar onde as pessoas nunca tinham o suficiente para comer. A comida passou a ser um objeto de desejo tão intenso que se acreditava que os pobres vendiam sua alma para o diabo para que eles ajudasse a conseguir alimentos. A Europa também era um lugar onde, em tempos de más colheitas, as pessoas do campo comiam carochos, raízes selvagens e cortiça de árvores, e multidões erravam pelos campos, chorando e gemendo, “era tanta fome que poderiam devorar brotos nos campos” (Le Roy Ladurie, 1974); ou invadiam as cidades para aproveitar a distribuição de cereais ou para atacar as casas e os armazéns dos ricos que, por sua vez, corriam para conseguir armas e fechar as portas das cidades de modo a manter os famintos do lado de fora (Heller, 1986, pp. 56-63).

Que a transição para o capitalismo inaugurou um longo período de fome para os trabalhadores na Europa – que muito possivelmente terminou devido à expansão econômica gerada pela colonização – é algo que também fica demonstrado pelo fato de que, enquanto nos séculos XIV e XV a luta dos trabalhadores havia se centrado em torno da demanda por mais “liberdade” e menos trabalho, nos séculos XVI e XVII os trabalhadores foram espoliados pela fome e protagonizaram ataques a padarias e a armazéns e motins contra a exportação das colheitas locais (Manning, 1988; Fletcher, 1973; Cornwall, 1977; Beer, 1982; Bercé, 1990; Lombardini, 1983). As autoridades descreviam quem participava desses ataques como “inúteis”, “pobres” e “gente humilde”, mas a maioria era composta de artesãos, que viviam de forma muito precária nessa época.

Eram as mulheres que, em geral, iniciavam e lideravam as revoltas por comida. Na França do século XVII, seis dos 31 motins por subsistência estudados por Ives-Marie Bercé foram perpetrados exclusivamente por mulheres. Nos demais, a presença feminina era tão manifesta que Bercé os chama de “motins de mulheres”.⁸⁶ Ao comentar sobre esse fenômeno na Inglaterra do século XVIII, Sheila Rowbotham concluiu que as mulheres se destacaram nesse tipo de protesto por seu papel de cuidadoras de suas famílias. Porém, as mulheres também foram as mais arruinadas pelos altos preços, já que, por terem menos acesso que os homens ao dinheiro e ao emprego, dependiam mais da comida barata para sobreviver. Por esta razão, apesar de sua condição subordinada, rapidamente saíam às ruas quando os preços da comida aumentavam ou quando se espalhava o rumor de que se levariam os suprimentos de cereais da cidade. Foi o que aconteceu durante o levante de Córdoba, em 1652, que começou “cedo pela manhã [...] quando uma mulher pobre foi chorando pelas ruas do bairro pobre, levando o corpo de seu filho, que havia morrido de fome” (Kamen, 1971, p. 364). O mesmo ocorreu em Montpellier, no ano de 1645, quando as mulheres saíram às ruas “para proteger seus filhos da fome” (*ibidem*, p. 356). Na França, as mulheres cercavam as padarias se estivessem convencidas de que os cereais seriam racionados ou se descobrissem que os ricos

86 Kamen (1971), Bercé (1990, 169-79); Underdown (1985). Como comenta David Underdown (1985, p. 117):

“O papel proeminente das mulheres amotinadas [pela comida] foi comentado com frequência. Em Southampton, em 1608, um grupo de mulheres se negou a esperar enquanto a corporação debatia sobre o que fazer com um barco que estava sendo carregado com destino a Londres; o abordaram e se apossaram da carga. Supõe-se que as mulheres foram as amotinadas no incidente de Weymouth, em 1622, enquanto em Dorchester, em 1631, um grupo (alguns deles internos de uma casa de trabalho) deteve uma carreta acreditando, erroneamente, que continha trigo; um deles queixou-se de um comerciante local que ‘despachou para além-mar’ os melhores frutos da terra, inclusive manteiga, queijo, trigo etc.”

Sobre a presença das mulheres nos motins alimentares, ver também Sara Mendelson e Patricia Crawford (1998), que escrevem: “As mulheres tiveram um papel preponderante nos motins por cereal [na Inglaterra]”. Por exemplo, “em Maldon, em 1629, uma multidão de mais de cem mulheres e crianças abordaram os barcos para evitar que o cereal fosse despachado”. Eram liderados por uma tal “Capitã Ann Carter, que logo foi julgada e enforcada” por liderar o protesto (*ibidem*, pp. 385-6).



Família de vagabundos.
Gravura de Lucas van Leyden (1520).

havam comprado o melhor pão e que o restante era mais mingauado ou mais caro. Multidões de mulheres pobres se reuniam nas barracas dos padeiros exigindo pão e acusando-os de esconder suas provisões. As revoltas estouravam também nas praças, onde se realizavam as feiras de cereais, ou nas rotas em que iam as carroças com milho para exportação e “nas margens dos rios, onde [...] os barqueiros eram avistados carregando sacos. Nessas ocasiões, os amotinados armavam emboscadas para as carroças; [...] com forcados e varas, [...] os homens levavam os sacos, as mulheres juntavam todo cereal que fosse possível em suas saias” (Bercé, 1990, pp. 171-3).

A luta por comida se deu também por outros meios, tais como a caça ilegal, o roubo dos campos ou casas vizinhas e os ataques às casas dos ricos. Em Troyes, em 1523, se espalhou

o boato de que os pobres teriam tocado fogo nas casas dos ricos, preparando-se para invadi-las (Heller, 1986, pp. 55-6). Em Mechelen, nos Países Baixos, as casas dos especuladores foram marcadas com sangue por camponeses furiosos (Hackett Fischer, 1996, p. 88). Não surpreende que os “delitos famélicos” tornaram-se muito preocupantes nos procedimentos disciplinares dos séculos XVI e XVII. Um exemplo é a recorrência do tema do “banquete diabólico” nos julgamentos por bruxaria, sugerindo que banquetear-se de cordeiro assado, pão branco e vinho era agora considerado um ato diabólico, se fosse feito por “gente comum”. Mas as principais armas que os pobres tinham à sua disposição na luta pela sobrevivência eram seus próprios corpos famintos, como nos tempos em que as hordas de vagabundos e mendigos cercavam os mais abastados, meio mortos de fome e doentes, empunhando suas armas, mostrando-lhes suas feridas e forçando-os a viver num constante estado de medo frente à possibilidade de contaminação e à revolta. “Não se pode caminhar pela rua ou parar numa praça”, escreveu um homem de Veneza em meados do século XVII, “sem que as multidões nos rodeiem pedindo caridade: vemos a fome estampada em seus rostos, seus olhos como anéis sem joia, o estado lamentável de seus corpos, cujas peles têm apenas a forma de seus ossos” (*ibidem*, p. 88). Um século mais tarde, em Florença, o cenário era o mesmo. “Era impossível ouvir a missa”, queixava-se um tal G. Balducci, em abril de 1650, “de tanto que se era importunado durante a cerimônia pelos desgraçados, desnudos e cobertos por feridas” (Braudel, 1966, vol. II, pp. 734-5).⁸⁷

87 Os comentários de um médico na cidade italiana de Bérgamo, durante a carestia de 1630, tinham um tom similar: “O ódio e o terror engendrados por uma multidão enlouquecida de gente meio morta, que assedia as pessoas nas ruas, nas praças, nas igrejas, nas portas das casas, que torna a vida intolerável, além do fedor imundo que emana deles e do espetáculo constante dos moribundos [...] só pode acreditar nisso quem já tenha experimentado.” (Citado por Carlo M. Cipolla, 1993, p. 129)

A INTERVENÇÃO ESTATAL NA REPRODUÇÃO DO TRABALHO: A ASSISTÊNCIA AOS POBRES E A CRIMINALIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

A luta por comida não era a única frente na batalha contra a expansão das relações capitalistas. Por toda parte, as massas resistiam à destruição de suas formas anteriores de existência, lutando contra a privatização da terra, contra a abolição dos direitos consuetudinários, contra a imposição de novos impostos, contra a dependência do salário e contra a contínua presença de exércitos em suas vizinhanças, que eram tão odiados a ponto de as pessoas correrem para trancar as portas das cidades na tentativa de evitar que os soldados se assentassem junto a elas.

Na França, ocorreram cerca de mil “emoções” (levantes) entre as décadas de 1530 e 1670, muitas delas envolvendo províncias inteiras e exigindo a intervenção de tropas (Goubert, 1986, p. 205). Inglaterra, Itália e Espanha apresentavam um cenário parecido,⁸⁸ o que indica que o mundo pré-capitalista dos vilarejos, que Marx repudiou com a rubrica de “idiotia rural”, pôde produzir um nível de lutas tão elevado quanto qualquer outro que o proletariado industrial tenha travado.

Na Idade Média, a migração, a vagabundagem e o aumento

88 Sobre os protestos no século XVI e XVII na Europa, ver *The Iron Century* (1972) [O século de ferro], de Henry Kamen, especialmente o capítulo 10 (pp. 331-85), “Popular Rebellion, 1550-1660” [Rebelião popular, 1550-1660]. Segundo Kamen (1972, p. 336), “A crise de 1595-1597 ocorreu em toda a Europa, com repercussões na Inglaterra, França, Áustria, Finlândia, Hungria, Lituânia e Ucrânia. Provavelmente, nunca antes na história da Europa coincidiram tantas rebeliões ao mesmo tempo”. Houve rebeliões em Nápoles, em 1595, 1620, 1647 (*ibidem*, pp. 334-5, 350, 361-3). Na Espanha, as rebeliões estouraram em 1640, na Catalunha; em Granada, em 1648; em Córdoba e Sevilha, em 1652. Sobre os motins e rebeliões na Inglaterra nos séculos XVI e XVII, ver Cornwall (1977), Underdown (1985) e Manning (1988). Sobre as revoltas na Espanha e na Itália, ver também Braudel (1976, vol. II, pp. 738-9).

dos “crimes contra a propriedade” eram parte da resistência ao empobrecimento e à despossessão; e estes fenômenos alcançaram proporções massivas. Em todas as partes – se dermos crédito às queixas das autoridades daquela época – os vagabundos pululavam, mudavam de cidade, cruzavam fronteiras, dormiam nos celeiros ou se apinhavam nas portas das cidades – uma vasta humanidade envolvida em sua própria diáspora, que durante décadas escapou ao controle das autoridades. Só em Veneza foram registrados seis mil vagabundos em 1545. “Na Espanha, os sem-teto entulhavam completamente as vias, parando em todas as cidades” (Braudel, vol. II, p. 740).⁸⁹ Começando pela Inglaterra, sempre pioneira nesses assuntos, o Estado promulgou novas leis contra a vagabundagem, muito mais severas, que prescreviam a escravidão e a pena de morte em casos de reincidência. Mas a repressão não foi efetiva e, nos séculos XVI e XVII, as estradas europeias continuaram sendo lugares de encontros e de grande (co)moção. Por elas passaram hereges fugindo da perseguição, soldados dispensados, trabalhadores e outros tipos de “gente humilde” em busca de emprego, e, posteriormente, artesãos estrangeiros, camponeses expulsos de suas terras, prostitutas, vendedores ambulantes, “ladrões de galinha” e mendigos profissionais. Pelas rotas da Europa passaram, sobretudo, as lendas, as histórias e as experiências de um proletariado em desenvolvimento. Enquanto isso, os índices de criminalidade também aumentaram, até o ponto de podermos supor que uma recuperação e reapropriação da riqueza comunal estava a caminho.⁹⁰

Hoje, estes aspectos da transição para o capitalismo podem

89 Sobre a vagabundagem na Europa, além de Beier e Geremek, ver Braudel (1976, vol. II, pp. 739-43); e Kamen (1972, pp. 390-4).

90 Sobre o aumento de delitos contra a propriedade depois da Revolução dos Preços, ver gráficos. Ver Richard J. Evans (1996, p. 35); Kamen (1972, pp. 397-403); e Lis e Soly (1984). Lis e Soly (1984, p. 218) escrevem que “os dados disponíveis sugerem que, na Inglaterra, a criminalidade total aumentou de forma acentuada no período elisabetano e na dinastia Stuart, especialmente entre 1590 e 1620”.



Vagabundo sendo açoitado pelas ruas.
Gravura inglesa do século XVI.

parecer (pelo menos para a Europa) coisas do passado, ou – como Marx afirmou nos *Grundrisse* (1973, p. 459) [Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política] – “pré-condições históricas” do desenvolvimento capitalista, que seriam superadas por formas mais maduras do capitalismo. A semelhança fundamental entre esses fenômenos e as consequências sociais da nova fase de globalização que testemunhamos hoje, no entanto, nos diz algo diferente. O empobrecimento, as rebeliões e a escalada do “crime” são elementos estruturais da acumulação capitalista, na mesma medida em que o capitalismo deve despojar a força de trabalho de seus meios de reprodução para impor seu domínio.

O fato de que as formas mais extremas de miséria e de rebeldia tenham desaparecido nas regiões europeias que se industrializaram durante o século XIX não é uma prova contrária a tal afirmação. A miséria e a rebeldia proletárias não pararam ali; apenas diminuíram ao grau em que a superexploração dos trabalhadores teve que ser exportada, por meio da institucionalização da escravidão, num primeiro momento, e,

posteriormente, por meio da expansão da dominação colonial.

Quanto ao período de “transição”, este continuou sendo, na Europa, um período de intenso conflito social, preparando terreno para uma série de iniciativas estatais que, a julgar por seus efeitos, tiveram três objetivos principais: i) criar uma força de trabalho mais disciplinada; ii) dispersar os protestos sociais; e iii) fixar os trabalhadores nos trabalhos que lhes haviam sido impostos. Vamos analisar cada um deles.

Ao se buscar a disciplina social, um ataque foi lançado contra todas as formas de sociabilidade e sexualidade coletivas – incluindo esportes, jogos, danças, funerais, festivais e outros ritos grupais que haviam servido para criar laços e solidariedade entre os trabalhadores. O ataque foi sancionado por um dilúvio de leis, 25 na Inglaterra somente para a regulação de tabernas, entre 1601 e 1606 (Underdown, 1985, pp. 47-8). Peter Burke (1978), em sua obra sobre o assunto, explicou esse processo como uma campanha contra a “cultura popular”. Contudo, como podemos notar, o que estava em jogo era a dessocialização ou descoletivização da reprodução da força de trabalho, bem como a tentativa de impor um uso mais produtivo do tempo livre. Na Inglaterra, este processo alcançou seu ápice com a chegada ao poder dos puritanos depois da Guerra Civil (1642-1649), quando o medo da indisciplina social deu lugar à proibição das reuniões e dos festejos proletários. Entretanto, a “reforma moral” foi igualmente intensa nas regiões não protestantes, onde, no mesmo período, as procissões religiosas substituíram os bailes e as cantorias que vinham sendo realizados dentro e fora das igrejas. Até mesmo as relações entre os indivíduos e Deus foram privatizadas: nas regiões protestantes, por meio da instituição de uma relação direta entre o indivíduo e a divindade; nas regiões católicas, com a introdução da confissão individual. A própria Igreja, enquanto centro comunitário, deixou de ser a sede de qualquer atividade que não estivesse

relacionada com o culto. Como resultado, o cercamento físico operado pela privatização da terra e o cercamento das terras comunais foram ampliados por meio de um processo de cercamento social: a reprodução dos trabalhadores passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público (a terra comunal, a Igreja) para o privado.⁹¹

Em segundo lugar, entre 1530 e 1560, foi introduzido um sistema de assistência pública em pelo menos sessenta cidades europeias, tanto por iniciativa das prefeituras locais quanto por intervenção direta do Estado central (Lis e Soly, 1979, p. 92).⁹² Seus objetivos exatos ainda são debatidos. Enquanto boa parte da literatura sobre a questão vê a introdução da assistência pública como uma resposta para a crise humanitária que colocou em perigo o controle social, o acadêmico marxista francês Yann Moulrier Boutang insiste, em um vasto estudo sobre o trabalho forçado, que seu principal objetivo era a “grande fixação” dos trabalhadores, isto é, a tentativa de evitar sua fuga do trabalho.⁹³

De qualquer modo, a introdução da assistência pública foi um momento de inflexão na mediação estatal entre os trabalhadores e o capital, assim como na definição da função do Estado.

91 Na Inglaterra, dentre os momentos de sociabilidade e reprodução coletiva que foram aniquilados com a perda dos campos abertos e das terras comunais, encontravam-se as procissões primaveris organizadas com a finalidade de benzer os campos – e que não puderam continuar a ser feitas, uma vez que foram barradas – e as danças que se realizavam em torno da Árvore de Maio no primeiro dia desse mês (Underdown, 1985).

92 Sobre a instituição da assistência pública, ver Geremek (1994), *Poverty, A History* [Pobreza, uma história], especialmente o capítulo 4 (142-77): “The Reform of Charity” [A reforma da caridade].

93 Yann Moulrier Boutang, *De l’esclavage au salariat* (1998, pp. 291-3) [Da escravidão ao salário]. Concordo apenas parcialmente com o autor quando argumenta que a “ajuda aos pobres” não era tanto uma resposta à miséria produzida pela expropriação da terra e pela inflação dos preços, mas uma medida destinada a evitar a fuga dos trabalhadores e criar, assim, um mercado de trabalho local (1998). Como já mencionei, Moulrier Boutang superestima o grau de mobilidade que os trabalhadores tinham à sua disposição, já que não considera a situação particular das mulheres. Mais ainda, diminui a importância do fato de que a assistência também fora o resultado de uma luta – que não pode ser reduzida à fuga do trabalho, mas incluía assaltos, invasões de cidades por massas famintas de gente do campo (uma constante na França do século XVI) e outras formas de ataque. Não é coincidência que, nesse contexto, Norwich, centro da rebelião de Kett, tenha se tornado, pouco tempo depois de sua derrota, o centro e o modelo das reformas de assistência aos pobres.

Foi o primeiro reconhecimento da insustentabilidade de um sistema capitalista regido exclusivamente por meio da fome e do terror. Também foi o primeiro passo na construção do Estado como garantidor da relação entre as classes e como supervisor da reprodução e da disciplina da força de trabalho.

Antecedentes desta função podem ser encontrados no século XIV, quando, frente à generalização das lutas antifeudais, o Estado surgiu como a única organização capaz de enfrentar uma classe trabalhadora regionalmente unificada, armada e que já não limitava suas demandas à política econômica do feudo. Em 1351, com a aprovação do Estatuto dos Trabalhadores na Inglaterra, que fixou o salário máximo, o Estado encarregou-se formalmente da regulação e da repressão do trabalho, uma vez que os senhores locais não eram mais capazes de garanti-las. No entanto, foi com a introdução da assistência pública que o Estado começou a reivindicar a “propriedade” da mão de obra, ao mesmo tempo que instituía uma “divisão do trabalho” capitalista dentro da própria classe dominante. Essa divisão permitia que os empregadores renunciassem a qualquer responsabilidade na reprodução dos trabalhadores, com a segurança de que o Estado interviria, seja por meio de recompensas, seja por meio de punições, para encarar as inevitáveis crises. Com essa inovação, houve um salto também na administração da reprodução social, resultando na introdução de registros demográficos (organização de censos, registro das taxas de mortalidade e de natalidade e dos casamentos) e na aplicação da contabilidade nas relações sociais. É exemplar o trabalho dos administradores do *Bureau des Pauvres* [Serviço aos Pobres] em Lyon, França, que, no final do século XVI, aprenderam a calcular a quantidade de pobres e a quantidade de alimentos que cada criança ou adulto necessitava, e a rastrear os falecimentos para assegurar que ninguém pudesse reclamar assistência em nome de uma pessoa morta (Zemon Davis, 1968, pp. 244-6).

Além dessa nova “ciência social”, foi desenvolvido também um debate internacional sobre a administração da assistência pública que antecipava a atual discussão acerca do bem-estar social. Apenas os incapacitados para o trabalho, descritos como “pobres merecedores”, deviam ser assistidos? Ou os trabalhadores “saudáveis” que não conseguissem arranjar um emprego também deveriam receber ajuda? E quanto, para mais ou para menos, lhes deveria ser dado, de modo que não fossem desestimulados a procurar trabalho? Essas questões foram cruciais do ponto de vista da disciplina social, na medida em que um objetivo fundamental da assistência pública era atar os trabalhadores aos seus empregos. Porém, nesses assuntos, raramente era possível atingir um consenso.

Enquanto os reformadores humanistas, como Juan Luis Vives,⁹⁴ e os porta-vozes dos burgueses ricos reconheciam os benefícios econômicos e disciplinares de uma distribuição da caridade mais liberal e centralizada (embora não indo além da distribuição de pão), uma parte do clero se opôs energicamente à proibição das doações individuais. De todo modo, a assistência, apesar das diferenças de sistemas e opiniões, foi administrada com tamanha tacanhez que o conflito gerado era tão grande quanto o apaziguamento. Aqueles que eram assistidos ressentiam-se com os rituais humilhantes a eles impostos, como carregar o “sinal da infâmia” (antes reservado aos leprosos e aos judeus) ou participar (na França) das procissões anuais dos pobres, em que tinham que desfilar cantando hinos e carregando velas. E protestavam veementemente quando as esmolas não eram prontamente dadas ou eram inadequadas

94 O humanista espanhol Juan Luis Vives, conhecedor dos sistemas de ajuda aos pobres de Flandres e da Espanha, era um dos principais partidários da caridade pública. Em sua obra *De Subvention Pauperum* (1526) [Do socorro aos pobres], sustentou que “a autoridade secular, não a Igreja, deve ser responsável pela ajuda aos pobres” (Geremek, 1994, p. 187). Vives ressaltou que as autoridades deviam encontrar trabalho para os saudáveis, insistindo que “os indisciplinados, os desonestos, os que roubam e os ociosos devem receber o trabalho mais pesado e com pior pagamento, a fim de que seu exemplo sirva para dissuadir os outros” (*ibidem*).

às suas necessidades. Como resposta, em algumas cidades francesas foram erigidas forcas durante as distribuições de comida ou exigia-se que os pobres trabalhassem em troca de alimentação. (Zemon Davis, 1968, p. 249). Na Inglaterra, à medida que avançava o século XVI, o recebimento de assistência pública – mesmo pelas crianças e idosos – foi condicionado ao encarceramento de quem a recebia nas “casas de trabalho”, onde passaram a ser submetidos à experimentação de diferentes esquemas de trabalho.⁹⁵ Consequentemente, o ataque aos trabalhadores, que havia começado com os cercamentos e com a Revolução dos Preços, levou, ao cabo de um século, à criminalização da classe trabalhadora, isto é, à formação de um vasto proletariado que ou estava encarcerado nas recém-construídas casas de trabalho e de correção, ou se via forçado a buscar a sobrevivência fora da lei, vivendo em aberto antagonismo com o Estado – sempre a um passo do chicote e da força.

Do ponto de vista da formação de uma força de trabalho laboriosa, estas medidas foram definitivamente um fracasso, e a constante preocupação com a questão da disciplina social nos círculos políticos dos séculos XVI e XVII indica que os estadistas e os empresários do momento estavam profundamente conscientes disso. Ademais, a crise social que esse estado generalizado de rebelião provocava foi agravada na segunda metade do século XVI por uma nova retração econômica, causada em grande medida pela drástica queda populacional na América espanhola após a Conquista e pela redução da economia colonial.

95 A principal obra sobre o surgimento das casas de trabalho e de correção é *The Prison and the Factory: Origins of the Penitentiary System* (1981) [A prisão e a fábrica: as origens do sistema penitenciário], de Dario Melossi e Massimo Pavarini. Estes autores afirmam que o principal objetivo do encarceramento era quebrar o senso de identidade e solidariedade entre os pobres. Ver também Geremek (1994, pp. 206-29). Sobre os esquemas de trabalho projetados pelos proprietários ingleses para encarcerar os pobres em seus distritos, ver Marx (1909, t. I, p. 793), *op. cit.* Para o caso da França, ver Foucault (1967), *História da Loucura na Idade Clássica*, especialmente o capítulo 2 (t. I, pp. 75-125): “A Grande Internação”.

DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO, CRISE ECONÔMICA E DISCIPLINAMENTO DAS MULHERES

Em menos de um século, contando a partir da chegada de Colombo ao continente americano, o sonho dos colonizadores de uma oferta infinita de trabalho (ecoando a estimativa dos exploradores sobre a existência de “uma quantidade infinita de árvores” nas florestas americanas) foi frustrado.

Os europeus haviam trazido a morte à América. As estimativas do colapso populacional que afetou a região depois da invasão colonial variam. No entanto, os especialistas, de forma quase unânime, comparam seus efeitos a uma espécie de “holocausto americano”. De acordo com David Stannard (1992), no século que se seguiu à Conquista, a população caiu em torno de 75 milhões na América do Sul, o que representava 95% de seus habitantes (1992, pp. 268-305). Esta é também a estimativa de André Gunder Frank, que escreve que, “em menos de um século, a população indígena caiu cerca de 90%, chegando a 95% no México, no Peru e em outras regiões” (1978, pp. 43). No México, a população diminuiu “de 11 milhões, em 1519, para 6,5 milhões, em 1565, e para mais ou menos 2,5 milhões, em 1600” (Wallerstein, 1974, p. 89). Em 1580, “as doenças [...] somadas à brutalidade espanhola, haviam matado ou expulsado a maior parte da população das Antilhas e das planícies da Nova Espanha, do Peru e do litoral caribenho” (Crosby, 1972, p. 38) e logo acabariam com muitos mais no Brasil. O clero explicou esse “holocausto” como sendo um castigo de Deus pelo comportamento “bestial” dos índios (Williams, 1986, p. 138); mas suas consequências econômicas não foram ignoradas. Além disso, na década de 1580, a população começou a diminuir também na Europa Ocidental e continuou assim até o início do

século XVII, atingindo seu auge na Alemanha, que perdeu um terço de seus habitantes.⁹⁶

Com exceção da Peste Negra (1345-1348), essa foi uma crise populacional sem precedentes. As estatísticas, realmente atrozes, contam apenas uma parte da história. A morte recaiu sobre “os pobres”. Em geral, não foram os ricos que morreram quando as pragas ou a varíola arrasaram as cidades, mas os artesãos, os trabalhadores e os vagabundos (Kamen, 1972, pp. 32-3). Morreram em tal quantidade que seus corpos pavimentavam as ruas e as autoridades denunciavam a existência de uma conspiração, instigando a população a buscar os malfeitores. No entanto, também se considerou como fatores do declínio populacional a baixa taxa de natalidade e a relutância dos pobres em se reproduzir. É difícil dizer até que ponto essa acusação era justificada, dado que os registros demográficos antes do século XVII eram bastante desiguais. Sabemos, no entanto, que, no final do século XVI, a idade de casamento estava aumentando em todas as classes sociais e que, no mesmo período, a quantidade de crianças abandonadas – um fenômeno novo – começou a crescer. Temos também as reclamações dos pastores que, do púlpito, lançavam a acusação de que a juventude não se casava e não procriava para não trazer mais bocas ao mundo do que eram capazes de alimentar.

O ápice da crise demográfica e econômica foram as décadas de

96 Enquanto Hackett Fischer (1996, pp. 91-2) liga a diminuição da população na Europa, no século XVII, aos efeitos sociais da Revolução dos Preços, Peter Kriedte (1983, p. 63) apresenta um panorama mais complexo. Kriedte defende que o declínio demográfico se deu por uma combinação de fatores, tanto malthusianos quanto socioeconômicos. A diminuição foi, para este autor, uma resposta ao incremento populacional do início do século XVI e à apropriação da maior parte dos rendimentos agrícolas. Uma observação interessante a favor de meus argumentos acerca da ligação entre declínio demográfico e políticas estatais pró-natalidade foi feita por Robert S. Duplessis (1997, p. 143), que escreve que a recuperação que seguiu à crise populacional do século XVII foi muito mais rápida que nos anos posteriores à Peste Negra. Foi necessário um século para que a população começasse a crescer novamente depois da epidemia de 1348, enquanto, no século XVII, o processo de crescimento foi retomado em menos de cinquenta anos. Essas estimativas indicariam a presença, na Europa do século XVII, de uma taxa de natalidade muito mais alta, que poderia ser atribuída ao feroz ataque a qualquer forma de contracepção.

1620 e 1630. Na Europa, assim como em suas colônias, os mercados se contraíram, o comércio se deteve, o desemprego se expandiu e, durante um tempo, pairou a possibilidade de que a economia capitalista em desenvolvimento entrasse em colapso, pois a integração entre as economias coloniais e europeias havia alcançado um ponto em que o impacto recíproco da crise acelerou rapidamente seu curso. Essa foi a primeira crise econômica internacional. Foi uma “Crise Geral”, como designaram os historiadores (Kamen, 1972, p. 307 e segs.; Hackett Fischer, 1996, p. 91).

É nesse contexto que o problema da relação entre trabalho, população e acumulação de riquezas passou ao primeiro plano do debate e das estratégias políticas com a finalidade de produzir os primeiros elementos de uma política populacional e um regime de “biopoder”.⁹⁷ A crueza dos conceitos aplicados, que às vezes confundem “população relativa” com “população absoluta”, e a brutalidade dos meios pelos quais o Estado começou a castigar qualquer comportamento que obstruísse o crescimento populacional não deveriam nos enganar a esse respeito. O que coloco em discussão é que tenha sido a crise populacional dos séculos XVI e XVII, e não a fome na Europa, durante o século XVIII (tal como defendido por Foucault), que transformou a reprodução e o crescimento populacional em assuntos de Estado e objetos principais do discurso intelectual.⁹⁸ Sustento, ademais, que a intensificação da perseguição

97 “Biopoder” é um conceito usado por Foucault em sua *História da Sexualidade, Volume I: A vontade de saber* (1978) para descrever a passagem de uma forma autoritária de governo para uma mais descentralizada, baseada no “fomento do poder da vida” na Europa durante o século XIX. O termo “biopoder” expressa a crescente preocupação, em nível estatal, pelo controle sanitário, sexual e penal dos corpos dos indivíduos, assim como a preocupação com o crescimento e os movimentos populacionais e sua inserção no âmbito econômico. De acordo com esse paradigma, a emergência do biopoder apareceu com a ascensão do liberalismo e marcou o fim do Estado jurídico e monárquico.

98 Faço essa distinção a partir dos conceitos foucaultianos de “população” e “biopoder” discutidos pelo sociólogo canadense Bruce Curtis. Curtis compara o conceito de “população relativa” (*populousness*), que se usava nos séculos XVI e XVII, com a noção de “população absoluta” (*population*), que se tornou o fundamento da ciência moderna da demografia no século XIX. Curtis destaca que *populousness* era um conceito orgânico e hierárquico. Quando os mercantilistas o usavam, estavam preocupados com a parte do corpo social que cria riqueza, isto é, com trabalhadores reais ou potenciais. O conceito

às “bruxas” e os novos métodos disciplinares que o Estado adotou nesse período, com a finalidade de regular a procriação e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução, têm também origem nessa crise. As provas desse argumento são circunstanciais e deve-se reconhecer que outros fatores também contribuíram para aumentar a determinação da estrutura de poder europeia dirigida a controlar de forma mais estrita a função reprodutiva das mulheres. Entre eles, devemos incluir a crescente privatização da propriedade e as relações econômicas que, dentro da burguesia, geraram uma nova ansiedade com relação à paternidade e à conduta das mulheres. De forma parecida, na acusação de que as bruxas sacrificavam crianças para o demônio – um tema central da “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII – podemos interpretar não só uma preocupação com o declínio da população, mas também o medo que as classes abastadas tinham de seus subordinados, particularmente das mulheres de classe baixa, que, como criadas, mendigas ou curandeiras, tinham muitas oportunidades para entrar nas casas dos empregadores e causar-lhes dano. No entanto, não pode ser apenas coincidência que, no momento em que os índices populacionais caíam e em que se formava uma ideologia que enfatizava a centralidade do trabalho na vida econômica, tenham se introduzido nos códigos legais europeus sanções severas destinadas a castigar as mulheres consideradas culpadas de crimes reprodutivos.

O desdobramento concomitante de uma crise populacional, de uma teoria expansionista da população e da introdução de políticas que promoviam o crescimento populacional está bem documentado. Em meados do século XVI, a ideia de que a quantidade

posterior de “população” é atomístico. “A população consiste numa quantidade de átomos indiferenciados distribuídos por meio de um espaço e tempo abstratos” – escreve Curtiss – “com suas próprias leis e estruturas”. O que procuro argumentar é que há, entretanto, uma continuidade entre essas duas noções, já que tanto no período mercantilista quanto no capitalismo liberal a noção de população absoluta foi funcional à reprodução da força de trabalho.

de cidadãos determinava a riqueza de uma nação havia se tornado algo parecido a um axioma social. “Do meu ponto de vista”, escreveu o pensador político e demonólogo francês Jean Bodin, “nunca se deveria temer que haja demasiados súditos ou demasiados cidadãos, já que a força da comunidade está nos homens” (*Commonwealth*, [Comunidade] Livro VI). O economista italiano Giovanni Botero (1533-1617) tinha uma posição mais sofisticada, que reconhecia a necessidade de um equilíbrio entre o número de pessoas e os meios de subsistência. Ainda assim, declarou que a grandeza de uma cidade não dependia de seu tamanho físico nem do circuito de suas muralhas, mas exclusivamente do número de residentes. A citação de Henrique IV de que “a força e a riqueza de um rei estão na quantidade e na opulência de seus cidadãos” resume o pensamento demográfico da época.⁹⁹

A preocupação com o crescimento da população pode ser detectada também no programa da Reforma Protestante. Rejeitando a tradicional exaltação cristã da castidade, os reformadores valorizavam o casamento, a sexualidade e até mesmo as mulheres, por sua capacidade reprodutiva. As mulheres são “necessárias para produzir o crescimento da raça humana”, reconheceu Lutero, refletindo que, “quaisquer que sejam suas debilidades, as mulheres possuem uma virtude que anula todas elas: possuem um útero e podem dar à luz” (King, 1991, p. 115).

O apoio ao crescimento populacional chegou ao seu auge com o surgimento do mercantilismo, que fez da existência de uma grande população a chave da prosperidade e do poder de uma nação. Frequentemente, o mercantilismo foi menosprezado pelo saber econômico dominante, na medida em que se trata

99 O auge do mercantilismo se deu durante a segunda metade do século XVII. Seu domínio na vida econômica esteve associado aos nomes de William Petty (1623-1687) e Jean Baptiste Colbert, o ministro da Fazenda de Luís XIV. No entanto, os mercantilistas do final do século XVII apenas sistematizaram ou aplicaram teorias que vinham sendo desenvolvidas desde o século XVI. Jean Bodin, na França, e Giovanni Botero, na Itália, são considerados economistas protomercantilistas. Uma das primeiras formulações sistemáticas da teoria econômica mercantilista encontra-se em *England's Treasure by Foreign Trade* (1622) [Tesouro da Inglaterra pelo comércio exterior], de Thomas Mun.



Albrecht Dürer, *O nascimento da Virgem*, estimado em 1504.
O parto era um dos principais eventos na vida de uma mulher e uma ocasião em que a cooperação feminina triunfava.

de um sistema de pensamento rudimentar e que supõe que a riqueza das nações seja proporcional à quantidade de trabalhadores e de metais preciosos que têm à sua disposição. Os meios brutais que os mercantilistas aplicaram para forçar as pessoas a trabalhar, em sua ânsia por volume de trabalho, contribuiu para que tivessem uma má reputação – afinal, a maioria dos economistas desejava manter a ilusão de que o capitalismo promove

a liberdade e não a coerção. Foi uma classe mercantilista que inventou as casas de trabalho, perseguiu os vagabundos, “transportou” os criminosos às colônias americanas e investiu no tráfico de escravos, sempre afirmando a “utilidade da pobreza” e declarando que o “ócio” era uma praga social. Assim, embora não tenha sido reconhecido, encontramos na teoria e na prática mercantilistas a expressão mais direta dos requisitos da acumulação primitiva e da primeira política capitalista que trata explicitamente do problema da reprodução da força de trabalho. Essa política, como vimos, teve um aspecto “intensivo”, que consistia na imposição de um regime totalitário, que usava todos os meios para extrair o máximo de trabalho de cada indivíduo, independentemente de sua idade e condição. Mas também teve um aspecto “extensivo”, que consistia no esforço para aumentar o tamanho da população e, desse modo, a envergadura do exército e da força de trabalho.

Como destacou Eli Hecksher, “um desejo quase fanático por aumentar a população predominou em todos os países durante o período em que o mercantilismo esteve em seu apogeu, no final do século XVII” (Hecksher, 1966, p. 158). Ao mesmo tempo, foi estabelecida uma nova concepção dos seres humanos, em que estes eram vistos como recursos naturais que trabalhavam e que criavam para o Estado (Spengler, 1965, p. 8). Porém, mesmo antes do auge da teoria mercantilista, na França e na Inglaterra o Estado adotou um conjunto de medidas pró-natalistas, que, combinadas com a assistência pública, formaram o embrião de uma política reprodutiva capitalista. Aprovaram-se leis que bonificavam o casamento e penalizavam o celibato, inspiradas nas que foram adotadas no final do Império Romano com o mesmo propósito. Foi dada uma nova importância à família enquanto instituição-chave que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho. Simultaneamente, observa-se o início do registro demográfico

A masculinização da prática médica é retratada nesta gravura inglesa de 1651, que mostra um anjo afastando uma curandeira do leito de um homem doente. A faixa denuncia sua incompetência. [“Os erros do povo ou erros populares em questões de medicina” – N.T.E.].

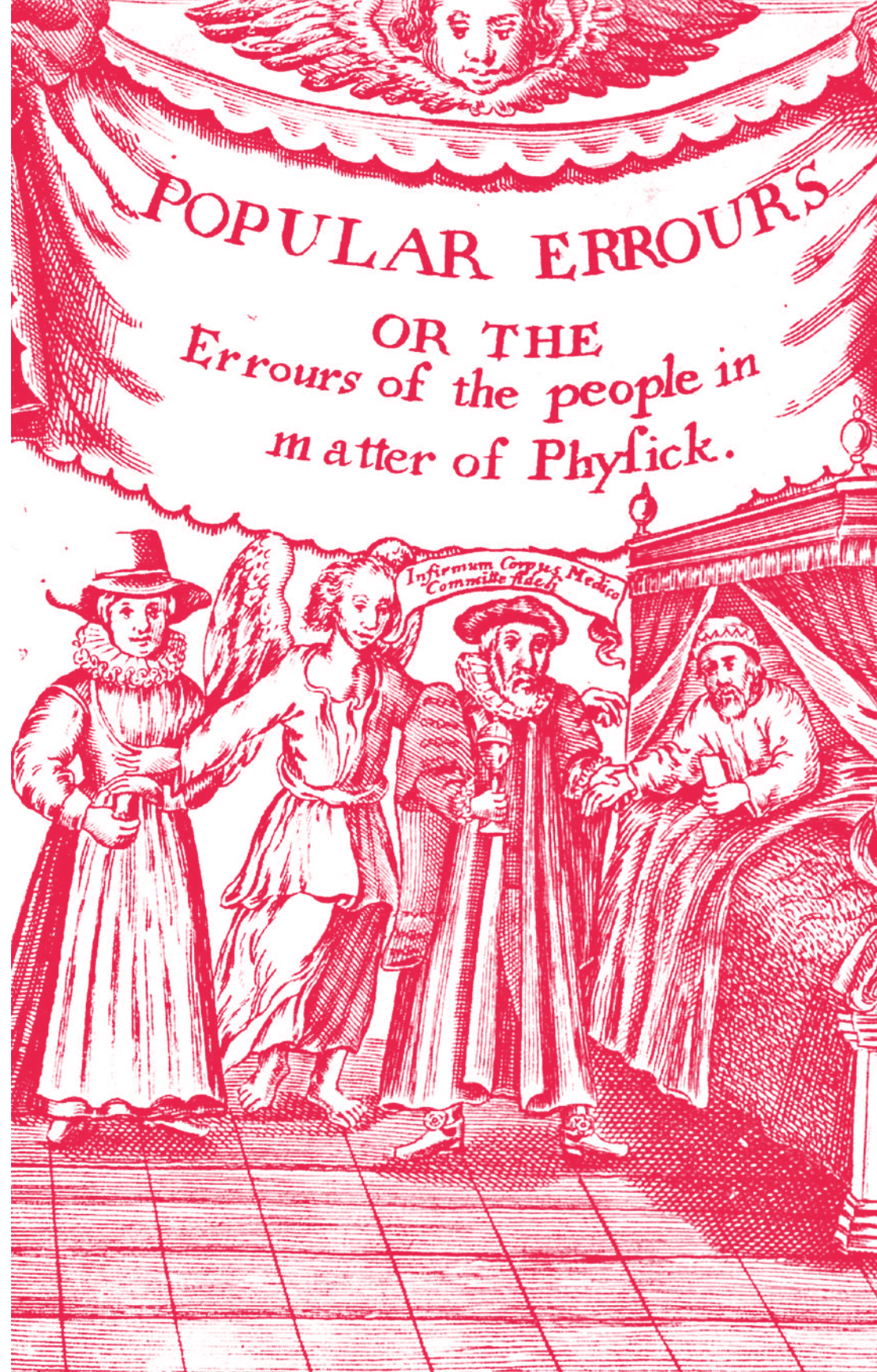
e da intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da procriação e da vida familiar.

No entanto, a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução. Como veremos mais adiante, essa guerra foi travada principalmente por meio da caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o demônio. Mas a guerra também recorreu a uma redefinição do que constituía um crime reprodutivo. Desse modo, a partir de meados do século XVI, ao mesmo tempo que os barcos portugueses retornavam da África com seus primeiros carregamentos humanos, todos os governos europeus começaram a impor penas mais severas à contracepção, ao aborto e ao infanticídio.

Esta última prática havia sido tratada com certa indulgência na Idade Média, pelo menos no caso das mulheres pobres, mas agora se tornava um delito sancionado com a pena de morte e castigado com severidade maior do que a aplicada aos crimes masculinos.

Em Nuremberg, no século XVI, a pena por infanticídio materno era o afogamento; em 1580, ano em que as cabeças cortadas de três mulheres condenadas por infanticídio materno eram pregadas para contemplação pública, a sanção foi alterada para decapitação. (King, 1991, p. 10)¹⁰⁰

100 Para uma discussão sobre a nova legislação contra o infanticídio, ver, entre outros, John Riddle (1997, pp. 163-6); Merry Wiesner (1993, pp. 52-3); e Mendelson e Crawford (1998, p. 149). Os últimos escrevem que “o infanticídio era um crime que, pro-



Também foram adotadas novas formas de vigilância para assegurar que as mulheres não interrompessem a gravidez. Na França, um édito real de 1556 requeria que as mulheres registrassem cada gravidez e sentenciava à morte aquelas cujos bebês morriam antes do batismo, depois de um parto às escondidas, não importando se fossem consideradas culpadas ou inocentes de sua morte. Estatutos semelhantes foram aprovados na Inglaterra e na Escócia em 1624 e 1690. Também foi criado um sistema de espionagem com a finalidade de vigiar as mães solteiras e privá-las de qualquer apoio. Até mesmo hospedar uma mulher grávida solteira era ilegal, por temor de que pudessem escapar da vigilância pública; e quem fizesse amizade com ela era exposto à crítica pública (Wiesner, 1993, pp. 51-2; Ozment, 1983, p. 43).

Uma das consequências de tudo isso foi que as mulheres começaram a ser processadas em grande escala e, nos séculos XVI e XVII, mais mulheres foram executadas por infanticídio do que por qualquer outro crime, exceto bruxaria, uma acusação que também estava centrada no assassinato de crianças e em outras violações das normas reprodutivas. Significativamente, tanto no caso do infanticídio quanto no de bruxaria, aboliram-se os estatutos que anteriormente limitavam a atribuição de responsabilidade legal às mulheres. Assim, as mulheres ingressaram nas cortes da Europa pela primeira vez em nome próprio, como legalmente adultas, sob a acusação de serem bruxas e

vavelmente, fora mais cometido pelas mulheres solteiras do que por qualquer outro grupo na sociedade. Um estudo do infanticídio no começo do século XVII mostrou que de sessenta mães, cinquenta e três eram solteiras e seis, viúvas". As estatísticas mostram também que o infanticídio era punido de forma mais frequente do que a bruxaria. Margaret King (1991, p. 10) escreve que em Nuremberg foram "executadas quatorze mulheres por esse crime, entre 1578 e 1615, mas apenas uma bruxa. Entre 1580 e 1606, o parlamento de Rouen julgou quase tantos casos de infanticídio quanto de bruxaria, mas castigou o infanticídio com maior severidade. A Genebra calvinista mostra uma maior proporção de execuções por infanticídio do que por bruxaria; entre 1590 e 1630, nove mulheres das onze condenadas foram executadas por infanticídio, em comparação com apenas uma de trinta suspeitas por bruxaria". Estas estimativas são confirmadas por Merry Wiesner (1993, p. 52), que escreve que, "em Genebra, por exemplo, 25 de 31 mulheres acusadas de infanticídio durante o período de 1595 a 1712 foram executadas, em comparação com 19 de 122 acusadas de bruxaria". Na Europa, mulheres foram executadas por infanticídio até o século XVIII.

assassinas de crianças. Além disso, a suspeita que recaiu sobre as parteiras nesse período – e que levou à entrada de médicos homens na sala de partos – provinha mais do medo que as autoridades tinham do infanticídio do que de qualquer outra preocupação pela suposta incompetência médica das parteiras.

Com a marginalização das parteiras, começou um processo pelo qual as mulheres perderam o controle que haviam exercido sobre a procriação, sendo reduzidas a um papel passivo no parto, enquanto os médicos homens passaram a ser considerados como "aqueles que realmente davam vida" (como nos sonhos alquimistas dos magos renascentistas). Com essa mudança, também teve início o predomínio de uma nova prática médica que, em caso de emergência, priorizava a vida do feto em detrimento da vida da mãe. Isso contrastava com o processo de nascimento habitual que as mulheres haviam controlado. E, para que efetivamente ocorresse, a comunidade de mulheres que se reunia em torno da cama da futura mãe teve que ser expulsa da sala de partos, ao mesmo tempo que as parteiras eram postas sob a vigilância do médico ou eram recrutadas para policiar outras mulheres.

Na França e na Alemanha, as parteiras tinham que se tornar espíãs do Estado se quisessem continuar com a prática. Esperava-se delas que informassem sobre todos os novos nascimentos, que descobrissem os pais de crianças nascidas fora do casamento e que examinassem as mulheres suspeitas de ter dado à luz em segredo. Também tinham que examinar as mulheres locais, buscando sinais de lactância, quando eram encontradas crianças abandonadas nos degraus das igrejas (Wiesner, 1933, p. 52). O mesmo tipo de colaboração era exigida de parentes e vizinhos. Nos países e nas cidades protestantes, esperava-se que os vizinhos espiassem as mulheres e informassem sobre todos os detalhes sexuais relevantes: se uma mulher recebia um homem quando o marido estava ausente, ou se

entrava numa casa com um homem e fechava a porta (Ozment, 1983, pp. 42-4). Na Alemanha, a cruzada pró-natalista atingiu tal ponto que as mulheres eram castigadas se não faziam esforço suficiente durante o parto, ou se demonstravam pouco entusiasmo por suas crias (Rublack, 1996, p. 92).

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos (as mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século XVIII), foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista.

Nesse sentido, o destino das mulheres na Europa Ocidental, no período de acumulação primitiva, foi similar ao das negras nas *plantations* coloniais americanas, que, especialmente depois do fim do tráfico de escravos, em 1807, foram forçadas por seus senhores a se tornar criadoras de novos trabalhadores. A comparação, obviamente, tem sérios limites. As mulheres europeias não estavam abertamente expostas às agressões sexuais, embora as mulheres proletárias pudessem ser estupradas com impunidade e castigadas por isso. Tampouco tiveram que sofrer a agonia de ver seus filhos levados embora e vendidos em leilão. Os ganhos econômicos derivados dos nascimentos a que estavam obrigadas a gerar eram muito mais dissimulados. Nesse aspecto, a condição de mulher escrava revela de uma forma mais explícita a verdade e a lógica da acumulação capitalista. Mas, apesar das diferenças, em ambos os casos o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres.

Esse aspecto da acumulação primitiva está ausente na análise de Marx. Com exceção de seus comentários no *Manifesto comunista* acerca do uso das mulheres na família burguesa – como produtoras de herdeiros que garantiam a transmissão da propriedade familiar –, Marx nunca reconheceu que a procriação poderia se tornar um terreno de exploração e, pela mesma razão, um terreno de resistência. Ele nunca imaginou que as mulheres pudessem se recusar a reproduzir ou que esta recusa pudesse se transformar em parte da luta de classes. Nos *Grundrisse* (1973, p. 100), ele argumentou que o desenvolvimento capitalista avança independentemente das taxas populacionais, porque, em virtude da crescente produtividade do trabalho, o trabalho que o capital explora diminui constantemente em relação ao “capital constante” (isto é, o capital investido em maquinário e outros bens), com a conseqüente determinação de uma “população excedente”. Mas essa dinâmica, que Marx define como a “lei de população típica do modo de produção capitalista” (*O capital*, t. I, p. 689 e segs.), só poderia ser imposta se a procriação fosse um processo puramente biológico ou uma atividade que respondesse automaticamente à mudança econômica, e se o capital e o Estado não precisassem se preocupar com que as “mulheres entrassem em greve contra a produção de crianças”. De fato, este era o pressuposto de Marx. Ele reconheceu que o desenvolvimento capitalista foi acompanhado por um crescimento na população, cujas causas discutiu ocasionalmente. No entanto, como Adam Smith, ele viu esse aumento como um “efeito natural” do desenvolvimento econômico. No tomo I de *O capital*, contrastou reiteradamente a determinação de um “excedente de população” com o “crescimento natural” da população. Por que a procriação deveria ser um “fato da natureza” e não uma atividade historicamente determinada, carregada de interesses e relações de poder diversas? – eis uma pergunta que Marx não formulou. Tampouco imaginou que os homens e as mulheres poderiam ter

interesses distintos no que diz respeito a fazer filhos, uma atividade que ele tratou como um processo indiferenciado, neutro do ponto de vista de gênero.

Na realidade, as mudanças na procriação e na população estão tão longe de ser automáticas ou “naturais” que, em todas as fases do desenvolvimento capitalista, o Estado teve que recorrer à regulação e à coerção para expandir ou reduzir a força de trabalho. Isso era especialmente verdade no momento em que o capitalismo estava apenas decolando, quando os músculos e os ossos dos trabalhadores eram os principais meios de produção. Mas, mesmo depois – e até o presente –, o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer. Como resultado, as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra sua vontade, experimentando uma alienação de seus corpos, de seu “trabalho” e até mesmo de seus filhos mais profunda que a experimentada por qualquer outro trabalhador (Martin, 1987, pp. 19-21). Ninguém pode descrever, de fato, a angústia e o desespero sofridos por uma mulher ao ver seu corpo se voltando contra si mesma, como acontece no caso de uma gravidez indesejada. Isso é particularmente verdade naquelas situações em que a gravidez fora do casamento era penalizada com o ostracismo social ou, até mesmo, com a morte.

A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO

A criminalização do controle das mulheres sobre a procriação é um fenômeno cuja importância não pode deixar de ser enfatizada, tanto do ponto de vista de seus efeitos sobre as mulheres, quanto por suas consequências na organização capitalista do trabalho. Está bem documentado que, durante a Idade Média, as mulheres haviam contado com muitos métodos contraceptivos, que consistiam basicamente em ervas transformadas em poções e “pessários” (supositórios vaginais) usados para estimular a menstruação, para provocar um aborto ou para criar uma condição de esterilidade. Em *Eve's Herbs: A History of Contraception in the West* (1997) [Ervas de Eva: uma história da contracepção no Ocidente], o historiador estadunidense John Riddle nos oferece um extenso catálogo das substâncias mais utilizadas e os efeitos esperados ou mais prováveis.¹⁰¹ A criminalização da contracepção expropriou as mulheres desse saber, que havia sido transmitido de geração a geração, proporcionando-lhes certa autonomia em relação ao nascimento dos filhos. Aparentemente, em alguns casos, esse saber não foi perdido, mas passou à clandestinidade; no entanto, quando o controle da natalidade apareceu novamente no cenário social, os métodos contraceptivos já não eram do tipo que as mulheres podiam usar, mas foram especificamente criados para o uso masculino. Quais foram as consequências demográficas que se seguiram a partir desta mudança? – eis uma pergunta que, por enquanto, não vou tentar responder, embora recomende o trabalho de Riddle (1997) para uma discussão sobre o tema. Aqui, quero apenas ressaltar que, ao negar às mulheres o controle sobre

101 Um artigo interessante sobre este tema é “The Witches Pharmakopeia” (1986) [A farmacopeia das bruxas], de Robert Fletcher.

seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores. Entretanto, forçar as mulheres a procriar contra a sua vontade ou, como dizia uma canção feminista dos anos 1970, forçá-las a “produzir filhas e filhos para o Estado”¹⁰² é uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho. Um aspecto complementar foi a redução das mulheres a não trabalhadoras, um processo muito estudado pelas historiadoras feministas, e que estava praticamente completo até o final do século XVII.

Nessa época, as mulheres haviam perdido espaço inclusive em empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias, em particular, encontraram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles com *status* mais baixos: empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina), trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. Como nos conta Merry Wiesner, entre outros, ganhava espaço (no direito, nos registros de impostos, nas ordenações das guildas) a suposição de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa e de que tinham apenas que participar na “produção” para ajudar seus maridos. Dizia-se até mesmo que qualquer trabalho feito por mulheres em sua casa era “não trabalho” e não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado (Wiesner, 1993, p. 83 e segs.). Assim, se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de “trabalho doméstico” ou de “tarefas de dona de casa”, mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto,

102 A referência é de uma canção feminista italiana de 1971, intitulada “Aborto di Stato” [Aborto de Estado]. Esta canção faz parte do álbum *Canti de donne in lotta* [Canções de mulheres em luta], lançado em 1974 pelo Grupo Musical do Comitê por um salário para o trabalho doméstico, da cidade de Pádua.



Uma prostituta convidando um cliente. O número de prostitutas cresceu imensamente como saldo da privatização da terra e da comercialização da agricultura, processos que expulsaram muitas camponesas das áreas rurais.

quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como “produtivo”. A desvalorização do trabalho feminino era tal que os governos das cidades ordenaram às guildas que ignorassem a produção que as mulheres (especialmente as

viúvas) realizavam em suas casas, por não se tratar realmente de trabalho, e porque as mulheres precisavam dessa produção para não depender da assistência pública. Wiesner acrescenta que as mulheres aceitavam esta ficção e até mesmo se desculpavam por pedir trabalho, suplicando por um serviço devido à necessidade de se manterem (*ibidem*, pp. 84-5). Rapidamente, todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor do que o trabalho masculino – nunca o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele. O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário.

Somada à expropriação das terras, essa perda de poder com relação ao trabalho assalariado levou à massificação da prostituição. Como relata Le Roy Ladurie (1974, pp. 112-3), o crescimento do número de prostitutas na França e na Catalunha era visível por todas as partes:

De Avignon a Barcelona, passando por Narbona, as “mulheres libertinas” (*femmes de débauche*) paravam nas portas das cidades, nas ruas dos bairros de luz vermelha [...] e nas pontes [...] de tal modo que, em 1594, o “tráfico vergonhoso” florescia como nunca antes.

A situação era similar na Inglaterra e na Espanha, onde todos os dias chegavam às cidades mulheres pobres do campo. Mesmo as esposas de artesãos complementavam a renda familiar por meio desse trabalho. Em Madri, em 1631, um panfleto distribuído pelas autoridades políticas denunciava o problema, queixando-se de que muitas mulheres vagabundas estavam agora perambulando pelas ruas da cidade, becos e tavernas,



A prostituta e o soldado. Viajando com frequência junto aos acampamentos militares, as prostitutas atuavam como esposas para os soldados e para outros proletários, lavando e cozinhando, além de prover serviços sexuais aos homens.

atijando os homens a pecar com elas (Vigil, 1986, pp. 114-5). Porém, logo que a prostituição se tornou a principal forma de subsistência para uma grande parte da população feminina, a atitude institucional a respeito dela mudou. Enquanto na Baixa da Idade Média a prostituição havia sido aceita oficialmente como um mal necessário e as prostitutas haviam se beneficiado de um regime de altos salários, no século XVI a situação se

Uma prostituta submetida a um tipo de tortura conhecido como *acabussade*. “Ela será imersa no rio várias vezes e, então, encarcerada pelo resto da vida”.



inverteu. Num clima de intensa misoginia, caracterizada pelo avanço da Reforma Protestante e pela caça às bruxas, a prostituição foi inicialmente sujeita a novas restrições e, depois, criminalizada. Por todas as partes, entre 1530 e 1560, os bordéis urbanos foram fechados e as prostitutas, especialmente aquelas que trabalhavam na rua, severamente penalizadas: banimento, flagelação e outras formas cruéis de reprimendas. Entre elas, a “cadeira de imersão” (*ducking stool* ou *acabussade*) – “peça de teatro macabro”, como a descreve Nickie Roberts –, em que as vítimas eram atadas, às vezes presas numa jaula, e, então, repetidamente imersas em rios ou lagoas até quase se afogarem (Roberts, 1992, pp. 115-6). Enquanto isso, na França do século XVI, o estupro de prostitutas deixou de ser um crime.¹⁰³ Em Madri, também foi decidido que as vagabundas e as prostitutas não estavam autorizadas a permanecer e a dormir nas ruas ou sob os pórticos; se fossem pegas em flagrante, deveriam receber cem chibatadas e, depois, ser banidas da cidade por seis anos, além de ter a cabeça e as sobrancelhas raspadas.

O que pode explicar esse ataque tão drástico contra as trabalhadoras? E de que maneira a exclusão das mulheres da esfera do trabalho socialmente reconhecido e das relações monetárias se relaciona com a imposição da maternidade forçada e com a simultânea massificação da caça às bruxas?

Quando se consideram esses fenômenos da perspectiva privilegiada do presente, depois de quatro séculos de disciplinamento capitalista das mulheres, as respostas parecem se impor por si mesmas. Embora o trabalho assalariado das mulheres e os trabalhos domésticos e sexuais (remunerados) ainda sejam estudados com muita frequência isolados uns dos outros, agora nos encontramos numa melhor posição para ver

103 Margaret L. King (1991, p. 78), *Women of the Renaissance* [Mulheres do Renascimento]. Sobre o fechamento dos bordéis na Alemanha, ver Merry Wiesner (1986, pp. 174-85), *Working Women in Renaissance Germany* [Mulheres trabalhadoras na Alemanha Renascentista].

que a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar. Dessa forma, podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho. De um ponto de vista teórico e político, entretanto, a questão fundamental está nas condições que tornaram possível tal degradação e as forças sociais que a promoveram ou que dela foram cúmplices.

A resposta aqui é que um importante fator na desvalorização do trabalho feminino foi a campanha levada a cabo por artesãos, a partir do final do século XV, com o propósito de excluir as trabalhadoras de suas oficinas, supostamente para protegerem-se dos ataques dos comerciantes capitalistas que empregavam mulheres a preços menores. Os esforços dos artesãos deixaram um abundante rastro de provas.¹⁰⁴ Tanto na Itália quanto na França e na Alemanha, os oficiais artesãos solicitaram às autoridades que não permitissem que as mulheres competissem com eles, proibindo-as entre seus quadros; fizeram greve quando a proibição não foi levada em consideração; e negaram-se a trabalhar com homens que trabalhavam com mulheres. Aparentemente, os artesãos estavam interessados também em limitar as mulheres ao trabalho doméstico, já que, dadas as suas dificuldades econômicas, “a prudente administração da casa por parte de uma mulher” estava se tornando para eles uma condição indispensável para evitar a bancarrota e para manter uma oficina independente. Sigfrid Brauner (o autor da citação acima) fala da importância que os artesãos alemães davam a esta norma social (Brauner, 1995, pp. 96-7). As

104 Um vasto catálogo dos lugares e dos anos em que as mulheres foram expulsas do artesanato pode ser encontrado em David Herlihy (1978-1991). Ver também Merry Wiesner (1986, pp. 174-85).



Assim como a “luta pelas calças”, a imagem da esposa dominadora desafiando a hierarquia sexual e batendo no marido era um dos alvos favoritos da literatura social dos séculos XVI e XVII. Gravura de Martin Treu, a partir de Albrecht Dürer, século XVII.

mulheres procuraram resistir a essa investida, mas, devido às táticas intimidatórias que os trabalhadores usaram contra elas, fracassaram. Aquelas que ousaram trabalhar fora do lar, em um espaço público e para o mercado, foram representadas como megeras sexualmente agressivas ou até mesmo como “putas”

ou “bruxas” (Howell, 1986, pp. 182-3).¹⁰⁵ Com efeito, há provas de que a onda de misoginia que no final do século XV cresceu nas cidades europeias – refletida na obsessão dos homens pela “luta pelas calças” e pela personagem da esposa desobediente, retratada na literatura popular batendo em seu marido ou montando em suas costas como a um cavalo – emanou também dessa tentativa (contraproducente) de tirar as mulheres dos postos de trabalho e do mercado.

Por outro lado, é evidente que essa tentativa não haveria triunfado se as autoridades não tivessem cooperado. Obviamente, se deram conta de que aquilo era o mais favorável a seus interesses, pois, além de pacificar os oficiais artesãos rebeldes, a exclusão das mulheres dos ofícios forneceu as bases necessárias para sua fixação no trabalho reprodutivo e para sua utilização como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica.

105 Howell (1986, p. 182) escreve: “As comédias e sátiras da época, por exemplo, retratavam com frequência as mulheres inseridas no mercado e nas oficinas como megeras, com caracterizações que não somente as ridicularizavam ou repreendiam por assumir papéis na produção mercadológica, mas frequentemente também chegavam a acusá-las de agressão sexual.”

AS MULHERES COMO NOVOS BENS COMUNS E COMO SUBSTITUTO DAS TERRAS PERDIDAS

Foi a partir desta aliança entre os artesãos e as autoridades das cidades, junto com a contínua privatização da terra, que se forjou uma nova divisão sexual do trabalho ou, melhor dizendo, um novo “contrato sexual”, segundo as palavras de Carol Pateman (1988), que definia as mulheres em termos – mães, esposas, filhas, viúvas – que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos.

De acordo com este novo contrato social-sexual, as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade. Os ecos desta “apropriação primitiva” podem ser ouvidos no conceito de “mulher comum” (Karras, 1989), que, no século XVI, qualificava aquelas mulheres que se prostituíam. Porém, na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos.

Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens. O fato de

que as relações de poder desiguais entre mulheres e homens existiam mesmo antes do advento do capitalismo, assim como uma divisão sexual do trabalho discriminatória, não foge a esta avaliação. Isso porque, na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens comuns, enquanto no novo regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado.

O PATRIARCADO DO SALÁRIO

Nesse contexto, são significativas as mudanças que se deram dentro da família, que começou a se separar da esfera pública, adquirindo suas conotações modernas enquanto principal centro para a reprodução da força de trabalho.

Complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres.

Isso pode ser observado especialmente nas famílias da classe trabalhadora. Trata-se, todavia, de um tema pouco estudado. As discussões anteriores privilegiaram a família de homens proprietários, plausivelmente porque, na época a que estamos nos referindo, esta era a forma e o modelo dominante de relação com os filhos e entre os cônjuges. Também houve maior interesse na família como instituição política do que como lugar de trabalho. O que foi enfatizado, então, foi o fato de que, na nova família burguesa, o marido tornou-se o representante do Estado, o encarregado de disciplinar e supervisionar as “classes subordinadas”, uma categoria que, para os teóricos políticos dos séculos XVI e XVII (por exemplo, Jean Bodin), incluía a esposa e os filhos (Schochet, 1975). Daí a identificação da família com um “microestado” ou uma “microigreja”, assim como a exigência por parte das autoridades de que os trabalhadores e as trabalhadoras solteiros vivessem sob o teto e sob as ordens de um senhor. Também é destacado que, dentro da família burguesa, a mulher perdeu muito de seu poder, sendo geralmente excluída dos negócios familiares

e confinada a supervisionar os cuidados domésticos.

Mas o que falta nesse retrato é o reconhecimento de que, enquanto na classe alta era a propriedade que dava ao marido poder sobre sua esposa e seus filhos, a exclusão das mulheres do recebimento de salário dava aos trabalhadores um poder semelhante sobre suas mulheres.

Um exemplo dessa tendência foi o tipo de família que se formou em torno dos trabalhadores da indústria artesanal no sistema doméstico. Longe de evitar o casamento e a formação de uma família, os homens que trabalhavam na indústria artesanal doméstica dependiam disso – afinal, uma esposa podia “ajudar-lhes” com o trabalho que eles realizavam para os comerciantes, ao cuidarem de suas necessidades físicas e do provimento dos filhos, que, desde a tenra idade, podiam ser empregados no tear ou em alguma ocupação auxiliar. Desse modo, até mesmo em tempos de declínio populacional, os trabalhadores da indústria doméstica continuaram aparentemente se multiplicando. Suas famílias eram tão numerosas que, no século XVII, um austríaco, observando os trabalhadores que moravam em seu vilarejo, os descreveu como pardais num poleiro, apinhados em suas casas. O que se destaca nesse tipo de organização é que, embora a esposa trabalhasse junto ao marido, produzindo também para o mercado, era o marido que recebia o salário da mulher. Isso também ocorria com outras trabalhadoras, assim que se casavam. Na Inglaterra, “um homem casado [...] tinha direitos legais sobre os rendimentos de sua esposa”, inclusive quando o trabalho que ela realizava era a amamentação. Dessa forma, quando uma paróquia empregava uma mulher para fazer esse tipo de trabalho, os registros “ocultavam, frequentemente, sua condição de trabalhadoras”, computando o pagamento em nome dos homens. “Se o pagamento seria feito ao homem ou à mulher, dependia do capricho do administrador” (Mendelson e Crawford, 1998, p. 287).

Tal política, que impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições materiais para sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens. É nesse sentido que eu falo do patriarcado do salário. Também devemos repensar o conceito de “escravidão do salário”. Se é certo que os trabalhadores homens, sob o novo regime de trabalho assalariado, passaram a ser livres apenas num sentido formal, o grupo de trabalhadores que, na transição para o capitalismo, mais se aproximou da condição de escravos foram as mulheres trabalhadoras.

Ao mesmo tempo – dadas as condições miseráveis em que viviam os trabalhadores assalariados –, o trabalho doméstico, que as mulheres realizavam para a reprodução de suas famílias, estava necessariamente limitado. Casadas ou não, as proletárias precisavam ganhar algum dinheiro, o que conseguiam por meio de múltiplos serviços. Por outro lado, o trabalho doméstico exigia certo capital reprodutivo: móveis, utensílios, vestimentas, dinheiro para os alimentos. No entanto, os trabalhadores assalariados viviam na pobreza, “escravizados dia e noite” (como denunciou um artesão de Nuremberg em 1524), passando fome e alimentando com grande dificuldade suas esposas e filhos (Brauner, 1995, p. 96). A maioria praticamente não tinha um teto sobre suas cabeças, vivia em cabanas compartilhadas com outras famílias e animais, em que a higiene (pouco observada até mesmo entre aqueles que estavam em melhor situação) faltava por completo; suas roupas eram farrapos e, no melhor dos casos, sua dieta consistia em pão, queijo e algumas verduras. Dessa forma, não encontramos entre a classe trabalhadora, neste período, a clássica figura da dona de casa em período integral. Foi somente no século XIX – como resposta ao primeiro ciclo intenso de lutas contra o trabalho industrial – que a “família moderna”, centrada no trabalho reprodutivo, em tempo integral e não remunerado da dona de casa, se generalizou entre a classe trabalhadora,

primeiro na Inglaterra e, mais tarde, nos Estados Unidos.

Seu desenvolvimento (após a aprovação das Leis Fabris, que limitavam o emprego de mulheres e de crianças nas fábricas) refletiu o primeiro investimento de longo prazo da classe capitalista sobre a reprodução da força de trabalho, para além de sua expansão numérica. Foi resultado de uma permuta, forjada sob a ameaça de insurreição, entre a garantia de maiores salários, capazes de sustentar uma esposa “não trabalhadora”, e uma taxa mais intensiva de exploração. Marx tratou disso como uma mudança da mais-valia “absoluta” para a “relativa”, isto é, uma mudança de um tipo de exploração baseado na máxima extensão da jornada de trabalho e na redução do salário a um mínimo, para um regime em que é possível compensar os salários mais altos e as horas de trabalho mais curtas por meio de um aumento da produtividade do trabalho e do ritmo da produção. Da perspectiva capitalista, foi uma revolução social, que passou por cima do antigo comprometimento com baixos salários. Foi resultado de um novo acordo entre os trabalhadores e os empregadores, novamente baseado na exclusão das mulheres do recebimento de salários – colocando um fim no recrutamento de mulheres observado nas primeiras fases da Revolução Industrial. Também foi o marco de um novo período de afluência capitalista, produto de dois séculos de exploração do trabalho escravo, que logo seria potencializado por uma nova fase de expansão colonial.

Nos séculos XVI e XVII, por outro lado, apesar de uma obsessiva preocupação com o tamanho da população e com a quantidade de “trabalhadores pobres”, o investimento real na reprodução da força de trabalho era extremamente baixo. Consequentemente, o grosso do trabalho reprodutivo realizado pelas proletárias não estava destinado às suas famílias, mas às famílias de seus empregadores ou, então, ao mercado. Em média, um terço da população feminina de Inglaterra, Espanha, França

e Itália trabalhava como criada. Assim, a tendência, no proletariado, era de postergar o casamento e desintegrar a família (os vilarejos ingleses do século XVI experimentaram uma diminuição populacional anual de 50%). Com frequência, os pobres eram até mesmo proibidos de se casar, quando se temia que seus filhos pudessem cair na assistência pública. Nesses casos, as crianças eram retiradas de sua guarda, sendo colocadas para trabalhar na paróquia. Estima-se que um terço, ou mais, da população rural da Europa permaneceu solteira; nas cidades, as taxas eram ainda maiores, especialmente entre as mulheres; na Alemanha, 40% eram “solteironas” ou viúvas (Ozment, 1983, pp. 41-2).

Contudo, dentro da comunidade trabalhadora do período de transição, já podemos ver o surgimento da divisão sexual do trabalho que seria típica da organização capitalista – embora as tarefas domésticas tenham sido reduzidas ao mínimo e as mulheres proletárias também tivessem que trabalhar para o mercado. Em seu cerne, havia uma crescente diferenciação entre o trabalho feminino e o masculino, à medida que as tarefas realizadas por mulheres e homens se tornavam mais diversificadas e, sobretudo, passavam a sustentar relações sociais diferentes.

Por mais empobrecidos e destituídos de poder, os trabalhadores assalariados homens ainda podiam ser beneficiados pelo trabalho e pelos rendimentos de suas esposas, ou podiam comprar os serviços das prostitutas. Ao longo dessa primeira fase de proletarização, era a prostituta que realizava com maior frequência as funções de esposa para os trabalhadores homens, cozinhando e limpando para eles, além de servir-lhes sexualmente. Ademais, a criminalização da prostituição – que castigou a mulher, mas quase não teve efeitos sobre seus clientes homens – reforçou o poder masculino. Qualquer homem podia, agora, destruir uma mulher simplesmente declarando que ela era uma prostituta ou dizendo publicamente que ela havia cedido a seus desejos sexuais. As mulheres teriam que suplicar aos homens

“que não lhes tirassem a honra”, a única propriedade que lhes restava (Cavallo e Cerutti, 1980, p. 346 e segs.), já que suas vidas estavam agora nas mãos dos homens, que, como os senhores feudais, podiam exercer sobre elas um poder de vida ou morte.

A DOMESTICAÇÃO DAS MULHERES E A REDEFINIÇÃO DA FEMINILIDADE E DA MASCULINIDADE: MULHERES, SELVAGENS DA EUROPA

Não é surpreendente, então, diante da desvalorização do trabalho e da condição social femininas, que a insubordinação das mulheres e os métodos pelos quais puderam ser “domesticadas” estivessem entre os principais temas da literatura e da política social da “transição” (Underdown, 1985a, pp. 116-36).¹⁰⁶ As mulheres não poderiam ter sido totalmente desvalorizadas enquanto trabalhadoras e privadas de toda sua autonomia com relação aos homens se não tivessem sido submetidas a um intenso processo de degradação social; e, de fato, ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social.

Uma destas áreas-chave pela qual se produziram grandes mudanças foi a lei. Aqui, nesse período, é possível observar uma constante erosão dos direitos das mulheres.¹⁰⁷ Um dos direitos mais importantes que as mulheres perderam foi o de realizar atividades econômicas por conta própria, como *femmes soles*. Na França, perderam o direito de fazer contratos ou de representar a si mesmas nos tribunais, tendo sido declaradas legalmente como “imbecis”. Na Itália, começaram a aparecer com menos frequência nos tribunais para denunciar abusos

106 Ver Underdown (1985a), “The Taming of the Scold: The Enforcement of Patriarchal Authority in Early Modern England” [A domesticação das desbocadas: A imposição da autoridade patriarcal no início da Inglaterra Moderna], em Anthony Fletcher e John Stevenson (1985, pp. 116-36); Mendelson e Crawford (1998, pp. 69-71).

107 Sobre a perda de direitos das mulheres nos séculos XVI e XVII, na Europa, ver (entre outros) Merry Wiesner (1993, p. 33), que escreve: “A difusão do direito romano teve um efeito, em grande parte negativo, sobre o *status* legal civil das mulheres no início do período moderno, tanto por causa das perspectivas que os próprios juristas adotaram sobre as mulheres a partir do direito romano, quanto pela aplicação mais estrita das leis existentes que o direito romano possibilitou.”

perpetrados contra elas. Na Alemanha, quando uma mulher de classe média tornava-se viúva, passou a ser comum a designação de um tutor para administrar seus negócios. Também foi proibido às mulheres alemãs que vivessem sozinhas ou com outras mulheres. No caso das mais pobres, não podiam morar nem com suas próprias famílias – afinal, pressupunha-se que não seriam adequadamente controladas. Em suma, além da desvalorização econômica e social, as mulheres experimentaram um processo de infantilização legal.

A perda de poder social das mulheres expressou-se também por meio de uma nova diferenciação sexual do espaço. Nos países mediterrâneos, as mulheres foram expulsas não apenas de muitos trabalhos assalariados, como também das ruas, onde uma mulher desacompanhada corria o risco de ser ridicularizada ou atacada sexualmente (Davis, 1998). Na Inglaterra – “um paraíso para as mulheres”, na visão de alguns visitantes italianos –, a presença delas em público também começou a ser malvista. As mulheres inglesas eram dissuadidas de sentar-se em frente a suas casas ou de ficar perto das janelas; também eram orientadas a não se reunirem com suas amigas (nesse período, a palavra *gossip* [fofoca], que significa “amiga”, passou a ganhar conotações depreciativas). Inclusive, era recomendado às mulheres que não visitassem seus pais com muita frequência depois do casamento.

Como a nova divisão sexual do trabalho reconfigurou as relações entre homens e mulheres é algo que se pode ver a partir do amplo debate travado na literatura erudita e popular acerca da natureza das virtudes e dos vícios femininos, um dos principais caminhos para a redefinição ideológica das relações de gênero na transição para o capitalismo. Conhecido desde muito antes como *la querelle des femmes*, o que resulta deste debate é uma curiosidade renovada pela questão, indicando que as velhas normas estavam se desmembrando e que o público estava se dando conta de que os elementos básicos da política sexual estavam sendo



Uma “resmungona” é obrigada a desfilarem pela comunidade usando a “rédea”, uma engenhoca de ferro empregada para punir mulheres de língua afiada. Significativamente, um aparato similar era usado por europeus traficantes de escravos na África para dominar os cativos e transportá-los a seus barcos. Gravura inglesa do século XVII.

reconstruídos. É possível identificar duas tendências dentro desse debate. Por um lado, construía-se novos cânones culturais que maximizavam as diferenças entre as mulheres e os homens, criando protótipos mais femininos e mais masculinos (Fortunati, 1984). Por outro lado, foi estabelecido que as mulheres eram inerentemente inferiores aos homens – excessivamente emocionais e

luxurias, incapazes de se governar – e tinham que ser colocadas sob o controle masculino. Da mesma forma que ocorreu com a condenação da bruxaria, o consenso sobre esta questão atravessava as divisões religiosas e intelectuais. Do púlpito ou por meio da escrita, humanistas, reformadores protestantes e contrarreformadores católicos, todos cooperaram constante e obsessivamente com o aviltamento das mulheres.

As mulheres eram acusadas de ser pouco razoáveis, vaidosas, selvagens, esbanjadoras. A língua feminina era especialmente culpável, considerada um instrumento de insubordinação. Porém, a principal vilã era a esposa desobediente, que, ao lado da “desbocada”, da “bruxa” e da “puta”, era o alvo favorito de dramaturgos, escritores populares e moralistas. Nesse sentido, *A megera domada* (1593) de Shakespeare era um manifesto da época. O castigo da insubordinação feminina à autoridade patriarcal foi evocado e celebrado em inúmeras obras de teatro e panfletos. A literatura inglesa dos períodos de Elizabeth I e de Jaime I fez a festa com esses temas. Obra típica do gênero é *Tis a Pity She's a Whore* (1633) [Pena que ela é uma prostituta], de John Ford, que termina com o assassinato, a execução e o homicídio didáticos de três das quatro personagens femininas. Outras obras clássicas que trataram da disciplina das mulheres são *Arraignment of Lewed, Idle, Forward, Inconstant Women* (1615) [A denúncia de mulheres indecentes, ociosas, descaradas e inconstantes], de John Swetnam, e *The Parliament of Women* (1646) [Parlamento de mulheres], uma sátira dirigida basicamente contra as mulheres de classe média, que as retrata muito ocupadas criando leis para conquistar a supremacia sobre seus maridos.¹⁰⁸ No mesmo período, foram introduzidas

108 Se às obras de teatro e panfletos juntarmos também os registros da corte do período, Underdown (1985a, p. 119) conclui que, “entre 1560 e 1640 [...] estes registros revelam uma intensa preocupação com as mulheres que são uma ameaça visível para o sistema patriarcal. Mulheres discutindo e brigando com seus vizinhos, mulheres solteiras que recusam a se dedicar ao serviço doméstico, esposas que dominam seus maridos ou batem neles: todos aparecem com maior frequência que no período imediatamente anterior ou posterior. Não passa despercebido que esta também é a época em que as acusações de bruxaria atingiram um de seus picos”.

novas leis e novas formas de tortura destinadas a controlar o comportamento das mulheres dentro e fora de casa, o que confirma que o vilipêndio literário das mulheres expressava um projeto político preciso com o objetivo de deixá-las sem autonomia nem poder social. Na Europa da Era da Razão, eram colocadas focinheiras nas mulheres acusadas de serem desbocadas, como se fossem cães, e elas eram exibidas pelas ruas; as prostitutas eram açoitadas ou enjauladas e submetidas a simulações de afogamentos, ao passo que se instaurava a pena de morte para mulheres condenadas por adultério (Underdown, 1985a, p. 117 e segs.).

Não é exagero dizer que as mulheres eram tratadas com a mesma hostilidade e com o mesmo senso de distanciamento que se concedia aos “índios selvagens” na literatura produzida depois da Conquista. O paralelismo não é casual. Em ambos os casos, a depreciação literária e cultural estava a serviço de um projeto de expropriação. Como veremos, a demonização dos povos indígenas americanos serviu para justificar sua escravização e o saque de seus recursos. Na Europa, o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. O preço da resistência era, sempre, o extermínio. Nenhuma das táticas empregadas contra as mulheres europeias e contra os sujeitos coloniais poderia ter obtido êxito se não tivesse sido sustentada por uma campanha de terror. No caso das mulheres europeias, foi a caça às bruxas que exerceu o papel principal na construção de sua nova função social e na degradação de sua identidade social.

A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atrozes e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades. De todos os pontos de vista – social, econômico, cultural, político –, a caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres; foi o equivalente à derrota histórica a que alude Engels em *A origem da família, da propriedade*

THE 220
Parliament of Women.

With the merrie Lawes by them newly
Enacted. To live in more Ease, Pompe, Pride,
and wantonneffe: but especially that they might have su-
periority and dominere over their husbands: with a new way
found out by them to cure any old or new Cuckolds, and
how both parties may recover their credit
and honesty againe



London, Printed for W. Wilson and are to be sold by him in
Will-yard in Little Saint Bartholomewes. 1645.

Aug: 14. London 1646.

privada e do Estado (1884) como causa do desmoroamento do mundo patriarcal, visto que a caça às bruxas destruiu todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista, assim como a condição necessária para sua resistência na luta contra o feudalismo.

A partir desta derrota, surgiu um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas. Esta mudança começou no final do século XVII, depois de as mulheres terem sido submetidas a mais de dois séculos de terrorismo de Estado. Uma vez que foram derrotadas, a imagem da feminilidade construída na “transição” foi descartada como uma ferramenta desnecessária, e uma nova, domesticada, ocupou seu lugar. Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século XVIII o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles. Até mesmo sua irracionalidade podia ser valorizada, como constatou o filósofo holandês Pierre Bayle em seu *Dictionnaire historique et critique* (1740) [Dicionário histórico e crítico], no qual elogiou o poder do “instinto materno” feminino, defendendo que devia ser visto como um mecanismo providencial que assegurava que as mulheres continuassem se reproduzindo, apesar das desvantagens do parto e da criação de filhos.

Frontispício de *Parliament of Women* (1646) [Parlamento das mulheres], obra típica da sátira antimulheres que dominou a literatura inglesa no período da Guerra Civil. [No frontispício se lê: “Parlamento das Mulheres. Com as alegres leis recentemente aprovadas por elas. Para viver com maior facilidade, pompa, orgulho e indecência: mas especialmente para que elas possam ter superioridade e dominar seus maridos: com um novo modo encontrado por elas de curar qualquer corno velho ou novo, e como as duas partes podem recuperar sua honra e honestidade novamente” – N.T.E.]

COLONIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E MULHERES

Enquanto a resposta à crise populacional na Europa foi a subjugação das mulheres à reprodução, na América, onde a colonização destruiu 95% da população nativa, a resposta foi o tráfico de escravos, capaz de prover à classe dominante europeia uma quantidade imensa de mão de obra.

Já no século XVI, aproximadamente um milhão de escravos africanos e trabalhadores indígenas estavam produzindo mais-valia para a Espanha na América colonial, com uma taxa de exploração muito mais alta que a dos trabalhadores na Europa, contribuindo em setores da economia europeia que estavam se desenvolvendo numa direção capitalista (Blaut, 1992a, pp. 45-6).¹⁰⁹ Em 1600, o Brasil, sozinho, exportava o dobro de valor em açúcar que toda a lã exportada pela Inglaterra no mesmo ano (*ibidem*, p. 42). A taxa de acumulação das plantações de cana brasileiras era tão alta que, a cada dois anos, as fazendas duplicavam sua capacidade. A prata e o ouro também tiveram um papel fundamental na solução da crise capitalista. O ouro importado do Brasil reativou o comércio e a indústria na Europa (De Vries, 1976, p. 20). Eram importadas mais de 17.000 toneladas em 1640, que davam à classe capitalista uma vantagem excepcional quanto ao acesso a trabalhadores, mercadorias e terras (Blaut, 1992a, pp. 38-40). Contudo, a verdadeira riqueza era o trabalho acumulado

109 James Blaut (1992a) destaca que, apenas umas poucas décadas depois de 1492, “a taxa de crescimento e mudança se acelerou dramaticamente e a Europa entrou num período de rápido desenvolvimento”. Ele diz (1992a, p. 38): “A empresa colonial no século XVI produziu capital de diversas maneiras. Uma foi a mineração de ouro e prata. Uma segunda foi a agricultura de *plantation*, principalmente no Brasil. Uma terceira foi o comércio com a Ásia de especiarias, tecidos e muitas outras coisas. Um quarto elemento foi o lucro que retornou às casas europeias de uma variedade de empreendimentos produtivos e comerciais na América [...] Um quinto foi a escravatura. A acumulação destas receitas foi massiva.”

por meio do tráfico de escravos, que tornou possível um modo de produção que não poderia ser imposto na Europa.

É sabido que o sistema de *plantation* alimentou a Revolução Industrial, como defendido por Eric Williams, que destacou que dificilmente tenha-se assentado um tijolo em Liverpool e em Bristol sem sangue africano (1944, pp. 61-3). No entanto, o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a “anexação da América” e sem o “sangue e suor” que durante dois séculos fluíram das *plantations* para a Europa. Devemos enfatizar essa questão na medida em que ela nos ajuda a perceber o quão essencial foi a escravidão para a história do capitalismo e por que, periódica mas sistematicamente, sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma grande crise econômica, a classe capitalista tem que pôr em marcha um processo de “acumulação primitiva”, isto é, um processo de colonização e escravidão em grande escala, como o que testemunhamos atualmente (Bales, 1999).

O sistema de *plantations* foi decisivo para o desenvolvimento capitalista não somente pela imensa quantidade de mais-trabalho que se acumulou a partir dele, mas também porque estabeleceu um modelo de administração do trabalho, de produção voltada para a exportação, de integração econômica e de divisão internacional do trabalho que desde então tornou-se o paradigma das relações de classe capitalistas.

Com sua imensa concentração de trabalhadores e uma mão de obra cativa, arrancada de sua terra e que não podia confiar no apoio local, a *plantation* prefigurou não apenas a fábrica, mas também o uso posterior da imigração, além da globalização voltada a reduzir os custos do trabalho. Em particular, a *plantation* foi um passo crucial na formação de uma divisão internacional do trabalho que – por meio da produção de “bens de consumo” – integrou o trabalho dos escravos à reprodução da força de trabalho europeia, ao mesmo tempo que mantinha

os trabalhadores escravizados e os assalariados geográfica e socialmente separados.

A produção colonial de açúcar, chá, tabaco, rum e algodão – as mercadorias mais importantes, junto com o pão, para a reprodução da força de trabalho na Europa – não se desenvolveu em grande escala até depois do decênio de 1650, após a escravidão ter sido institucionalizada e os salários terem começado, modestamente, a aumentar (Rowling, 1987, pp. 51, 76, 85). Devemos mencionar aqui, no entanto, que, quando finalmente a produção se desenvolveu, foram introduzidos dois mecanismos que reestruturaram de forma significativa a reprodução do trabalho em nível internacional. De um lado, foi criada uma linha de montagem global, que reduziu o custo das mercadorias necessárias para produzir a força de trabalho na Europa, e que conectou os trabalhadores escravizados e assalariados por meio de modalidades que anteciparam o uso que o capitalismo faz atualmente dos trabalhadores asiáticos, africanos e latino-americanos como provedores de produtos de “bens de consumo” “baratos” (ou seja, barateados, devido aos esquadrões da morte e à violência militar) para os países capitalistas “avançados”.

Por outro lado, nas metrópoles, o salário se tornou um veículo pelo qual os bens produzidos pelos trabalhadores escravizados iam parar no mercado, isto é, um veículo por meio do qual os produtos do trabalho escravo realizavam seu valor. Desta forma, assim como ocorria com o trabalho doméstico feminino, a integração do trabalho escravo à produção e à reprodução da força de trabalho metropolitana foi progressivamente consolidada. O salário se redefiniu claramente como instrumento de acumulação, como alavanca para mobilizar não somente o trabalho dos trabalhadores remunerados, mas também o trabalho de uma multidão de trabalhadores que ficava oculta devido às suas condições não salariais.

Sabiam os trabalhadores na Europa que estavam

comprando produtos do trabalho escravo? Se sim, se opunham a isso? Essa é uma pergunta que gostaríamos de fazer a eles, mas que não posso responder. O certo é que a história do chá, do açúcar, do rum, do tabaco e do algodão é muito mais importante para o surgimento do sistema fabril do que podemos deduzir da contribuição que essas mercadorias tiveram enquanto matérias-primas ou meios de troca no tráfico de escravos. Isso porque o que viajava com estas “exportações” não era apenas o sangue dos escravos, mas também as sementes de uma nova ciência da exploração e de uma nova divisão da classe trabalhadora, pela qual o trabalho assalariado, mais que oferecer uma alternativa ao trabalho escravo, foi transformado em dependente da escravidão, enquanto mecanismo para ampliar a parte não remunerada do dia de trabalho assalariado – da mesma maneira que o trabalho feminino não remunerado.

A vida dos trabalhadores escravizados na América e as dos assalariados na Europa estava tão estreitamente conectada que nas ilhas do Caribe, onde se davam aos escravos porções de terra (*provision grounds*)¹¹⁰ a serem cultivadas para seu próprio consumo, a quantidade de terra alocada a eles e a quantidade de tempo que lhes era dado para cultivá-las variavam proporcionalmente ao preço do açúcar no mercado mundial (Morrissey, 1989, pp. 51-9), o que provavelmente era determinado pela dinâmica dos salários dos trabalhadores e sua luta pela reprodução.

No entanto, seria um erro concluir que a integração do trabalho escravo à produção do proletariado assalariado europeu criou uma comunidade de interesses entre os trabalhadores europeus e os capitalistas das metrópoles, supostamente consolidada pelo seu desejo comum de bens importados baratos.

Na realidade, assim como a Conquista, o tráfico de escravos foi uma desgraça histórica para os trabalhadores europeus. Como vimos, a escravidão (bem como a caça às bruxas) foi um imenso

110 “Roça” [N.T.E.]

laboratório para a experimentação de métodos de controle do trabalho que logo foram importados à Europa. A escravidão afetou também os salários e a situação legal dos trabalhadores europeus: não pode ser coincidência que foi só quando terminou a escravidão que os salários na Europa aumentaram consideravelmente e os trabalhadores europeus conquistaram o direito de se organizar.

Também é difícil imaginar que os trabalhadores na Europa tenham lucrado com a Conquista da América, pelo menos em sua fase inicial. Lembremos que a intensidade da luta anti-feudal foi o que instigou a nobreza menor e os comerciantes a buscarem a expansão colonial, e que os conquistadores saíram das fileiras dos inimigos mais odiados da classe trabalhadora europeia. Também é importante lembrar que a Conquista forneceu às classes dominantes a prata e o ouro que elas usaram para pagar os exércitos mercenários que derrotaram as revoltas urbanas e rurais e que, nos mesmos anos em que os Aruaque, Asteca e Inca eram subjugados, os trabalhadores e trabalhadoras na Europa eram expulsos de suas casas, marcados como animais e queimadas como bruxas.

Não devemos supor, então, que o proletariado europeu foi sempre cúmplice do saque na América, embora, indubitavelmente, tenha havido proletários que, de forma individual, o foram. A nobreza esperava tão pouca cooperação das “classes baixas” que, inicialmente, os espanhóis apenas permitiam que uns poucos embarcassem. Somente oito mil espanhóis imigraram legalmente à América durante todo o século XVI, dos quais o clero representava 17% (Hamilton, 1965, p. 299; Williams, 1984, pp. 38-40). Até mesmo posteriormente as pessoas foram proibidas de formarem assentamentos no exterior de forma independente, devido ao temor de que pudessem colaborar com a população local.

Para a maioria dos proletários, durante os séculos XVII e XVIII, o acesso ao Novo Mundo foi realizado por meio da servidão por dívidas e pelo “degredo”, a punição que as autoridades

inglesas adotaram para livrar o país dos condenados, dos dissidentes políticos e religiosos e de uma vasta população de vagabundos e mendigos gerada por causa dos cercamentos. Como Peter Linebaugh e Marcus Rediker destacam em *The Many-Headed Hydra* (2000) [A hidra de muitas cabeças], o medo que os colonizadores tinham da migração sem restrições estava bem fundamentado, dadas as condições de vida miseráveis que prevaleciam na Europa e a atração que exerciam as notícias que circulavam sobre o Novo Mundo, mostrando-o como uma terra milagrosa em que as pessoas viviam livres da labuta e da tirania, dos senhores feudais e da ganância, e onde não havia lugar para “meu” e “seu”, já que todas as coisas eram possuídas coletivamente (Linebaugh e Rediker, 2000; Brandon 1986, pp. 6-7). A atração que o Novo Mundo exercia era tão forte que a visão da nova sociedade que oferecia, aparentemente, influenciou o pensamento político do Iluminismo, contribuindo para a emergência de um novo sentido da noção de “liberdade” como ausência de amo, uma ideia que antes era desconhecida para a teoria política europeia (Brandon, 1986, pp. 23-8). Não é de se surpreender que alguns europeus tentaram “perder-se” neste mundo utópico, onde, como Linebaugh e Rediker afirmam de modo contundente, poderiam reconstruir a experiência perdida das terras comunais (2000, p. 24). Alguns viveram durante anos com as tribos indígenas, apesar das restrições que sofriam aqueles que se estabeleciam nas colônias americanas e do alto preço que pagavam aqueles que eram pegos: os que escapavam eram tratados como traidores e executados. Este foi o destino de alguns dos colonos ingleses na Virgínia, que, quando foram pegos, depois de terem fugido para viver com os indígenas, foram condenados pelos conselheiros da colônia a serem “queimados, quebrados na roda [...] [e] enforcados ou fuzilados” (Koning, 1993, p. 61). “O terror criava fronteiras”, comentam Linebaugh e Rediker (2000, p. 34). No entanto, em 1699, os

ingleses continuavam tendo dificuldades para convencer aqueles que os indígenas haviam tornado cativos a abandonarem seu modo de vida indígena:

Nenhum argumento, nenhuma súplica, nenhuma lágrima [como comentava um contemporâneo] [...] eram capazes de persuadir muitos deles a abandonarem seus amigos indígenas. Por outro lado, crianças indígenas foram educadas cuidadosamente entre os ingleses, vestidas e ensinadas e, mesmo assim, não há nenhum caso de algum que tenha ficado com eles, mas sim que voltaram para suas próprias nações (Koning, 1993, p. 60).

Também para os proletários europeus, que se “vendiam” devido à servidão por dívidas, ou chegavam ao Novo Mundo para cumprir uma sentença penal, a sorte não foi muito diferente, a princípio, do destino dos escravos africanos, com quem frequentemente trabalhavam lado a lado. A hostilidade por seus senhores era igualmente intensa, de modo que os donos das *plantations* os viam como um grupo perigoso – tanto que, na segunda metade do século XVII, começaram a limitar seu uso, introduzindo uma legislação destinada a separá-los dos africanos. No entanto, no final do século XVIII, as fronteiras raciais foram irrevogavelmente traçadas (Moulier Boutang, 1998). Até então, a possibilidade de alianças entre brancos, negros e indígenas, bem como o medo dessa união na imaginação da classe dominante europeia, tanto na sua terra quanto nas *plantations*, estava constantemente presente. Shakespeare deu voz a isso em *A tempestade* (1611), em que imaginou a conspiração organizada por Calibã, o rebelde nativo, filho de uma bruxa, e por Trínculo e Estéfano, os proletários europeus que se lançam a viagens marítimas, sugerindo a possibilidade de uma aliança fatal entre os oprimidos e dando um contraponto dramático à capacidade mágica de Próspero em curar a discórdia entre os governantes.

Em *A tempestade*, a conspiração termina, desgraçadamente, com os proletários europeus demonstrando que não eram nada mais que ladrõezinhos insignificantes e bêbados, e com Calibã suplicando pelo perdão de seu senhor colonial. Assim, quando os rebeldes derrotados são levados diante de Próspero e de seus antigos inimigos, Sebastião e Antônio (agora reconciliados com ele), eles se encontram com escárnio e pensamentos de propriedade e divisão:

SEBASTIÃO – Ah! Ah! Que coisas ora nos surgem, meu senhor Antônio? Poderemos comprá-las com dinheiro?

ANTÔNIO – Decerto poderemos; uma delas é puro peixe e, sem nenhuma dúvida, vendável no mercado.

PRÓSPERO – Vede apenas, senhores, as roupagens destes homens. Dizei-me agora se eles são honestos. Esse tipo disforme que ali vedes, teve por mãe uma terrível bruxa, e de poder tão grande que até mesmo na lua tinha influência, e provocava marés e baixa-marés, realizando da lua o ofício, sem o poder dela. Esses três indivíduos me roubaram; e aquele meio-diabo – pois é filho bastardo, já se vê – tramou com eles assassinar-me. Dois desses marotos são vossos conhecidos; este bloco de escuridão é minha propriedade.

(Shakespeare, *A tempestade*, Ato V, Cena I, linhas 265-276)¹¹¹

No entanto, fora de cena essa ameaça continuava. “Tanto nas Bermudas quanto em Barbados, os servos foram descobertos conspirando junto aos escravos africanos, ao passo que, na década de 1650, milhares de condenados eram levados em embarcações das Ilhas Britânicas até lá” (Rowling, 1987, p. 57). Na Virgínia, o auge da aliança entre os servos negros e brancos foi a Rebelião de Bacon, entre 1675 e 1676, quando os escravos

111 Edição Ridendo Castigat Mores. Tradução de Néelson Jahr Garcia. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/tempestade.html>>. Acesso em 30 de agosto de 2016. [N.T.P.]

africanos e os servos por dívidas se uniram para conspirar contra seus senhores.

É por essa razão que, a partir da década de 1640, a acumulação de um proletariado escravizado nas colônias do sul dos Estados Unidos e do Caribe foi acompanhada pela construção de hierarquias raciais, frustrando a possibilidade de tais combinações. Foram aprovadas leis que privavam os africanos de direitos civis que, anteriormente, lhes haviam sido concedidos, como a cidadania, o direito de portar armas e o direito de fazer declarações ou de buscar ressarcimentos perante um tribunal pelos danos que pudessem sofrer. O momento decisivo ocorreu quando a escravidão foi transformada em condição hereditária e foi dado aos senhores de escravos o direito de espancá-los e matá-los. Além disso, os casamentos entre “negros” e “brancos” foram proibidos. Mais tarde, depois da Guerra de Independência dos Estados Unidos, a servidão dos brancos por dívidas, considerada um vestígio do domínio inglês, foi eliminada. Como resultado, no final do século XVIII, as colônias da América do Norte haviam passado de “uma sociedade com escravos para uma sociedade escravista” (Moulier Boutang, 1998, p. 189), e a possibilidade de solidariedade entre africanos e brancos havia sido seriamente enfraquecida. “Branco”, nas colônias, tornou-se não apenas uma distinção de privilégio social e econômico, que “servia para designar aqueles que, até 1650, tinham sido chamados de ‘cristãos’ e, depois, de ‘ingleses’ ou ‘homens livres’” (*ibidem*, p. 194), mas também um atributo moral, um meio pelo qual a hegemonia foi naturalizada. Por outro lado, “negro” e “africano” passaram a ser sinônimos de escravo, até o ponto de as pessoas negras livres – que ainda representavam considerável parcela da população norte-americana durante o século XVII – se virem forçadas, mais adiante, a provar que eram livres.

SEXO, RAÇA E CLASSE NAS COLÔNIAS

Poderia ter sido diferente o resultado da conspiração de Calibã se seus protagonistas tivessem sido mulheres? E se o rebelde não tivesse sido Calibã, mas Sycorax, sua mãe, a poderosa bruxa argelina, que Shakespeare oculta no segundo plano da peça? Ou se, ao invés de Trínculo e Estéfano, fossem as irmãs das bruxas que, na mesma época da Conquista, estavam sendo queimadas na fogueira na Europa?

Essa é uma pergunta retórica, mas serve para questionar a natureza da divisão sexual do trabalho nas colônias e dos laços que podiam ser estabelecidos ali entre as mulheres europeias, as indígenas e as africanas, em virtude de uma experiência comum de discriminação sexual.

Em *Eu, Tituba, Feiticeira... Negra de Salem* (1992), Maryse Condé nos permite compreender bem o tipo de situação que podia gerar esse laço quando descreve como Tituba e sua nova senhora, a jovem esposa do puritano Samuel Parris, a princípio, se apoiaram mutuamente contra o ódio assassino de seu marido pelas mulheres.

Um exemplo ainda mais extraordinário vem do Caribe, onde as mulheres inglesas de classe baixa “degredadas” da Grã-Bretanha como condenadas ou servas por dívidas tornaram-se uma parte significativa das turmas de trabalho sob comando unificado nas fazendas açucareiras. “Consideradas inadequadas para o casamento pelos homens brancos proprietários e desqualificadas para o trabalho doméstico” pela sua insolência e temperamento arruaceiro, “as mulheres brancas sem-terra eram relegadas ao trabalho manual nas *plantations*, às obras públicas e ao setor de serviços urbanos. Nesse universo, se sociabilizavam intimamente com a comunidade escrava

e com homens negros escravizados”. Formavam lares e tinham filhos com eles (Beckles, 1995, pp. 131-2). Também cooperavam e competiam com as escravas na venda de produtos cultivados ou de artigos roubados.

Entretanto, com a institucionalização da escravatura, que veio acompanhada por uma diminuição da carga laboral para os trabalhadores brancos e por uma queda no número de mulheres vindas da Europa como esposas para os fazendeiros, a situação mudou drasticamente. Fosse qual fosse sua origem social, as mulheres brancas ascenderam de categoria, esposadas dentro das classes mais altas do poder branco. E, quando se tornou possível, também se tornaram donas de escravos, geralmente de mulheres, empregadas para realizar o trabalho doméstico (*ibidem*).¹¹²

No entanto, este processo não foi automático. Assim como o sexismo, o racismo teve que ser legislado e imposto. Dentre as proibições mais reveladoras, devemos, mais uma vez, levar em conta que o casamento e as relações sexuais entre negros e brancos foram proibidos. As mulheres brancas que se casaram com escravos negros foram condenadas e os filhos gerados desses casamentos foram escravizados pelo resto de suas vidas. Estas leis, aprovadas em Maryland e na Virginia, na década de 1660, são provas da criação de cima para baixo de uma sociedade segregada e racista, e de que as relações íntimas entre “negros” e “brancos” deveriam ser, efetivamente, muito comuns, se para acabar com elas considerou-se necessário recorrer à escravização perpétua.

Como se seguissem o roteiro estabelecido para a caça às bruxas, as novas leis demonizavam a relação entre mulheres brancas e homens negros. Quando foram aprovadas, na década de 1660, a caça às bruxas na Europa estava chegando ao fim, mas nas

Uma escrava sendo marcada a ferro quente. Nos processos por bruxaria na Europa, a “marca do demônio” nas mulheres havia figurado de modo proeminente como um símbolo de sujeição total. Mas, na realidade, os verdadeiros demônios eram os traficantes de escravos e os donos de terra brancos que, como os homens nesta imagem, não hesitavam tratar como gado as mulheres que escravizavam.



112 Um caso emblemático é o das Bermudas, citado por Elaine Forman Crane (1990, pp. 231-58). Crane afirma que umas tantas mulheres brancas nas Bermudas eram donas de escravos – geralmente, de outras mulheres – e graças ao trabalho deles puderam manter um certo grau de autonomia econômica.

colônias inglesas que logo se tornariam os Estados Unidos todos os tabus que rodeavam as bruxas e os demônios negros estavam sendo revividos, desta vez às custas dos homens negros.

“Dividir e conquistar” também se tornou a política oficial nas colônias espanholas, depois de um período em que a inferioridade numérica dos colonos sugeria uma atitude mais liberal perante as relações interétnicas e as alianças com os chefes locais por meio do matrimônio. No entanto, na década de 1540, na medida em que o aumento na quantidade de *mestizos* debilitava o privilégio colonial, a “raça” foi instaurada como um fator-chave na transmissão da propriedade, e uma hierarquia racial foi estabelecida para separar indígenas, *mestizos* e *mulattos* uns dos outros e da população branca (Nash, 1980).¹¹³ As proibições em relação ao casamento e à sexualidade feminina também aqui serviram para impor a exclusão social. Entretanto, na América hispânica, a segregação por raças foi apenas parcialmente bem-sucedida, devido à migração, à diminuição da população, às rebeliões indígenas e à formação de um proletariado urbano branco sem perspectivas de melhora econômica – e, portanto, propenso a se identificar com os *mestizos* e *mulattos* mais do que com os brancos de classe alta. Por isso, enquanto nas sociedades caribenhas baseadas no regime de *plantation* as diferenças entre europeus e africanos aumentaram com o tempo, nas colônias sul-americanas se tornou possível uma certa “recomposição”, especialmente entre as mulheres de classe baixa europeias, *mestizas* e africanas, que, além de sua precária posição econômica, compartilhavam as desvantagens derivadas da dupla moral incorporada na lei, que as tornava vulneráveis ao abuso masculino.

113 June Nash (1980, p. 140) afirma: “Houve uma mudança significativa em 1549, quando a origem racial se tornou um fator, junto com as uniões matrimoniais legalmente sancionadas, para a definição de direitos de sucessão. A nova lei estabelecia que nem os *mulattos* (descendentes de homem branco e mulher índia), nem os *mestizos*, nem as pessoas nascidas fora do casamento eram permitidas a possuir índios em *encomienda* [...] *Mestizo* e ilegítimo se tornaram quase sinônimos”.

É possível encontrar sinais dessa “recomposição” nos arquivos da Inquisição sobre as investigações que realizou no México, durante o século XVIII, para erradicar as crenças mágicas e heréticas (Behar, 1987, pp. 34-51). A tarefa era impossível e logo a própria Inquisição perdeu o interesse no projeto, convida a essa altura de que a magia popular não era uma ameaça para a ordem política. Os testemunhos que recolheu revelam, no entanto, a existência de numerosos intercâmbios entre mulheres sobre temas relacionados a curas mágicas e remédios para o amor, criando com o tempo uma nova realidade cultural extraída do encontro entre tradições mágicas africanas, europeias e indígenas. Como afirma Ruth Behar (*ibidem*):

As mulheres indígenas davam beija-flores às curandeiras espanholas para que os usassem para atração sexual, as *mulattas* ensinaram as *mestizas* a domesticar seus maridos, uma feiticeira loba contou sobre o demônio a uma *coyota*. Este sistema “popular” de crenças era paralelo ao sistema de crenças da Igreja e se propagou tão rápido quanto o cristianismo pelo Novo Mundo, de tal forma que, depois de um tempo, tornou-se impossível distinguir nele o que era “indígena” e o que era “espanhol” ou “africano”.¹¹⁴

Entendidas, pela visão da Inquisição, como gente “carente de razão”, este universo feminino multicolorido descrito por Ruth Behar é um exemplo contundente das alianças que, para além das fronteiras coloniais e de cores, as mulheres podiam construir em virtude de sua experiência comum e de seu interesse em compartilhar conhecimentos e práticas tradicionais que estavam ao seu alcance para controlar sua reprodução e combater a discriminação sexual.

Assim como a discriminação estabelecida pela “raça”, a discriminação sexual era mais que uma bagagem cultural que

114 Uma *coyota* era metade *mestiza* e metade indígena. Ruth Behar (1987, p. 45).

os colonizadores trouxeram da Europa com suas lanças e cavalos. Tratava-se, nada mais, nada menos, do que da destruição da vida comunitária, uma estratégia ditada por um interesse econômico específico e pela necessidade de se criarem as condições para uma economia capitalista – como tal, sempre ajustada à tarefa do momento.

No México e no Peru, onde o declínio populacional sugeria o incentivo do trabalho doméstico feminino, uma nova hierarquia sexual introduzida pelas autoridades espanholas privou as mulheres indígenas de sua autonomia e deu a seus familiares homens mais poder sobre elas. Sob as novas leis, as mulheres casadas tornaram-se propriedade dos homens e foram forçadas (contra o costume tradicional) a seguir seus maridos às casas deles. Foi criado também um sistema de *compadrazgo*, que limitava ainda mais seus direitos, colocando nas mãos masculinas a autoridade sobre as crianças. Além disso, para assegurar que as mulheres indígenas reproduzissem os trabalhadores recrutados para realizar o trabalho de *mita* nas minas, as autoridades espanholas promulgaram leis que dispunham que ninguém poderia separar marido e mulher, o que significava que as mulheres seriam forçadas a seguir seus maridos, gostando ou não, inclusive para zonas que eram sabidamente campos de extermínio, devido à poluição criada pela mineração (Cook Noble, 1981, pp. 205-6).¹¹⁵

A intervenção dos jesuítas franceses na disciplina e no

115 As mais mortíferas eram as minas de mercúrio, como a de Huancavelica, em que milhares de trabalhadores morreram lentamente envenenados, passando por sofrimentos horríveis. Como escreve David Noble Cook (1981, pp. 205-6): “Os trabalhadores na mina de Huancavelica enfrentavam tanto perigos imediatos quanto de longo prazo. A derrubadas, as inundações e as quedas devido a túneis escorregadios eram ameaças cotidianas. A alimentação pobre, a ventilação inadequada nas câmaras subterrâneas e a notável diferença de temperatura entre o interior da mina e o ar rarefeito dos Andes apresentavam perigos imediatos para a saúde [...] Os trabalhadores que permaneciam durante longos períodos nas minas talvez padecessem do pior de todos os destinos. Pó e finas partículas eram liberados no ar devido aos golpes das ferramentas usadas para desgastar o mineral. Os índios inalavam o pó, que continha quatro substâncias perigosas: vapores de mercúrio, arsênico, pentóxido de arsênico e cinábrio. Uma exposição prolongada [...] resultava em morte. Conhecido como “mal da mina”, quando avançava, era incurável. Nos casos menos severos, as gengivas se ulceravam e ficavam carcomidas [...]”.

treinamento dos Innu, no Canadá, durante meados do século XVII, nos dá um exemplo revelador de como se acumulavam as diferenças de gênero. Esta história foi relatada pela antropóloga Eleanor Leacock em seus *Myths of Male Dominance* (1981) [Mitos da dominação masculina], em que examina o diário de um de seus protagonistas: o padre Paul Le Jeune, um missionário jesuíta que, fazendo algo tipicamente colonial, havia se juntado a um posto comercial francês para cristianizar os índios, transformando-os em cidadãos da “Nova França”. Os Innu eram uma nação indígena nômade que havia vivido em grande harmonia, caçando e pescando na zona oriental da Península do Labrador. Porém, na época em que Le Jeune chegou, a comunidade vinha sendo debilitada pela presença de europeus e pela difusão do comércio de peles, de tal maneira que alguns homens, ávidos por estabelecer uma aliança comercial com eles, pareciam estar tranquilos em deixar que os franceses determinassem de que forma deveriam ser governados (Leacock, 1981, p. 39 e segs.).

Como ocorreu com frequência quando os europeus entraram em contato com as populações indígenas americanas, os franceses estavam impressionados pela generosidade dos Innu, por seu senso de cooperação e pela sua indiferença com relação ao *status*, mas se escandalizavam com sua “falta de moralidade”. Observaram que os Innu careciam de concepções como propriedade privada, autoridade, superioridade masculina e, inclusive, recusavam-se a castigar seus filhos (Leacock, 1981, pp. 34-8). Os jesuítas decidiram mudar tudo isso, propondo-se a ensinar aos indígenas os elementos básicos da civilização, convencidos de que isso era necessário para transformá-los em sócios comerciais de confiança. Nesse espírito, eles primeiro ensinaram-lhes que “o homem é o senhor”, que, “na França, as mulheres não mandam em seus maridos” e que buscar romances à noite, divorciar-se quando qualquer dos parceiros desejasse e liberdade sexual para ambos, antes ou

depois do casamento, eram coisas que deviam ser proibidas. Essa é uma conversa que Le Jeune teve sobre essas questões com um homem innu:

Eu disse-lhe que não era honrável para uma mulher amar a qualquer um que não fosse seu marido e que, com este mal pairando, ele não poderia ter certeza de que seu filho era realmente seu. Ele respondeu: “Não tens juízo. Vocês franceses amam apenas a seus filhos, mas nós amamos a todos os filhos de nossa tribo.” Comecei a rir, vendo que ele filosofava como os cavalos ou as mulas. (*ibidem*, 50)

Apoiados pelo governador da Nova França, os jesuítas conseguiram convencer os Innu a providenciarem eles mesmos alguns chefes e a submeterem “suas” mulheres. Como era costume, uma das armas que os religiosos usaram foi insinuar que as mulheres independentes demais, que não obedeciam a seus maridos, eram criaturas do demônio. Quando as mulheres innu fugiram, revoltadas pelas tentativas dos homens em submetê-las, os jesuítas persuadiram os homens a correrem atrás delas e ameaçarem aprisioná-las:

Atos de justiça como estes [comentou orgulhoso Le Jeune numa ocasião particular] não causam surpresa na França, porque lá é comum que as pessoas ajam dessa forma, mas entre essa gente [...], onde todos se consideram livres, desde o nascimento, como os animais selvagens que os rodeiam nas grandes florestas [...], é uma maravilha, ou talvez um milagre, ver um comando peremptório sendo obedecido ou um ato de severidade ou de justiça. (*ibidem*, 54)

A maior vitória dos jesuítas foi, no entanto, persuadir os Innu a baterem em seus filhos, por acreditarem que o excesso de carinho que os “selvagens” tinham por seus descendentes fosse o principal obstáculo para sua cristianização. O diário de Le Jeune

registra a primeira ocasião em que uma menina foi espancada publicamente, enquanto um de seus familiares passava um sermão assustador aos presentes sobre o significado histórico do acontecimento: “Este é o primeiro castigo a golpes [diz ele] que infligimos a alguém de nosso povo...” (*ibidem*, pp. 54-5).

Os homens innu receberam seu treinamento sobre supremacia masculina pelo fato de que os franceses queriam inculcar-lhes o “instinto” da propriedade privada, para induzi-los a se tornarem sócios confiáveis no comércio de peles. A situação nas *plantations* era muito diferente, já que a divisão sexual do trabalho era imediatamente ditada pelas demandas da força de trabalho dos agricultores e pelo preço das mercadorias produzidas pelos escravos no mercado internacional.

Até a abolição do tráfico de escravos, como foi documentado por Barbara Bush e Marietta Morrissey, tanto as mulheres como os homens eram submetidos ao mesmo grau de exploração; os agricultores achavam mais lucrativo fazer os escravos trabalharem e “consumi-los” até a morte do que estimular sua reprodução. Nem a divisão sexual do trabalho, nem as hierarquias sexuais eram, então, pronunciadas. Os homens africanos não podiam decidir nada sobre o destino de suas companheiras e familiares, enquanto para as mulheres, longe de terem uma consideração especial, esperava-se que trabalhassem nos campos assim como os homens, especialmente quando a demanda de açúcar e de tabaco era alta. Elas também estavam sujeitas a castigos cruéis, até quando estavam grávidas (Bush, 1990, pp. 42-4).

Ironicamente, então, parecia que as mulheres “conquistaram” na escravidão uma dura igualdade com os homens de sua classe (Moinsen, 1993). Contudo, nunca foram tratadas de forma igual. Dava-se menos comida às mulheres; diferentemente dos homens, elas eram vulneráveis aos ataques sexuais de seus senhores; e eram-lhes infligidos castigos mais cruéis, já que, além da agonia física, tinham que suportar a humilhação sexual

Mulheres escravizadas batalhavam para continuar as atividades que exerciam originalmente na África, como, por exemplo, vender os produtos que cultivavam, o que lhes permitia dar melhor amparo a suas famílias e obter alguma autonomia. Família de escravos negros, originários do Loango, no Suriname, do livro de John Gabriel Stedman, *Narrative of a Five Years' Expedition, against the revolted Negroes of Surinam – from the year 1772, to 1777* (Londres, 1796) [Narrativa de uma expedição de cinco anos, contra os negros revoltos do Suriname – do ano 1772 ao 1777], vol. II. (A partir de Barbara Bush, 1990).

que sempre lhes acompanhava, além dos danos aos fetos que traziam dentro de si quando estavam grávidas.

Uma nova página se abriu, porém, depois de 1807, quando foi abolido o comércio de escravos e os fazendeiros do Caribe e dos Estados Unidos adotaram uma política de “criação de escravos”. Como destaca Hilary Beckles, com relação à ilha de Barbados, os proprietários das *plantations* tentavam controlar os hábitos reprodutivos das escravas desde o século XVII, “[encorajando-as] a terem mais ou menos filhos num determinado lapso de tempo”, dependendo de quanto trabalho era necessário no campo. Porém, a regulação das relações sexuais e dos hábitos reprodutivos das mulheres apenas se tornou mais sistemática e intensa quando o fornecimento de escravos africanos foi diminuído (Beckles, 1989, p. 92).

Na Europa, a coação de mulheres à procriação havia levado à imposição da pena de morte pelo uso de contraceptivos. Nas *plantations*, onde os escravos estavam se transformando numa mercadoria valiosa, a mudança para uma política de criação tornou as mulheres mais vulneráveis aos ataques sexuais, embora tenha levado a certas “melhorias” nas suas condições de trabalho: foram reduzidas as horas de trabalho, construíram-se casas de parto, ofereceram-se parteiras para assistirem o parto, expandiram-se os direitos sociais, por exemplo, de viagem e de reunião (Beckles, 1989, pp. 99-100; Bush, 1990, p. 135). No entanto, essas mudanças não eram capazes de reduzir os danos





◀ Uma reunião festiva em uma fazenda caribenha. As mulheres eram o coração dessas reuniões, assim como eram o coração da comunidade escrava e defensoras obstinadas da cultura trazida da África. Gravura de Louis Charles Ruotte (a partir de pintura de Agostino Brunias), *Dança de negros na Ilha de São Domingos* (entre 1773 e 1779).

infligidos contra as mulheres pelo trabalho nos campos, nem a amargura que experimentavam por sua falta de liberdade. Com exceção de Barbados, a tentativa dos fazendeiros de expandir a força de trabalho por meio da “reprodução natural” fracassou, e as taxas de natalidade nas *plantations* continuaram sendo “anormalmente baixas” (Bush, pp. 136-7; Beckles, 1989, *ibidem*). Se este fenômeno foi consequência de uma categórica resistência à perpetuação da escravidão ou consequência da debilidade física produzida pelas duras condições a que estavam submetidas as mulheres escravizadas, ainda é matéria de debate (Bush, 1990, p. 143 e segs.). Entretanto, como afirma Bush, há boas razões para crer que o principal motivo do fracasso se deveu à recusa das mulheres a procriar, pois logo que a escravidão foi erradicada, mesmo quando suas condições econômicas se deterioraram de certa forma, as comunidades de escravos libertos começaram a crescer (Bush, 1990).¹¹⁶

A recusa das mulheres quanto à vitimização também reconfigurou a divisão sexual do trabalho, assim como ocorreu nas ilhas do Caribe, onde as mulheres escravizadas tornaram-se semilibras vendedoras de produtos que elas cultivavam nas “roças” (chamadas de *polink* na Jamaica) entregues pelos fazendeiros aos escravos para que pudessem se sustentar. Os fazendeiros adotaram esta medida para economizar no custo da reprodução de mão de obra. Porém, o acesso às “roças” também demonstrou ser vantajoso para os escravos; deu-lhes

¹¹⁶ Barbara Bush (1990, p. 141) destaca que, se as escravas queriam abortar, elas, sem dúvida, sabiam como fazê-lo, já que tinham à sua disposição o conhecimento que traziam da África.

maior mobilidade e a possibilidade de usar o tempo destinado para seu cultivo em outras atividades. O fato de poder produzir pequenos cultivos, que podiam ser consumidos ou vendidos, deu impulso à sua independência. As mais empenhadas no sucesso das “roças” foram as mulheres que comercializavam a colheita, reapropriando-se e reproduzindo – dentro do sistema de *plantations* – as principais ocupações que realizavam na África. Uma consequência disso foi que, em meados do século XVIII, as mulheres escravas no Caribe haviam forjado para si um lugar na economia das *plantations*, contribuindo para a expansão e, até mesmo, para a criação do mercado de alimentos da ilha. Fizeram isso tanto como produtoras de grande parte dos alimentos que os escravos e a população branca consumiam, quanto como feirantes e vendedoras ambulantes das colheitas que cultivavam, complementadas com bens tomados da venda de seu senhor ou trocados com outros escravos ou, ainda, dados por seus senhores para que elas vendessem.

Também foi a partir dessa habilidade que as escravas entraram em contato com as proletárias brancas, que muitas vezes haviam sido servas por dívidas, mesmo depois de que estas últimas tivessem sido liberadas do trabalho forçado e se emancipado. Seu relacionamento, às vezes, podia ser hostil: as proletárias europeias, que também sobreviviam fundamentalmente do cultivo e da venda de sua colheita de alimentos, roubavam, por vezes, os produtos que as escravas levavam ao mercado ou tentavam impedir sua venda. No entanto, ambos os grupos de mulheres colaboraram também na construção de uma vasta rede de relações de compra e venda que escapava às leis criadas pelas autoridades coloniais, que, de tempos em tempos, se preocupavam com o fato de que estas atividades pudessem fazer com que perdessem o controle sobre as escravas.

Apesar da legislação introduzida para evitar que vendessem ou para limitar os lugares em que podiam fazê-lo, as mulheres

escravizadas continuaram ampliando suas atividades no mercado e o cultivo de suas “roças”, que chegaram a considerar como próprias, de tal maneira que, no final do século XVIII, estavam formando um protocampesinato que praticamente detinha o monopólio nos mercados das ilhas. Desse modo, de acordo com alguns historiadores, até mesmo antes da emancipação, a escravidão no Caribe havia praticamente terminado. As escravas – por mais inacreditável que pareça – foram uma força fundamental neste processo, já que, apesar das tentativas das autoridades de limitar seu poder, deram forma, com sua determinação, ao desenvolvimento da comunidade escrava e das economias das ilhas.

As mulheres escravizadas do Caribe também tiveram impacto decisivo na cultura da população branca, especialmente na das mulheres brancas, por meio de suas atividades como curandeiras, videntes, especialistas em práticas mágicas e no “domínio” que exerciam sobre as cozinhas e quartos de seus senhores (Bush, 1990).

Não é de se surpreender que elas fossem vistas como o coração da comunidade escrava. Os visitantes impressionavam-se com seus cantos, seus turbantes, seus vestidos e sua maneira extravagante de falar, que, segundo se entende agora, eram os meios com que contavam para satirizar seus senhores. As mulheres africanas e *creoles* influenciaram os costumes das mulheres brancas pobres, que, de acordo com a descrição de um contemporâneo, se comportavam como africanas, caminhando com os filhos amarrados aos quadris enquanto equilibravam bandejas de produtos em suas cabeças (Beckles, 1989, p. 81). No entanto, sua principal conquista foi o desenvolvimento de uma política de autossuficiência, que tinha como base as estratégias de sobrevivência e as redes de mulheres. Estas práticas e os valores a elas ligados, que Rosalyn Terborg Penn (1995, pp. 3-7) identificou como os princípios fundamentais do feminismo africano contemporâneo, redefiniram a comunidade

africana da diáspora. Elas criaram não apenas as bases de uma nova identidade feminina africana, mas também as bases para uma nova sociedade comprometida – contra a tentativa capitalista de impor a escassez e a dependência como condições estruturais de vida – com a reapropriação e a concentração nas mãos das mulheres dos meios fundamentais de subsistência, começando pela terra, pela produção de alimentos e pela transmissão intergeracional de conhecimento e cooperação.

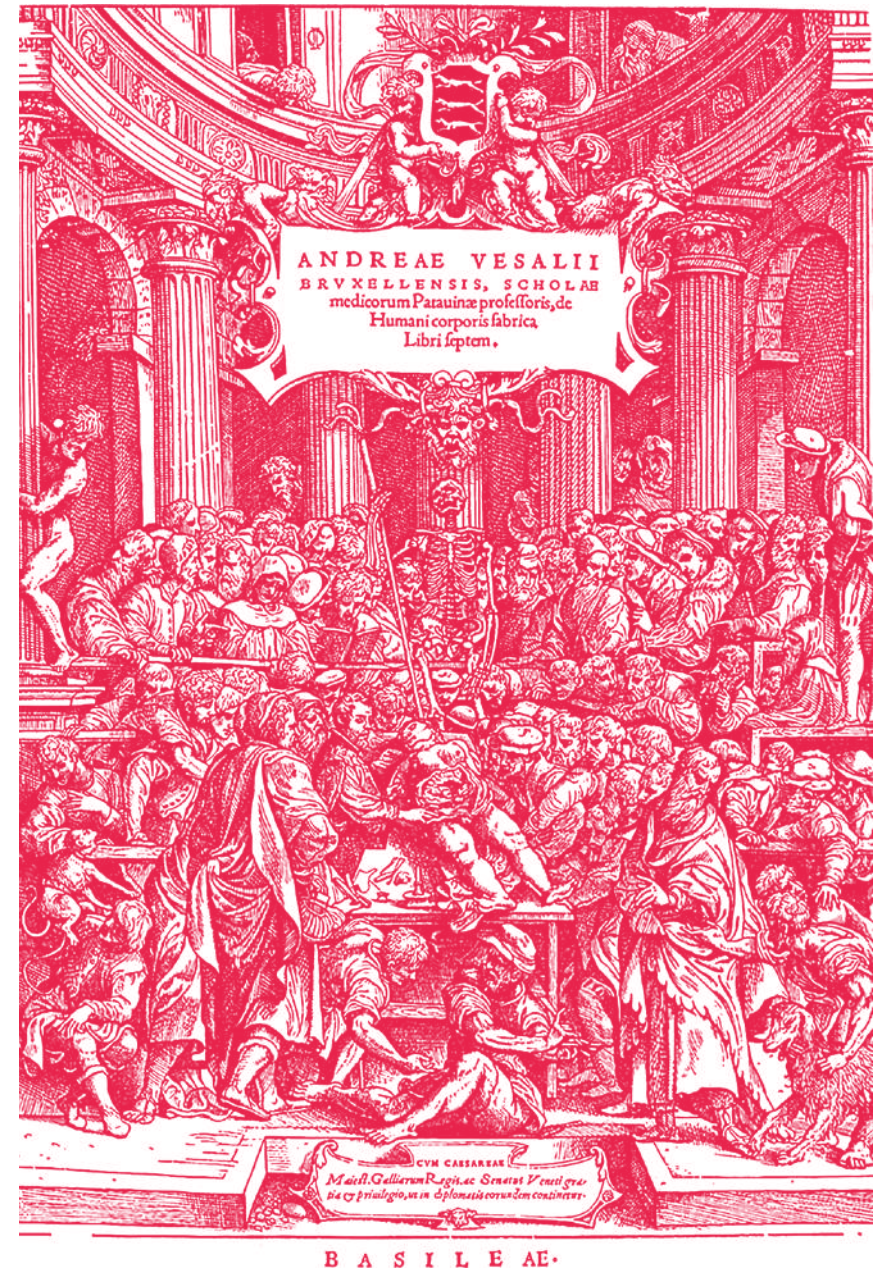
O CAPITALISMO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Como demonstra essa breve história das mulheres e da acumulação primitiva, a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo.

Sobre esta base, foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Deste modo, assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista.

Devemos enfatizar esse ponto, dada a tendência a atribuir exclusivamente à especialização das tarefas laborais o salto que o capitalismo introduziu na produtividade do trabalho. Na verdade, as vantagens que a classe capitalista extraiu da diferenciação entre trabalho agrícola e industrial e dentro do trabalho industrial – celebrada na ode de Adam Smith à fabricação de alfinetes – atenuam-se em comparação às extraídas da degradação do trabalho e da posição social das mulheres.

Conforme defendi, a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades,



Frontispício de *De Humani Corporis Fabrica* (Pádua, 1543), de Andreas Vesalius. O triunfo da ordem patriarcal dos homens da classe dominante mediante a constituição de um novo teatro anatómico não poderia ser mais completo. Sobre a mulher dissecada e apresentada ao público, o autor nos diz que, “por medo de ser enforcada, ela declarou que estava grávida”, mas depois que se descobriu que ela não estava, ela foi então enforcada. A figura feminina ao fundo (talvez uma prostituta ou uma parteira) abaixa os olhos, possivelmente envergonhada frente à obscenidade da cena e à violência implícita.

hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos.

Como vimos, os trabalhadores homens foram frequentemente cúmplices deste processo, tendo em vista que tentaram manter seu poder com relação ao capital por meio da desvalorização e da disciplina das mulheres, das crianças e das populações colonizadas pela classe capitalista. No entanto, o poder que os homens impuseram sobre as mulheres, em virtude de seu acesso ao trabalho assalariado e de sua contribuição reconhecida na acumulação capitalista, foi pago pelo preço da autoalienação e da “desacumulação primitiva” de seus poderes individuais e coletivos.

Nos próximos capítulos, procuro avançar no exame deste processo de desacumulação a partir da discussão de três aspectos-chave da transição do feudalismo para o capitalismo: a constituição do corpo proletário em uma máquina de trabalho, a perseguição das mulheres como bruxas e a criação dos “selvagens” e dos “canibais”, tanto na Europa quanto no Novo Mundo.

